



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**REFORMULAÇÃO DOS ESTATUTOS E REGIMENTOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO NO
PERÍODO DE 1970-2011: O DESAFIO DE INCORPORAR NOVAS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS.**

ALINE NUNES FERREIRINHA DE SOUZA

Sob a orientação do professor(a):
Celia Regina Otranto

Dissertação submetida como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação, no Programa de
Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e

Demandas Populares (PPGEduc),
Área de concentração em Desigualdades
Sociais e Políticas Educacionais.

Seropédica, RJ

Novembro de 2012.

378.8153

S729r

T

Souza, Aline Nunes Ferreirinha de,
1982-

Reformulação dos estatutos e regimentos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no período de 1970-2011: o desafio de incorporar novas políticas educacionais / Aline Nunes

Ferreirinha de Souza - 2012.

127 f.

Orientador: Celia Regina Otranto.
Dissertação (mestrado) -
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Bibliografia: f. 82-88.

1. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Estatutos - Teses.
2. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Regulamentos - Teses
3. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - História - Teses.
4. Ensino superior e Estado - Teses.
I. Otranto, Celia Regina, 1947-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares . III. Título.

À minha família (pais e irmão) que sempre acreditaram em mim.
Ao meu querido esposo, Diego César.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a minha família, ao meu esposo Diego Cesar Heringer da Cunha pela compreensão nos vários momentos em que estive ausente e em especial ao meu pai que desde o processo seletivo para o mestrado em 2010 me acompanhou inúmeras vezes tanto a Nova Iguaçu quanto à Seropédica, sem sua companhia provavelmente eu não teria seguido adiante na conquista do mestrado.

À minha orientadora Celia Regina Otranto pela atenção e dedicação à minha formação que se reflete em grande parte neste trabalho.

Aos professores Ângela Martins e Fernando Gouvêa por terem aceitado contribuir com a minha banca de qualificação e defesa.

Aos meus companheiros de trabalho do Pólo Universitário de Nova Friburgo, com destaque, às colegas Aline Chermont W. Teixeira e Viviane Rodrigues com as quais divido cotidianamente o ambiente de trabalho, e também ao “chefe” Amauri Favieri Ribeiro pelo incentivo de todos os momentos.

Aos docentes da UFRRJ que se propuseram a participar desta investigação, através da concessão de importantes entrevistas.

Aos colegas de minha turma de mestrado que contribuíram criticamente com a pesquisa, em especial as amigas Ana Luisa Pedra e Isabele Lacerda.

RESUMO

SOUZA, Aline Nunes Ferreirinha de. **Reformulação dos Estatutos e Regimentos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no período de 1970-2011: o desafio de incorporar novas políticas educacionais.** 2012. 90 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

A presente dissertação teve como objetivo principal o estudo da história e memória da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), buscando analisar os fatos ocorridos durante os processos de reforma do Estatuto e Regimento Geral da Instituição, no período de 1970 a 2011, e a relação entre esses fatos e os documentos deles emanados com as políticas públicas para o nível superior, estabelecidas pelo Estado brasileiro entre 1964/2011. O recorte temporal selecionado abrange o primeiro Estatuto e Regimento Geral da Instituição como UFRRJ, após a mudança do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação, incorporando as diretrizes da Lei 5.540/68 e do Decreto-Lei 464/69 e se estendeu até o ano de 2011, já com nova diretrizes legais, dentre as quais mereceu destaque a atual LDB, Lei 9394/96. O texto registra, ainda, a tentativa frustrada de criação de um novo Estatuto para a universidade em questão, na década de 1990, denominado “Estatuinte”, e a reforma total, em 2010/2011, da legislação interna da universidade, vigente desde a década de 1970. Esse recorte permitiu que as comparações fossem feitas entre os antigos e os novos documentos. As delimitações da pesquisa ficaram por conta do exíguo tempo histórico que não permitiu análises mais profundas da última década e, pela impossibilidade de acompanhar a introdução, na prática, das mudanças propostas pelos novos Estatuto e Regimento Geral. Concluímos que as políticas públicas para o ensino superior nacional influenciam diretamente as formulações/reformulações dos principais documentos norteadores das universidades públicas do país: o Estatuto e o Regimento Geral, inclusive na UFRRJ, instituição foco desta dissertação. Acreditamos que o registro desse processo pode contribuir para o conhecimento e compreensão das particularidades da UFRRJ e para dar continuidade às pesquisas sobre a história e memória da Universidade Rural.

Palavras-chave: UFRRJ; Política da Educação Superior; História das Instituições Educacionais.

ABSTRACT

SOUZA, Aline Nunes Ferreirinha de. **Reformulation of the Statutes and Internal Regulations of the Federal Rural University of Rio de Janeiro in the period 1970-2011: the challenge of incorporating new educational policies.** 2012. 90 p. Dissertation (Master of Education). Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Seropédica, RJ. 2012.

This work has as main objective the study of history and memory of Federal Rural University of Rio de Janeiro. For that seeks to analyze the events in UFRRJ during the reform processes of the Statute and Rules of the General Institution, occurred during the period from 1970 to 2011, and its relation to public policy to the upper level, established by the Brazilian state between 1964/2011. The time frame selected had special significance for the study because it was intended to address the first Statute and Rules of Procedure of the General Institution as UFRRJ, after the change of the Ministry of Agriculture to the Ministry of Education, incorporating the guidelines of Law 5.540/68 and Decree Law 464/69 and lasted until the year 2011, with new legal guidelines, among which worth mentioning the current LDB, law 9394/96. It is also worth highlighting the failed attempt to create a new statute for the university in question in the 1990s, called Estatuinte. The years 2010 and 2011 were emblematic for UFRRJ because it was during this period that the university suffered domestic legislation, in short, a complete overhaul in the text that the region since the 1970s. This cutoff allowed comparisons to be made between the old and new documents. The delimitations of the research were due to the insufficient historical time did not allow deeper analysis of the last decade, and also the inability to monitor the introduction, in practice, the changes proposed by the new Constitution and the General Rules. We conclude that public policy for the national higher education directly influences the formulation/reformulation of the main guidelines of the public universities of the country: the General Statutes and Rules, including the UFRRJ, institution focus of this dissertation. However, we believe that the Record of this process may contribute to the knowledge and understanding of the particularities of UFRRJ and to continue the research on the history and memory of the Rural University.

Key Word: UFRRJ, Politics of Higher Education, History of Educational Institutions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DA ANÁLISE	9
1- A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	9
1.1- A ESAMV e os problemas relacionados ao espaço físico	9
1.2- Da ESAMV à UFRRJ: consolidação da estrutura universitária	11
2- Estatuto e Regimento Geral	14
CAPÍTULO 2	
A DITADURA MILITAR E AS MUDANÇAS NO ENSINO SUPERIOR E NA UFRRJ	18
1- A UFRRJ e a reformulação do Estatuto e Regimento Geral na década de 1970	29
1.1- O Estatuto da UFRRJ (1974)	33
1.2- O Regimento Geral da UFRRJ (1975)	36
CAPÍTULO 3	
A DÉCADA DE 1990 E A TENTATIVA FRUSTRADA DA ESTATUINTE NA UFRRJ	40
1-Contextualização histórica e determinantes políticos dos anos 1990	40
1.1-Os Reflexos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	45
2.A tentativa frustrada da “Estatuinte”	47
CAPÍTULO 4	
A UFRRJ E AS POLÍTICAS PARA O NÍVEL SUPERIOR DO GOVERNO LULA DA SILVA	54
1- Breve contextualização histórica e política sobre o ensino superior durante o governo Lula da Silva	54
2- O REUNI na UFRRJ	59
3- O novo Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ dos anos 2010/11	67
3.1- Os Textos dos Atuais Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ	73
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES	93

INTRODUÇÃO

A ideia para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado teve início durante a pós-graduação (*latu sensu*) em História Moderna e Contemporânea que cursei na Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia em Nova Friburgo - RJ, onde também concluí meu curso de graduação em História. No decorrer do curso de pós-graduação comecei a me interessar de forma bastante acentuada por temas vinculados à educação brasileira, principalmente às questões referentes às políticas públicas. Desde então, resolvi selecionar um tema que vinculasse diretamente História e Educação para a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso da especialização. Optei por escrever sobre a Reforma Universitária (Lei 5.540/68) colocada em prática pelo governo da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e concluí o curso em 2007 escrevendo sobre este tema.

A acumulação da função docente na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e de técnica em assuntos educacionais na Universidade Federal Fluminense (UFF) me fez ver o quanto era necessário retomar meu projeto de pesquisa e tentar buscar uma formação em nível de pós-graduação *strictu sensu*, no meu caso o mestrado, com o objetivo de dirimir, através de análises teóricas mais aprofundadas, algumas das minhas dúvidas em relação às políticas públicas colocadas em prática no nosso país, seja pelos governos municipais, estaduais e/ou federais.

Como não seria possível uma análise tão detalhada de assuntos variados, resolvi focar minha pesquisa no nível superior de ensino, a fim de aprofundar os estudos anteriormente desenvolvidos a respeito da política de educação superior no período da ditadura militar. Com a finalidade de unir a minha proposição à linha de pesquisa sobre história e memória da Universidade Rural, liderada pela professora Celia Regina Otranto, optei por desenvolver um projeto no qual pudesse investigar os desafios de implantação da Reforma Universitária na Universidade Rural. Ao ler a produção bibliográfica da Prof^ª. Celia Otranto, minha orientadora, tive a oportunidade de constatar que a Instituição escolhida como foco da pesquisa foi obrigada a enfrentar mais desafios do que eu havia pensado anteriormente, pois para se adaptar às diretrizes legais da Lei 5.540/68 teve que criar cursos não agrônômicos, comprometendo sua tradição agrária. Além disso, sofreu a transferência do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, o que acarretou reformas profundas no seu Estatuto e Regimento Geral. O fato acirrou minha curiosidade e a vontade de conhecer e aprofundar estudos sobre tais mudanças.

Quando ingressei no mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc), percebi que havia um grande movimento na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em decorrência da reformulação do seu Estatuto e Regimento Geral. No momento em que constatei que os documentos internos da Instituição que estavam sendo reformulados eram aqueles elaborados na época do regime militar e que a tentativa anterior a esta, na década de 1990, não obteve êxito, minha curiosidade aumentou e resolvi enfrentar o desafio proposto pela minha orientadora de investigar as principais reformulações aprovadas, comparando momentos políticos diferenciados. Os novos

Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ foram aprovados em 2010/2011 e servem como referência para comparação com os documentos emanados da década de 1970.

Para viabilizar essa análise, o recorte temporal do estudo vai de 1970 até 2011. As reflexões levaram em conta a Reforma Universitária do período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), sua relação e reflexos na reformulação do Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ nos anos de 1970 e 1975, respectivamente. Destaquei também a década de 1990, quando houve uma tentativa frustrada de convocação de uma “Estatuínte” para reformular os documentos internos da UFRRJ, já que o fim da ditadura inspirou uma série de mudanças legais em vários âmbitos no país, incluindo o educacional. Para registrar essa fase, utilizei uma série de entrevistas com docentes da Universidade Rural buscando demonstrar o porquê da tentativa ter sido frustrada, pois não há registros escritos deste fato na universidade em tela. Por fim, relacionei a atual reformulação do Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ, nos anos de 2010 e 2011, respectivamente, com as medidas tomadas pelo governo Lula da Silva (2003-2010) no nível superior de ensino que colocaram em prática uma série de políticas institucionais, com características de uma verdadeira Reforma Universitária, embora a lei declaradamente para este fim ainda esteja em trâmite no Congresso Nacional/Senado. Procurei demonstrar como estas políticas de nível nacional vêm influenciando diretamente a formulação dos documentos institucionais mais relevantes da Universidade: o Estatuto e o Regimento Geral.

Pretendi então com a presente pesquisa, estudar três momentos de redação e consolidação/fracasso da reforma Estatutária e Regimental da UFRRJ: as décadas de 1970 e 1990 e os anos de 2010 e 2011, a fim de registrar histórica e politicamente estes fatos que traçaram novos rumos para a Instituição.

Na década de 1970, foram priorizadas, além das análises do texto legal, as mudanças impostas pelo regime ditatorial militar, com destaque para a Lei de Reforma Universitária e legislações complementares, além das dificuldades de adaptação ao novo vínculo ministerial da Instituição, transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

No caso da década de 1990, o foco se voltou para investigar as necessidades de adaptação ao novo momento político brasileiro (fim da ditadura militar), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), além de procurar explicitar os principais motivos do fracassado processo de tentativa de criação de um novo Estatuto para a UFRRJ.

Em relação à atual Reforma do Estatuto e Regimento Geral buscamos compará-la com a política para o ensino superior colocada em prática pelo governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), avaliando mais profundamente o Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, seus reflexos e conseqüências, para a Universidade Rural.

A relevância do tema escolhido se encontra na contribuição do registro da historiografia da Universidade em tela, pois poderá acrescentar uma série de informações inéditas às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Celia Regina Otranto. Além disso, relacionei a história da UFRRJ com as políticas públicas para o ensino superior colocadas em prática nos momentos históricos selecionados, buscando investigar a relação existente entre a história das instituições universitárias brasileiras e as políticas públicas da área educacional, no nosso caso com destaque para o nível superior.

Todos os argumentos apresentados pretendem demonstrar a importância do tema tanto para o registro da história e memória da UFRRJ quanto para a análise das políticas públicas para o nível superior colocadas em prática no período da ditadura militar, no processo de abertura política e consolidação da democracia e durante o governo Lula da Silva no Brasil.

Além do que já foi exposto, vale ressaltar que este estudo deve ser classificado como uma pesquisa básica, na medida em que se propôs a gerar novos conhecimentos sobre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, objetivando contribuir para a ampliação do conhecimento sobre esta Universidade e sobre as políticas públicas para o ensino superior no nosso país. Ela se concentrou no campo da História da Educação, com foco na história das instituições educacionais.

As pesquisas no campo da história da educação ainda enfrentam um determinado “preconceito” por parte relevante dos historiadores. De acordo com Saviani (2006b, p.12): “cabe observar a dificuldade dos historiadores em reconhecer a educação como um domínio da investigação histórica”. Isso se reflete também numa dificuldade dos educadores em desenvolver pesquisas neste campo. O autor complementa assim suas reflexões:

De outro lado, as dificuldades teóricas dos historiadores, como já foi apontado, manifestam-se também e, até mesmo poder-se-ia esperar que fosse em grau ainda maior, no caso dos educadores. Deve-se, porém, reconhecer que os investigadoreseducadores especializados na História da Educação tem feito um grande esforço em sanar as lacunas teóricas, adquirindo competência no âmbito historiográfico capaz de estabelecer um diálogo de igual para igual com os historiadores. E, ao menos no caso do Brasil, cabe frisar que esse diálogo tem se dado por iniciativa dos educadores, num movimento que vai dos historiadores da educação para os, digamos assim, “historiadores de ofício” e não no sentido inverso (SAVIANI, 2006b, p. 12).

De qualquer forma, o debate está instalado e as pesquisas no campo da história da educação vêm gerando consequências positivas para a pesquisa educacional, de modo geral, e para a pesquisa histórico-educacional, em especial. Efetivamente, dada a historicidade do fenômeno educativo cujas origens coincidem com a origem do próprio homem, o debate historiográfico tem profundas implicações para a pesquisa educacional, vez que o significado da educação está intimamente entrelaçado ao significado da História. No âmbito da investigação histórico-educativa essa implicação é duplamente reforçada: do ponto de vista do objeto, em razão da determinação histórica que se exerce sobre o fenômeno educativo; e do ponto de vista do enfoque, dado que pesquisar em história da educação é investigar o objeto educação sob a perspectiva histórica. (SAVIANI, 2006b).

Por reconhecermos a necessidade deste diálogo entre História e Educação, optamos por unir estes dois campos neste trabalho de pesquisa. Daí focarmos nossos estudos no campo da História da Educação com destaque para a história das instituições educacionais.

Para alcançar os objetivos da pesquisa foram utilizados vários documentos, no sentido atribuído por Le Goff, que não se restringe a registros escritos, mas a uma noção mais ampla do que seja um documento, ou seja, com variados tipos de registros, tais como: orais, arquitetônicos, artísticos, fotográficos, dentre outros. Observe as palavras de Le Goff (1990, p.540) sobre o conceito de documento histórico: Os fundadores da revista “Annales d’histoireéconomiqueetsociale” (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento: “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais”. Logo, com palavras, signos, paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitos por químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

No desenvolvimento deste estudo assumiu especial relevância o trato com diversificadas fontes, dentre as quais as legislações e os relatos orais. O trabalho com legislações se iniciou pela seleção criteriosa daquelas consideradas mais significativas para o estudo, mediante a leitura atenta dos documentos, relacionando-os ao objeto da pesquisa. A legislação se constituiu em fonte importante de consulta uma vez que propiciou a identificação de novas indagações surgidas a partir da leitura e análise dos instrumentos legais. A afirmação de Clarice Nunes em relação às fontes tomadas genericamente pode ser considerada quanto à legislação como fonte específica. Diz ela: “Mapear fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens” (NUNES, 1992, p.14). Por isto, a fase inicial de busca e seleção da legislação trata-se, antes de tudo, de um trabalho de garimpagem que tanto pode levar à resposta de uma questão já colocada, como pode, pela sua interpretação, colocar outras indagações ao pesquisador. (MIGUEL, 2006).

O levantamento acerca da legislação referente a este estudo sobre a UFRRJ girou em torno de seus documentos constituintes – Estatuto e o Regimento Geral. Através da análise e interpretação desses documentos buscamos identificar como as influências das políticas públicas educacionais para o ensino superior do período entre 1964-2011 se mostram presentes na vida da Universidade. É importante ressaltar também que para estudarmos as políticas públicas referentes ao ensino superior é imprescindível a consulta de documentos legais, tais como leis, decretos, dentre outros, estabelecendo uma rede de análises documentais desde esferas superiores até chegar ao objeto de nossa pesquisa. Essa relação entre o estudo de documentos legais diversos e o contexto do seu objeto de estudo é demonstrada por Miguel (2006, p.5):

Para o estudo da História da Educação importa recorrer à legislação que se mostra enquanto a expressão oficial de leis e normas que lhe são específicas sem, no entanto, deixarmos de considerá-la em sua relação com as demais leis e no contexto social mais amplo.

É preciso destacar ainda no âmbito dos estudos relacionados tanto à História da Educação quanto à História das Instituições Educacionais, quais são os atores envolvidos nos processos de mudança, e o protagonismo de cada um deles, que pode ser apreendido dos textos legais. Esse aspecto também é destacado por Miguel (2006, p.9), que afirma: “a legislação enquanto fonte documental oficial aponta para a sua necessária vinculação com o Estado e então há que ser considerada como expressão possível do jogo de forças das classes sociais aí presentes.” Nesse sentido, é válida a tentativa de se procurar demonstrar como o Estado se faz presente na constituição dos documentos norteadores da Universidade, uma vez que esses documentos podem refletir diretamente os parâmetros das políticas públicas educacionais de cada período histórico, na organização administrativa, acadêmica, política e financeira da universidade foco deste estudo.

De acordo com Shiroma (2004, p.427):

Os documentos, portanto, não são assépticos. Seus valores e intencionalidades traduzem o momento histórico em que foram produzidos. Tal premissa orienta o pesquisador no sentido de que é necessário não apenas aprender com o documento e sim apreender no documento as pistas para compreender a racionalidade da política em tela.

Le Goff (1990) também ressaltou a importância do historiador/pesquisador na análise e na utilização dos documentos em suas pesquisas, afinal é ele quem faz o documento “falar”, relacionando-o ao período em que ele foi produzido, quais os envolvidos no processo de

produção deste documento, dentre outros fatores, primordiais para a análise, ou seja, todo documento reúne em si uma objetividade informativa e a subjetividade dos agentes sociais responsáveis pela sua produção. Para Le Goff (1990, p.545-547):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Vale destacar, porém, que o historiador/pesquisador apesar da responsabilidade de demonstrar as variadas vertentes que envolvem o documento que está sendo utilizado por ele, não pode se dizer completamente imparcial em relação ao material pesquisado. Até mesmo a escolha de um documento já é por si só, para o pesquisador, fruto das suas relações sociais, da matriz teórica que segue ou refuta, dentre outros fatores. Apesar disso, o historiador/pesquisador deve manter todo o rigor acadêmico necessário para o desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa. Observe as palavras de Certeau (2006, p.81) sobre este ponto:

Em linhas gerais caberia a prática do historiador a articulação entre o natural e o cultural e a seleção de suas fontes com as quais ele pretende trabalhar. Contudo, é importante pensar que o próprio recorte da documentação está sujeito às ações do lugar social onde o indivíduo está inserido.

Além do levantamento de fontes documentais legais, recorreremos também às fontes orais para complementar e enriquecer informações relativas aos dois últimos períodos que engloba a pesquisa no interior da Universidade. Na década de 1990, quando ocorreu uma tentativa frustrada de criação de um novo Estatuto para a Rural, as entrevistas foram nossa principal fonte de informação, pois desconhecemos a existência de fontes documentais escritas acerca do acontecimento. Nos anos de 2010 e 2011, quando os atuais instrumentos legais da Universidade foram, enfim, reformulados e aprovados, as entrevistas também complementaram os demais registros divulgados no *site* da UFRRJ.

As entrevistas foram organizadas com perguntas abertas, a partir de um roteiro de entrevista semi-estruturado que permitiu a livre expressão dos entrevistados e forneceu à pesquisadora condições de aprofundar os temas com novas indagações, sempre que julgou necessário, a partir de informações prestadas e do silêncio e/ou sorrisos do entrevistado, observados no decorrer das entrevistas.

A diversidade de fontes, compreendendo documentos escritos e relatos orais, foi considerada fundamental para a presente pesquisa, especialmente pela riqueza que a complementaridade entre as mesmas pode permitir. Em vários estudos, tivemos oportunidade de constatar como documentos escritos (livros, jornais, levantamentos de dados em arquivos de instituições, etc) podem nos conduzir aos informantes e ajudar na realização de entrevistas, mas são os informantes com seus relatos que nos informam a respeito de novos dados e documentos, dos quais muitas vezes são os únicos conhecedores. Nesse sentido, a complementaridade entre as fontes foi considerada fundamental e esteve sempre presente, viabilizada pelo processo de interação entre pesquisador/pesquisado que permitiu a exposição e utilização do que ficou guardado, ou, muitas vezes, até esquecido, como apontou Demartini (2006).

O trato com fontes diversas no desenvolvimento de uma pesquisa não só enriquece a mesma como demonstra a preocupação do pesquisador em buscar respostas para o problema que o instigou a desenvolver tal pesquisa. Para isso é necessário que o pesquisador não só busque uma diversidade de fontes, mas que também encare os documentos utilizados como instrumentos da sua investigação, com múltiplos significados. Segundo Le Goff (1985, p.105106):

Enquanto conhecimento do passado, a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da memória coletiva. Dantes, o historiador operava uma escolha entre vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos, nos quais, submetendo-os à crítica histórica, se baseava. Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: vestígios da cultura material, os objetos de coleção e, em particular, os fósseis. Enfim, tendo em conta de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder.

Além do que já foi exposto, é necessário afirmar também que a pesquisa não teve como propósito uma aplicação imediata, nem a apresentação de resultados específicos predeterminados. Seu propósito foi o de gerar conhecimento sobre as reformulações do Estatuto e do Regimento Geral da UFRRJ, para que desta forma se possa conhecer melhor como se dá a relação entre a formulação dos principais instrumentos legais das Universidades – Estatutos e Regimentos Gerais – e as políticas públicas para o ensino superior colocadas em prática pelo Estado brasileiro visando à reflexão sobre esta relação e o maior conhecimento da Instituição foco da pesquisa.

Sobre a abordagem do problema a ser pesquisado, este estudo está inserido na categoria de pesquisa qualitativa já que ela terá como objetivo principal interpretar e atribuir significado aos fenômenos observados pelo pesquisador. Este tem fundamental papel, pois coleta, interpreta e analisa os dados de acordo com um referencial teórico pré-estabelecido. Optamos pela pesquisa qualitativa devido à amplitude que proporciona à análise de seu foco de interesse.

Em relação à estrutura esta dissertação foi composta por uma Introdução, quatro capítulos e a Conclusão. Da Introdução constam a importância e o objetivo da pesquisa, além da metodologia adotada. No primeiro capítulo, estão explicitados os principais elementos de análise: a) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; b) Estatuto e Regimento Geral. As informações nele inseridas estão baseadas, principalmente, em Otranto (2009, 2010 e 2011) que vem registrando em seus livros e artigos a história da UFRRJ, além de Silveira (2011).

O segundo capítulo tem como foco analisar a UFRRJ na década de 1970, com destaque para a redação e aprovação do Estatuto e Regimento Geral, além de ressaltar o contexto histórico nacional do período. Tomamos como referência autores, tais como Otranto (2009; 2010), Cunha & Góes (2002), Germano (2005), Mendonça & Fontes (2006), Saviani (2006; 2006a; 2010), Romanelli (1986), dentre outros. Foi complementado pela leitura de fontes primárias da UFRRJ, tais como o Estatuto (1974) e o Regimento Geral (1975).

O terceiro capítulo busca explicitar como era a Universidade na década de 1990 e registrar a tentativa fracassada de criação de um novo Estatuto. Este capítulo foi fundamentado, principalmente, nos conteúdos das entrevistas que foram feitas com os sujeitos envolvidos no processo, uma vez que não há na universidade em questão nenhum registro formal do processo.

A contextualização do período está fundamentada em Mendonça & Fontes (2006), Saviani (2006a; 2006b; 2010), Cunha e Góes (2002), Durham (2003), Lima (2007), dentre outros.

O quarto capítulo foi destinado às análises da UFRRJ no século XXI, destacando a política de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em dois mandatos consecutivos, e o processo de redação e aprovação da reformulação do Estatuto (2010) e Regimento Geral (2011). Conta com a fundamentação teórica de pesquisadores, dos quais destacamos Lima (2007), Neves (2004; 2006), Mancebo (2010), Otranto (2006, 2009, 2010) e Leher (2005), complementada pelos documentos disponibilizados pelas Comissões encarregadas da reformulação dos instrumentos legais institucionais, no *site* da UFRRJ, além dos informativos da Associação dos Docentes da UFRRJ (ADUR, 2007-2010). Entrevistas também foram feitas com os principais atores desse processo, a fim de complementar as informações.

Em suma, almejamos com este trabalho contribuir com o registro historiográfico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, além de estabelecer um diálogo com as políticas públicas para o ensino superior empreendidas pelos governos brasileiros nos recortes temporais já citados. Acreditamos que este esforço intelectual inicial advindo do mestrado em educação possa contribuir para uma compreensão mais crítica das relações entre políticas públicas educacionais e seus efeitos nas universidades nacionais, com destaque para a UFRRJ que é o objeto principal deste trabalho, além do registro da história desta instituição de ensino de destaque no nosso país.

CAPÍTULO I

OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DA ANÁLISE

RESUMO

Neste primeiro capítulo, foram explicitadas as principais categorias de análise da dissertação: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Estatuto e Regimento Geral. Para isso, fizemos um breve histórico da UFRRJ, desde sua criação no ano de 1910 com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) até os anos de 1960 para tornar mais claro para os leitores toda a trajetória da Instituição que nos prontificamos a estudar. Além disso, conceituamos Estatuto e Regimento Geral também com o intuito de demonstrar para o leitor o que são e qual a importância destes documentos fundamentais para a organização das universidades brasileiras.

ABSTRACT

In this first chapter, we explained the main categories of analysis of dissertation: Federal Rural University of Rio de Janeiro and General Statute and Rules. For this, we made a brief history of UFRRJ, since its inception in 1910 under the name College of Agriculture and Veterinary Medicine (ESAMV) until the 1960s to make it clear to readers throughout the trajectory of the Institution we are studying. Furthermore, we conceptualize General Statute and Rules also aiming to demonstrate to the reader what they are and how important these basic documents for the organization of universities.

CAPÍTULO I

OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DA ANÁLISE

Elegemos como principais elementos da nossa análise a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Estatuto e Regimento Geral da Instituição, uma vez que perpassam toda pesquisa. Neste primeiro capítulo procuramos definir os elementos destacados a fim de caracterizá-los com maior precisão.

Em relação à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a caracterização envolve a apresentação de um breve histórico da Instituição anterior ao recorte da pesquisa, ou seja, desde a sua criação, em 1910, como Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, passando pela transformação em Universidade Rural, em 1943, a transferência para o *campus* de Seropédica, em 1947, até o início da década de 1960, anterior ao golpe civil-militar. O principal objetivo dessa retrospectiva histórica é o de destacar as especificidades da Instituição, a fim de fundamentar as reflexões no desenrolar da pesquisa. O texto inserido no presente capítulo não se preocupou em seguir somente a cronologia, mas também em priorizar dois aspectos dessa história considerados relevantes para o estudo: os problemas que a Instituição enfrentou relacionados ao espaço físico e a trajetória político-acadêmica que a transformou em universidade.

No que diz respeito ao Estatuto e Regimento Geral, buscamos a definição legal dos termos e a importância dessa legislação interna para as instituições de educação superior. Como nosso objetivo é relacionar as mudanças estatutárias com as políticas educacionais, definimos também o que entendemos por política educacional. Na sequência, destacamos como estavam estruturados o Estatuto e Regimento da Instituição em estudo, no período anterior ao início formal da pesquisa.

1- A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Este breve histórico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro está baseado nas obras de Otranto (2006; 2009; 2010), que desenvolveu um minucioso levantamento sobre a história e memória da Instituição. Os escritos de autoria de Otranto servirão como base para este texto e serão complementados por Grillo (1938), Oliveira et alii (1996) e Costa (1994) além de fontes primárias, como as atas dos conselhos superiores. Optamos por desenvolvê-lo priorizando dois aspectos principais: os problemas relacionados ao espaço físico e a consolidação da estrutura universitária.

1.1- A ESAMV e os problemas relacionados ao espaço físico.

No ano de 1910, por meio do Decreto nº 8.319, foi criada a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O mesmo decreto estabeleceu o local onde deveria ser localizada: nos prédios da Fazenda Santa Cruz. No entanto, o péssimo estado de conservação das edificações impediu sua imediata instalação, dando início às suas dificuldades relacionadas ao espaço físico. A proposta de criação de uma Escola de Educação Superior, com muitas salas e laboratórios, exigia uma localização adequada, que foi difícil de ser encontrada, em curto espaço de tempo. Somente no ano de 1913 a ESAMV foi inaugurada oficialmente, no Palácio do Duque de Saxe, na Rua General Canabarro, bairro do Maracanã. Oliveira, Damasceno, Alves e Nóbrega (1996), ressaltaram que a escolha do local

[...] consolidava a posição do Governo, naquele momento, a favor da perspectiva modernizadora e educacional frente à questão agrícola. A data escolhida não poderia ter sido melhor para expressar essa opção, o 4 de julho da Independência norte-americana indicava o protótipo a ser seguido. (OLIVEIRA et alii, 1996, p. 60).

Os mesmos autores destacaram que “ao instalá-la no Palácio do Duque de Saxe a agricultura recebia o *status* de nobreza, mesmo que num período republicano” (OLIVEIRA et alii, 1996, p. 58). Porém, por conta de problemas relacionados à falta de recursos, a Escola foi fechada durante um período, no ano de 1915. No ano seguinte, a ESAMV foi fundida à Escola Agrícola da Bahia e à Escola Média Teórico-Prática de Pinheiro localizada no Estado do Rio de Janeiro e foi transferida para as instalações da antiga Escola de Agricultura, em Pinheiral.

A mudança ocasionou impactos significativos que levaram à redução do número de alunos e afetaram o trabalho dos professores e estudantes, devido à distância e à falta de acomodações. Grillo (1938) mencionou, ainda, dificuldades relacionadas à ausência de laboratórios bem equipados e de um campo de aplicações, como havia em Deodoro na época em que estava localizada no Maracanã. No entanto, o corpo docente altamente qualificado, com todos os professores ingressantes por concurso público era motivo de orgulho para o Ministério da Agricultura, que não pretendia abrir mão de sua Escola Superior e tratou de buscar um lugar mais próximo do Rio de Janeiro para sediá-la e servir de incentivo ao ingresso de novos alunos. O tempo de permanência da ESAMV em Pinheiral foi de dois anos, o mesmo que ficou no Maracanã, e em 1918 foi transferida para os prédios doados pelo governo fluminense, no Horto Botânico de Niterói.

A Escola permaneceu em Niterói de 1918 a 1927, que se constituiu no maior tempo de permanência na mesma sede desde sua criação. O período foi significativo na consolidação de sua existência. (OTRANTO, 2009, p. 69).

Neste interstício, o então Ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes empenhou-se em apoiar a ESAMV. A Escola teve o seu novo Regulamento aprovado pelo Decreto nº 14.120, de 29 de março de 1920, que trouxe benefícios para a qualidade dos cursos, uma vez que ampliou os conteúdos curriculares e o número de Cadeiras. Esse fato, acrescido do aumento considerável no número de alunos, acarretou a contratação de novos professores e o consequente crescimento da Instituição. Outras medidas, no mesmo documento legal, conferiram à Escola uma maior organicidade administrativa (ESAMV, Regulamento, 1920, *apud* OTRANTO, 2009, p. 69).

No ano de 1927, o Decreto nº 17.776, transferiu a Escola mais uma vez, agora para o edifício sede do primeiro Ministério da Agricultura, na Av. Pasteur, nº 404, na Praia Vermelha. O novo

local era mais um espaço improvisado no núcleo urbano para uma escola essencialmente agrícola.

Essa mudança tanto podia demonstrar o reconhecimento da Escola pelo Governo Federal e, portanto, o empenho de removê-la para mais perto do poder decisório, dentro do próprio Ministério, como também podia ser considerada um indício da falta de recursos a ela destinados para estabelecê-la em uma sede mais condizente com as suas necessidades (OLIVEIRA et alli, 1996, *apud* OTRANTO, 2009, p.70).

Nesta nova localização a Escola cresceu e se consolidou como referência do ensino agrônomico brasileiro. Transformou-se em universidade, em 1943 (Universidade Rural) e participou ativamente do processo político de consolidação da profissão de engenheiro agrônomico. Lá permaneceu por 20 anos, até que o prédio do Ministério da Agricultura não teve mais condições de comportá-la e outra sede começasse a se tornar imperativa.

Durante a Era Vargas¹, a constante expansão de matrículas do ensino superior fez com que a sede da Praia Vermelha passasse a apresentar problemas de espaço, ademais à distância do campo experimental ligado às práticas agrícolas e aos trabalhos experimentais, que se localizava em Deodoro, também gerava dificuldades de deslocamento, pois o local era bem distante da sede. Foi então ficando cada vez mais evidente, que os problemas só seriam resolvidos com uma nova transferência para um campus maior, que deveria ser criado especialmente para abrigar a Instituição.

Em consonância com a política governamental planejada durante a Era Vargas (1930-1945) para o mundo rural brasileiro e, também pela necessidade de expansão de vagas para o ensino superior no país, contemplando a parte agrícola e educacional, o governo Vargas liberou fartos recursos para a construção de um *campus* com instalações de qualidade e com dimensões bem maiores do que os demais *campi* do país para a instalação da então Universidade Rural, que com¹ isso viu a possibilidade de resolver seu maior problema naquele momento: a falta de um espaço físico adequado às suas necessidades de instalação.

Ciente das dificuldades e com o firme propósito de saná-las, o Ministério da Agricultura iniciou em 1938, na gestão do ministro Fernando Costa, as obras de um campus especialmente construído para a Universidade Rural, no Km 47 da estrada Rio-São Paulo (OTRANTO, 2009, p.84).

O local escolhido pelo governo para a construção e instalação do *campus* da Universidade foi à localidade de Seropédica, então distrito do município de Itaguaí, que segundo a ótica do governo Vargas seria uma verdadeira “Marcha para o Oeste”, já que a região de Seropédica, no período da década de 1940 era pouco habitada e com muitas dificuldades de acesso. (SILVEIRA, 2011).

De acordo com Otranto (2009, p.84) “Nove anos depois do início das obras, em 4 de julho de 1947, com a presença do presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, foi inaugurado o novo e definitivo *campus* da Universidade Rural”. É importante chamar a atenção para a data –

¹ A Era Vargas foi o período compreendido entre os anos de 1930-1945 no qual o Brasil foi presidido por Getúlio Vargas. Este período se divide em três fases distintas. A primeira fase é denominada de governo provisório (1930-1934), pois foi o período que Getúlio esteve provisoriamente como presidente após liderar a chamada Revolução de 1930, a segunda fase é chamada de governo constitucional (1934-1937), pois após a promulgação da nova Constituição em 1934, Vargas foi eleito presidente de forma indireta pelos membros do Congresso Nacional e a terceira e última fase é nomeada de Estado Novo ou ditadura Vargas, afinal no ano de 1937 o presidente deu um golpe de Estado e se manteve na presidência com plenos poderes até o ano de 1945 sem ter sido eleito democraticamente.

4 de julho – mais uma vez o dia da independência americana, o mesmo dia escolhido para a inauguração da ESAMV, em 1913. No momento da instalação foram entregues “dez dos dezessete edifícios e instalações escolares que integravam o *campus*, para os cursos de Engenharia Rural, Biologia, Química, além das escolas de Agronomia e Veterinária e dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização” (COSTA, 1994, p.9).

Depois de enfrentar uma série de problemas referentes às mudanças de local de funcionamento a Instituição finalmente foi transferida para um local adequado. Porém, no momento em que as questões de espaço foram resolvidas, passou a enfrentar outros problemas relacionados, mais diretamente à sua vinculação ministerial, a partir dos anos de 1960, que serão relatados no próximo capítulo.

1.2 - Da ESAMV à UFRRJ: a consolidação da estrutura universitária.

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária iniciou seus trabalhos no ano de 1913 oferecendo os cursos superiores de Agronomia e Medicina Veterinária e como já foi citado anteriormente estava vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Esta vinculação ministerial se manteve desde a sua fundação em 1910 até a década de 1960.

Em pouco tempo a ESAMV se tornou referência no ensino superior nacional se destacando e demonstrando excelência na área agrônômica. Contribuíram para que isso acontecesse, dois fatos significativos de sua trajetória: ter sido criada como instituição de educação superior, formadora de quadros para o Ministério da Agricultura, e ter admitido todo o seu corpo docente e discente por concurso público. Como afirma Otranto (2009, p.74),

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária pode ser vista, então, como o embrião da universidade na qual se tornaria anos mais tarde, não somente pela similitude entre os objetivos da Escola e a ideia de universidade que norteava a intelectualidade brasileira da época, mas, principalmente, porque a universidade que surgiu a partir da ESAMV foi decorrente de seu crescimento e de sua evolução e não apenas da reunião de escolas isoladas.

Já no ano de 1925 foi criado na ESAMV o curso de Química Industrial Agrícola que se somou aos já tradicionais cursos de Agronomia e Medicina Veterinária.

Devido ao seu crescimento, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária teve, em 1934, seus cursos desmembrados em grandes Escolas Nacionais: Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Veterinária e Escola Nacional de Química, que se mantiveram unidas, com uma administração central única, transformando-se, em 1943, na Universidade Rural (OTRANTO, 2010, p.19).

Celia Otranto descreveu com detalhes como foi formada a Universidade Rural e o perigo que a Instituição correu de ser incorporada à Universidade do Brasil no momento em que esta foi reorganizada, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Reforma Francisco Campos, no Estatuto das Universidades Brasileiras.

É importante notar que das três Escolas Nacionais iniciais, a Universidade Rural (UR) foi formada por somente duas: Agronomia e Veterinária. Isso aconteceu porque em 1937, a Lei nº 452 que instituiu a Universidade do Brasil, determinou a sua constituição por 15 Escolas ou Faculdades que, na época, eram referência de ensino. Eram elas: Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade Nacional de Educação; Escola Nacional de Engenharia; Escola Nacional de Minas e

Metalurgia; **Escola Nacional de Química**; Faculdade Nacional de Medicina; Faculdade Nacional de Odontologia; Faculdade Nacional de Farmácia; Faculdade Nacional de Direito; Faculdade Nacional de Política e Economia; **Escola Nacional de Agronomia**; **Escola Nacional de Veterinária**; Escola Nacional de Arquitetura; Escola Nacional de Belas Artes; Escola Nacional de Música (Lei nº452/37, art. 4º, grifos nossos). Como se pode ver, as três Escolas Nacionais originárias da ESAMV foram incorporadas, por lei, à Universidade do Brasil. No entanto, só foi efetivada na realidade a transferência da Escola Nacional de Química, que veio a constituir-se na Escola de Engenharia Química da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As outras duas mantiveram-se unidas e constituíram, em 1943, a Universidade Rural. (OTRANTO, 2009, p.83-84).

Nesta época, a Universidade Rural (UR) ainda estava vinculada ao Ministério da Agricultura e por conta disso, as decisões da mesma se mantinham subordinadas a aprovação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônômica – CNEPA o que restringia a sua autonomia universitária. Em função disso, o Conselho Universitário (CONSU) passou a lutar pela desvinculação do Estatuto da UR do Regimento do CNEPA, principalmente a partir da década de 1950.

A almejada desvinculação do CNEPA se deu em 1º de Agosto de 1960, através do Decreto nº 48.644. O mesmo dispositivo legal que desvinculou a Universidade Rural do CNEPA, nomeou-a Universidade Rural do Rio de Janeiro (art. 1º). A desvinculação da Universidade Rural do Rio de Janeiro do CNEPA ampliou a sua autonomia didático-científica e administrativa gerando a necessidade da criação de um novo Estatuto, afinal a Universidade não precisava mais se submeter à deliberação e aprovação de um órgão externo a ela. Também, em função da desvinculação do CNEPA, o Conselho Universitário da URRJ passou a ter uma nova composição, estabelecida no art. 11, do mesmo Decreto. Foi ainda determinada no texto legal a elaboração do anteprojeto do Estatuto da Universidade, atribuindo esta função ao Conselho Universitário. (OTRANTO, 2009)

Na mesma época da desvinculação da Universidade do CNEPA, ocorreu a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, Lei 4.024/61, fazendo com que a reformulação do Estatuto da Universidade se tornasse praticamente impositiva, mesmo a URRJ ainda estando vinculada ao Ministério da Agricultura. Para que o Estatuto fosse reformulado foi criada uma comissão composta por membros do Conselho Universitário (CONSU) com a finalidade de elaborar um novo Estatuto adequado à realidade da Instituição. Para isso, segundo Otranto (2009, p.98):

O Estatuto precisaria obedecer aos seguintes princípios: a) igualdade hierárquica entre os órgãos de ensino e pesquisa; b) reitor nomeado pelo presidente da República entre os integrantes de uma lista tríplice, organizada por votação secreta, pelo Conselho Universitário; c) diretores de Escolas e Institutos nomeados pelo presidente da República entre os integrantes de listas tríplices organizadas por votação secreta, pelos respectivos corpos de professores catedráticos e de técnicos de nível B (Ibid.,art. 13). Os professores livre-docentes e assistentes, assim como os técnicos de nível A, foram excluídos do grupo votante.

Em 1962, mais uma vez a universidade mudou de nome, através da Lei Delegada nº 9 que atribuiu à denominação desejada pela maior parte da comunidade universitária da época: Universidade Rural do Brasil. O nome foi assumido plenamente a partir da aprovação do novo Estatuto, em 1963 (Decreto nº 1984). (OTRANTO, 2009)

A aprovação do novo Estatuto, da agora denominada Universidade Rural do Brasil, foi aprovado na reunião do CONSU de 25 de junho de 1962, porém só em 10 de janeiro de 1963, através do Decreto nº 1.984, o novo Estatuto da URB foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação e entrou em vigor. É importante ressaltar que mesmo com o novo Estatuto e a desvinculação do CNEPA, a URB ainda se manteve vinculada ao Ministério da Agricultura, no entanto teve sua autonomia garantida pela LDB 4.024/61.

Por conta destas mudanças, os anos de 1963/64 foram de adaptação da Instituição ao novo Estatuto. Já do lado de fora da Universidade, vale ressaltar que o país passava por um período de forte efervescência política e social, no qual o movimento estudantil se destacou como uma das forças de maior representação e luta no cenário vivido pelo Brasil, que se refletiu nas Instituições universitárias públicas nacionais e não foi diferente na URB.

Todo este cenário apresentado foi abalado e profundamente modificado pelo golpe civil-militar de 1964 que instaurou uma ditadura que permaneceu por mais de 20 anos na direção executiva do nosso país. O golpe de 64 transformou não só a estrutura educacional nacional como sua estrutura econômica, política, social, dentre outras, afetando também as nossas universidades, inclusive a URB.

Retomando nosso foco de estudo devemos destacar que alguns fatos narrados acima demonstram que a universidade em questão já teve quatro denominações diferentes desde sua criação em 1910. Sua história começou com a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) nomenclatura que teve até o ano de 1943 quando passou a se chamar Universidade Rural (UR). A UR manteve este nome entre os anos de 1943-1960. A partir de 1960 foi denominada Universidade Rural do Rio de Janeiro (URRJ), nomenclatura que durou pouco tempo, pois em 1962 esta Instituição foi renomeada: Universidade Rural do Brasil (URB). Somente no ano de 1967 recebeu a designação que mantém até hoje: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A década de 1960 não se destacou para a Rural somente pelas sucessivas mudanças de nome que a Instituição passou, pela sua desvinculação do CNEPA ou pela aprovação de um novo Estatuto. Apesar de todos estes fatos terem sido de grande importância. No ano de 1967 um novo fato alterou ainda mais profundamente a estrutura e organização da Universidade. Neste ano o país já estava sob a tutela do governo militar e foi nele (1967) que a URB acabou transferida de Ministério, deixando de compor o Ministério da Agricultura e sendo incorporada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Segundo Otranto (2009, p.91):

A transferência do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura se deu em 19 de maio de 1967, pelo Decreto nº 60.731, que lhe conferiu a atual denominação – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Todas estas mudanças que envolveram o cenário da UFRRJ até o ano de 1967 refletiram na sua trajetória posterior a este período. Isso ficará mais claro nas páginas a seguir quando abordaremos a continuidade da história desta universidade nos próximos capítulos.

2 – Estatuto e Regimento Geral

Ao longo do processo constitucional brasileiro, de 1823 a 1988, podemos identificar certos efeitos das Constituições Federais sobre a educação nacional. As disposições constitucionais foram ajustando a educação à estrutura política, que passou a ser organizada em sistemas de ensino. A promulgação dos vários textos constitucionais durante o período

republicano apresentou avanços e retrocessos que ainda são perceptíveis nas assembleias constituintes e nos documentos de âmbito educacional por elas produzidos.

As mudanças legais referentes à educação brasileira vêm evidenciando a necessidade de adequação das políticas públicas às necessidades sociais e educacionais da população do nosso país, desde a Constituição de 1946 até os dias atuais sob a égide da LDB 9.394/96. Na Constituição de 1946, a competência da União de legislar sobre fundamentos e políticas sociais de educação ficou mais precisa. A partir daí surgiu, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4.024/61, atualizada em 1968, para o ensino superior (lei 5.540/68) e em 1971 (Lei 5.692/71), para o ensino de primeiro e segundo graus. No ano de 1982, a Lei 7044/61 atenuou o exagero da profissionalização obrigatória imposta pela reforma de ensino de 1971 e em 1996, foi homologada a atual LDB, Lei 9.394/96.

O significado clássico e moderno de política foi extraído do Dicionário de Política (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1999, p. 954-962). Os autores indicam que o termo política é “derivado do adjetivo originado de *polis* (*politikós*) que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social”. Informam que a expansão do termo se deve a Aristóteles em sua obra intitulada *Política*, mas que na época moderna o termo perdeu seu significado original, e foi “substituído pouco a pouco por outras expressões, como ‘ciência do estado’, ‘doutrina do estado’, ‘ciência política’, ‘filosofia política’, etc., passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a *polis*, ou seja, o Estado”.

Nesse sentido, política educacional é vista no presente estudo como as diretrizes legais e demais ações deliberadas adotadas pelo Estado para reger e direcionar a educação brasileira, nos diferentes períodos analisados na pesquisa. O fato de termos como foco a instituição universitária, faz com que a legislação brasileira voltada para a educação superior receba maior destaque.

Ademais, este estudo teve como foco um determinado campo da educação nacional: a educação superior que é conceituada por Morosini (2006, p.59) como:

[...] uma subárea do conhecimento da Educação que, por sua vez, uma subdivisão das Ciências Humanas e estuda a produção de conhecimento advinda do ensino e da pesquisa. E um dos níveis da educação escolar brasileira, cujos espaços de desenvolvimento são as instituições de educação superior e entre suas finalidades, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art.43, estão: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar e diplomar pessoas nas diferentes áreas do conhecimento; incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados a comunidade; promover a extensão, aberta a participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnologia geradas na instituição.

Complementando o exposto anteriormente por Marília Morosini, é importante destacar que investigamos os reflexos das políticas públicas em uma instituição pública federal de educação superior, regida por parâmetros que direcionaram nossas análises a respeito da educação superior.

Ou seja, não uma educação superior qualquer, mas uma educação superior voltada para a realidade social na qual ela está inserida e com a qual deve ser comprometida, prestando serviços e não vendendo serviços; que gere ferramentas científicas, tecnológicas e sociais que possibilitem a solução dos problemas dessa realidade

contribuindo, mais amplamente, a partir dos resultados de pesquisas e investigações científicas com o avanço da ciência e da tecnologia do país. Uma educação superior que seja entendida, sobretudo, como um direito humano universal, um bem público social que se caracterize como uma política pública, gratuita, laica e de qualidade social, cujo *locus* seja a Universidade, instituição pública mantida pelo Estado, ente responsável por sua oferta e garantia (MEDEIROS, 2012, p.22).

Enfatizamos três períodos relevantes para a atual análise: o período em que nosso país foi governado pela ditadura militar (1964-1985); a década de 1990, e o período em que o Brasil foi presidido por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nestes momentos da história nacional foram feitas reformulações importantes nas políticas públicas para o ensino superior, através do estabelecimento de uma Reforma Universitária (1968) e da tentativa de uma nova reforma neste mesmo nível educacional que ainda está tramitando nas Câmaras Legislativas nacionais, desde o ano de 2004, com os projetos João Matos (PL 4221/04) e Átila Lira (PL4625/04), passando pelo PL 7.200/06, do Poder executivo e o PL 5.117/09, da UNE, dentre outros, todos ainda em tramitação.

É correto afirmar que a estrutura organizacional societária dos países considerados democráticos, dentre eles, o Brasil, se fundamentam em códigos de leis, como as Constituições Federais. Além da Constituição Federal que congrega as leis maiores do país existe uma série de outras legislações que regulamentam a Constituição, em âmbitos específicos, como: legislação civil, eleitoral, educacional, dentre outras.

Neste estudo abordamos questões relacionadas à legislação educacional de modo geral e à legislação que rege a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: seu Estatuto e Regimento Geral, da década de 1970 até o ano de 2011. Tentamos relacionar as políticas públicas para o nível superior colocadas em prática desde os anos 1960 até os dias atuais, com alguns cortes temporais enfáticos para esta pesquisa, como os períodos referentes à formulação/reformulação dos documentos constituintes da universidade em questão, ou seja, o Estatuto e o Regimento Geral.

A palavra Estatuto é derivada do latim *statutum* que quer dizer: lei, regra ou norma de funcionamento, e o termo regimento, do latim *regimentum*, que significa governo, referindo-se, a uma unidade organizada sob um governo.

Toda organização deve possuir um conjunto de normas e regras que regulem sua atividade, impondo limites, estabelecendo direitos e deveres. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), denominam-se Estatuto e Regimento Geral os documentos, discutidos e aprovados nos seus *fóruns* específicos, que reúnem as normas regimentais básicas e gerais descrevendo as regras que disciplinam a organização e o funcionamento comum dos diversos órgãos, serviços e atividades didático-científicas e administrativas desta universidade.

De acordo com conceitos da área do direito, **Estatuto** é um documento que pode ser equiparado a uma lei, porém não deve ferir a constituição nacional e nem outras leis específicas tais como código civil, penal entre outros. Portanto são regras ou normas estipuladas, no caso da universidade, pela comunidade universitária de forma democrática e participativa e que servem para regularem questões essenciais a esta instituição. Já o **Regimento** é um conjunto de regras estabelecidas por um grupo para regulamentar o seu funcionamento. Podendo ser usado em diversas atividades, nos mais variados campos, seja do Poder Público, ou da iniciativa privada.

O Estatuto e o Regimento Geral são documentos institucionais que regem a organização das universidades públicas nacionais, dentre elas a Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro. Esta afirmação está amparada no texto que regeu o ensino superior brasileiro de 1968 até 1996, ano da promulgação da nova LDB 9.394/96. Observe o exposto no art.5º da lei 5.540/68:

A organização e o funcionamento das universidades serão disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem, os quais serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente.

Parágrafo único – a aprovação dos regimentos das unidades universitárias passará à competência da universidade quando esta dispuser de Regimento Geral aprovado na forma deste artigo.

Na Instituição em análise, a discussão para a elaboração da nova legislação que iria reger a universidade começou logo depois da promulgação da Lei 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nos anos posteriores, ainda no calor das discussões, dois novos fatos vieram somar-se à necessidade de adequação à LDB de 1961: a transferência da Instituição do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura e a entrada em vigor da chamada Lei da Reforma Universitária (Lei 5.540/68), além de toda a legislação que a complementava.

Os fatos acima relatados permitiram a constatação de que a década de 1960 apresentou muitas dificuldades para a Instituição reformar seu Estatuto e Regimento Geral, pois quando o Conselho Universitário os aprovava, surgia uma nova variável que demandava outras adaptações, acrescidas do fato da Universidade ter mudado de denominação três vezes neste mesmo espaço de tempo, conforme mencionado anteriormente. Pelos motivos acima expostos, os documentos internos da Universidade, agora já denominada Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, só foram aprovados na década posterior.

CAPÍTULO II

A DITADURA MILITAR E AS MUDANÇAS NO ENSINO SUPERIOR E NA UFRRJ

RESUMO

O segundo capítulo analisou a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro na década de 1970, com destaque para a redação e aprovação do Estatuto (1974) e Regimento Geral (1975), ressaltando e relacionando o contexto histórico nacional do período com as mudanças ocorridas na Instituição em análise. Além disso, este capítulo apresentou a avaliação e análise das características da Lei de Reforma Universitária implementada pela ditadura militar demonstrando a presença e a influência desta nos textos tanto do Estatuto quanto do Regimento reformulados e aprovados na década de 1970 na Universidade Rural.

ABSTRACT

The second chapter examined the Federal Rural University of Rio de Janeiro in the 1970s, particularly the drafting and adoption of the Statute (1974) and the General Rules (1975),

highlighting and linking the national historical context of the period and the changes in institution for analysis. In addition, this chapter presented the evaluation and analysis of the characteristics of the University Reform Act implemented by the military dictatorship demonstrating the presence and influence of the texts of both the Statute as the Regiment reformed and approved in the 1970s in the Rural University.

CAPÍTULO II

A DITADURA MILITAR E AS MUDANÇAS NO ENSINO SUPERIOR E NA UFRRJ

O início dos anos 60 do século XX foi problemático para as elites brasileiras, pois o país enfrentava uma crise econômica e política de grandes proporções. Até então, havia uma espécie de “acordo” entre diversos grupos classistas nacionais em prol da industrialização do país, unindo: a burguesia nacional e internacional, o operariado, as forças de esquerda, as classes médias, entre outros grupos, em torno do projeto de industrialização do Brasil. Porém, vale ressaltar que estes grupos tinham objetivos divergentes em relação ao futuro do país, mas naquele momento acabaram se unindo em prol de um interesse comum, a industrialização, que os movia na mesma direção. Quando este objetivo parecia alcançado, os grupos se dividiram novamente e foram em busca de seus próprios objetivos.

Os operários e as forças de esquerda passaram a clamar por reformas de base (tributária, educacional, financeira, agrária), nacionalização de empresas, entre outros, já a burguesia buscou consolidar seu poder e evitar que este fosse posto em risco. A burguesia nacional, naquele momento, já podia se afastar dos demais grupos aos quais se havia aliado em prol da industrialização brasileira iniciada na década de 1950, conforme destacou Mendonça (1988, p.79):

Fortalecidos no mercado interno – por força do modelo dependente associado que se implantou nos anos 50 – e enquanto força de pressão política, os empresários brasileiros demonstravam, em seu comportamento, a natureza instrumental da ideologia nacionalista veiculada por agências do Estado visando ao controle político das massas urbanas. Em inícios da década de 1960 as elites industriais já estavam suficientemente coesas e diferenciadas para poderem atuar de forma mais ou menos autônoma com relação à estrutura corporativa, bem como para poderem se afastar de qualquer projeto nacionalista que significasse a recusa ao capital estrangeiro ou o estímulo à mobilização das massas. Neste momento, seu apoio ao pacto populista já poderia ser retirado.

Este emaranhado de contradições acumulado ao longo da década anterior demonstra o panorama da sociedade brasileira no limiar da década de 1960.

Nas eleições realizadas em 1960, o PTN (Partido Trabalhista Nacional) com o apoio da UDN (União Democrática Nacional), partido este que representava as forças tradicionais, conseguiu eleger um presidente da República: Jânio Quadros. Segundo Skidmore (1988, p.28):

Vencendo a eleição presidencial de 1960, Jânio não decepcionou a UDN, por cuja chapa (juntamente com outros) se candidatara. Mas foi uma vitória altamente pessoal, confirmada pelo fato de que seu companheiro de chapa Milton Campos, perdeu para João Goulart, candidato da oposição à vice-presidência (a lei eleitoral permitia o voto em candidatos de partidos diferentes).

Naquela época os votos para presidente e vice-presidente eram independentes. Não havia uma chapa única como nas eleições atuais, e o candidato de outro partido, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), João Goulart foi eleito vice-presidente. Dreifuss (1981, p.126) expressa bem o que a eleição de Jânio e de Goulart para presidente e vice, respectivamente, significou:

O veredicto das urnas mostrava que a população brasileira, quando consultada, apoiava uma combinação de reformas populares sociais, de desenvolvimento nacionalista e de austeridade e eficiência administrativas. Essa combinação de demandas estava longe da ordem econômica, vislumbrada pelos interesses empresariais multinacionais e associados, e da noção de “progresso” internalizada pela classe média alta.

No ano de 1961, ocorreu um fato surpreendente: a renúncia do então presidente Jânio Quadros. Por conta deste fato, o Brasil passou a ser governado por João Goulart (Jango), eleito vice-presidente, um estadista que pretendia estabelecer reformas no país que não agradavam às chamadas classes dominantes. Porém, a posse de Jango ao cargo de presidente da República esteve ameaçada, por um grupo de militares que temia os possíveis efeitos desta posse. Observe as considerações de Skidmore (1988, p.31) sobre a situação que envolveu a posse de Jango à presidência da República:

A solução encontrada foi que Goulart assumiria a presidência, mas com poderes reduzidos. Uma emenda constitucional aprovada apressadamente transformou o Brasil em república parlamentar. O poder executivo era efetivamente transferido para o gabinete, que governaria com o apoio da maioria do Congresso. Goulart aceitou com relutância este compromisso, mas imediatamente começou a planejar a reconquista dos plenos poderes presidenciais. Conseguiu em janeiro de 1963, quando um plebiscito nacional lhe devolveu o sistema presidencial. Mas então só lhe restava pouco mais da metade do mandato original de cinco anos.

Jango só passou a governar efetivamente o país a partir de 1963 quando o regime presidencialista foi restabelecido, através de um plebiscito popular. Seu governo foi

considerado de cunho nacional-reformista e colocou em curso uma política de orientação contrária aos interesses multinacionais e associados. De acordo com Dreifuss (1981, p.130):

Com a ascensão de João Goulart ao governo, o bloco multinacional e associado, que estava na iminência de perder sua posição econômica privilegiada, preparou-se para restringir as demandas populares e reprimir os interesses tradicionais pela imposição de meios extrapolíticos. Os interesses multinacionais e associados começaram a articular um bloco civil-militar de tendências cesaristas que, no fim, tanto subverteria a ordem pública populista quanto conteria as aspirações nacional-reformistas.

Fora do Brasil, o mundo vivia a bipolaridade capitalismo *versus* comunismo, blocos que eram liderados, respectivamente, pelos Estados Unidos da América (E.U.A.) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (U.R.S.S.). A acirrada disputa internacional entre estes países por zonas de influência também se refletiu na realidade brasileira. Em função disso, uma intensa campanha foi colocada em prática no país ligando a figura do presidente Jango ao comunismo, isso fez com que alguns segmentos sociais tais como, a classe média, a igreja e até setores da classe trabalhadora fossem cooptados por esta propaganda que ligava o comunismo a um inimigo nacional, um regime traiçoeiro que colocava em risco os preceitos da sociedade civil católica, dentre outros.

Além disso, as reformas de base que Jango propunha (reforma agrária, educacional, previdenciária, dentre outras) eram contrárias aos interesses da burguesia nacional e internacional. Todo este cenário fez com que grande parte dos militares se associasse a parte da sociedade civil brasileira descontente com as medidas implementadas por Jango à frente da presidência. Esse grupo civil-militar contou ainda com o apoio dos Estados Unidos da América, para aplicar um golpe de Estado visando afastar João Goulart do governo.

Em consonância com a realidade apresentada, o governo de João Goulart acabou sendo deposto pelo golpe civil-militar iniciado no alvorecer do dia 1º de abril de 1964, golpe este que posteriormente enveredou pelo caminho do fechamento político e da instauração de uma ditadura militar, articulada política e economicamente a interesses internos e externos. O golpe civil-militar teve respaldo de alguns grupos da sociedade brasileira, metas determinadas e indivíduos preparados para assumir o poder, norteados pelo objetivo de conservar as estruturas tradicionais da sociedade brasileira (propriedade da terra, privilégio de classe...).

Pode-se então afirmar que este golpe foi fruto da articulação de setores da classe dominante formados pela burguesia nacional e internacional, latifundiários e militares unidos a uma camada de intelectuais e com o apoio irrestrito dos Estados Unidos. Apesar de iniciado e apoiado por um grupo de civis, foi executado pelos representantes das Forças Armadas, em especial do exército, que assumiram o controle do poder Executivo do nosso país por um extenso período de 21 anos.

A ruptura política levada a efeito pelo golpe militar de 1964 foi considerada necessária pelos setores economicamente dominantes para garantir a continuidade da ordem socioeconômica que se acreditava ameaçada pelo grupo que então exercia o poder político formal, apoiado numa crescente mobilização popular alimentada pela ideologia do nacionalismo desenvolvimentista (SAVIANI, 2006a, p.21).

Foi estabelecido, naquele momento, um regime repressivo e violento que visava “eliminar a subversão e o perigo comunista” e atender aos anseios e interesses da burguesia nacional e internacional. A contradição entre o discurso liberal-democrático dos detentores do poder e a prática militar repressora era latente. Durante este regime, houve uma espécie de “acordo” entre o Estado e a burguesia: ela abria mão dos controles políticos tradicionais e de

instrumentos como a liberdade de imprensa, o pluripartidarismo e o *habeas corpus*; o Estado, por seu lado, mantinha a ordem a qualquer custo e assumia os interesses dos empresários como se fossem os de toda a Nação.

Este período, denominado ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi uma época de muitas prisões, inquietação e grande silêncio nos meios estudantis, sindicais, artísticos e intelectuais. Uma das medidas tomadas para tentar silenciar o meio estudantil foi à implantação da Lei Suplicy de Lacerda que criou o Diretório Nacional dos Estudantes, proibindo greves e propagandas partidárias nas entidades estudantis, já no ano de 1964. A repressão se fez sentir mais fortemente no interior das universidades e, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro não foi diferente, conforme destacou Otranto (2006, p.11):

O país vivia uma época de forte repressão política e todos aqueles que ousassem discordar do regime militar e de alguma forma expressassem esta discordância eram considerados agitadores e subversivos e, portanto, altamente perigosos. Essas pessoas – professores, funcionários ou alunos – passavam a ser espionados e perseguidos dentro e fora da instituição. Os indivíduos não tinham autonomia de ação e, conseqüentemente, a universidade também não era autônoma em suas decisões.

Em relação ao movimento dos estudantes, podemos dizer que no período anterior ao golpe militar de 1964, este movimento já vinha demonstrando de forma densa sua insatisfação com a educação superior no país. Nos anos iniciais da década de 1960 os estudantes iniciaram uma série de Seminários para discutir o ensino superior e propor alternativas de mudança neste nível de ensino, ou seja, os estudantes já vinham se reunindo para apresentar propostas para uma possível reforma universitária. Isso fica claro nas palavras de Fávero (2009, p.6465):

[...] em maio de 1961 a União Nacional dos Estudantes (UNE) promovia o I Seminário Internacional de Reforma Universitária, em Salvador, do qual resultou a *Declaração da Bahia* (...), um dos textos programáticos dos estudantes sobre a reforma das instituições universitárias no país. Essa declaração aborda três temas: a realidade brasileira, a universidade no Brasil e a reforma universitária, aos quais acrescenta um adendo sobre o projeto de diretrizes e bases da educação nacional. Com o mesmo objetivo do primeiro seminário, realiza-se em Curitiba, em março de 1962, o II Seminário Internacional de Reforma Universitária, que retoma a linha de crítica à universidade iniciada em Salvador. A questão básica passa a ser o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias no país. Para os estudantes, havia grande defasagem entre as universidades e as aspirações do movimento popular, em termos de maior democratização dessas instituições. As conclusões deste seminário foram reunidas na *Carta do Paraná* (FÁVERO, 1995, anexo 2), que preconiza entre outras questões, uma universidade crítica, antidogmática e imune às discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social. No ano seguinte, 1963, a UNE realizou em Belo Horizonte o III Seminário Internacional de Reforma Universitária, cujo teor e documento resultante (FÁVERO, 1995, anexo 3), em linha gerais, seguiram a orientação contida na *Carta do Paraná*. Em conjunto, os seminários da UNE sobre a reforma universitária colocam sempre o problema da universidade ao lado das reformas de base e de questões políticas mais globais.

O movimento estudantil apresentava uma série de demandas relacionadas ao ensino superior. Dentre elas: a suspensão imediata do sistema de cátedras vitalícias, a adoção do regime departamental e do tempo integral para os professores, aliado à melhoria salarial e das condições de trabalho, a criação de um sistema eficiente de assistência ao estudante, dentre outros (MENDONÇA, 2000).

A partir de abril de 1964 até o início de 1967, as discussões dentro do movimento estudantil se concentraram, sobretudo, em torno de dois pontos chave: a revogação dos acordos MEC/USAID² e da Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964), que como já foi dito dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes. Apesar da repressão, houve passeatas de protesto e reivindicação, todas elas marcadas por forte conteúdo político (FÁVERO, 2009).

Mais tarde no ano de 1969, mais uma medida legal interferiu diretamente na questão “das liberdades referentes ao meio estudantil e docente”, a implementação do Decreto-lei 477/69. Ele veio definindo infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, proibindo qualquer participação política de estudantes, além de prever o jubramento de estudantes, que, de acordo com Nei Braga, Ministro da Educação, consistia num vestibular interno pelo qual a universidade livrava-se dos alunos indesejáveis (FÁVERO, 1991).

Constatamos com as afirmações citadas acerca do movimento estudantil que este foi um movimento atuante e crítico tanto em relação ao regime militar quanto em relação à educação superior. Isso fez com que o governo ditatorial tentasse de variadas maneiras silenciar os estudantes, interferindo com rapidez e veemência na questão referente ao ensino superior brasileiro, assim como em outros setores considerados estratégicos.

Os militares interferiram diretamente e de variadas maneiras em vários setores nacionais, dentre eles a educação, adotando uma política educacional fundamentada nos seguintes eixos:

- 1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis; 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista; 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital; 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar, e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformado em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado (GERMANO, 2005, p.105-106).

Neste novo contexto foram estabelecidas as finalidades de cada nível de ensino no nosso país. À educação chamada de primeiro grau (hoje ensino fundamental) coube a capacitação para alguma atividade prática; ao ensino médio, que buscava a capacitação profissional compulsória, um caráter de terminalidade antecipada de estudos para as classes menos abastadas; e ao ensino superior cabia proporcionar uma qualificação mais específica aos indivíduos oriundos das classes dominantes, já que havia necessidade de formação de sujeitos para o trabalho complexo (RODRIGUES, 2011).

Para tanto, a universidade brasileira deveria se transformar numa instituição técnica, com o objetivo de formar gerentes e técnicos para suprir a nova realidade industrial vivida pelo país e se livrar dos resquícios academicistas que a envolviam. O diploma universitário passou a representar uma forma de ascensão para a classe média do país a partir de então. Em conformidade com estas afirmações estão as palavras de Silva Jr & Sguissardi (1999, p. 178):

O modelo econômico então vigente – em processo de internacionalização, concentrador e centralizador de capital, que fazia do consumo individual de bens duráveis uma de suas estratégias – buscava mão-de-obra qualificada para as exigências desta nova fase. A Reforma Universitária de 1968 possibilitou uma mudança na forma de ascensão social da classe média. A alteração do modelo

² Os acordos MEC/USAID foram acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development* com a justificativa da prestação de assistência técnica desta agência estadunidense ao citado Ministério brasileiro em relação à educação no país, com ênfase no ensino superior.

econômico brasileiro – que facilitou a emergência no país, de grandes empresas nacionais públicas e privadas e corporações multinacionais – interrompeu a principal via de ascensão social dos setores médios, ao mesmo tempo em que produzia um mercado de trabalho para a mão-de-obra “diplomada”. O ensino superior tornou-se uma relevante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, importante mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e fonte de legitimidade do regime militar-autoritário.

Paradoxalmente, em relação às políticas para a educação superior, o período de 1964 a 1985 é emblemático. A política de expansão deste nível de ensino foi considerada estratégica pelos governos militares que dedicaram maior atenção ao seu financiamento, porque interessava ao país ampliar o quadro de mão de obra qualificada para atender às demandas da nova sociedade brasileira, com um projeto de industrialização, de caráter modernizador. Para tanto, 14 universidades públicas foram criadas nos 21 anos de ditadura (MEDEIROS, 2012).

A necessidade de adequar o setor educacional às novas demandas oriundas do regime militar direcionou alterações na legislação vigente que regulamentava este setor. No entanto, segundo Saviani (2006a), de início não houve a substituição total da LDB em vigor, ou seja, a Lei 4.024/61. A primeira LDB continuou com muitos artigos em vigor, durante todo o período da ditadura militar, apesar do surgimento de outras leis. O fato pode ser compreendido se levarmos em consideração que os governos militares estavam mais preocupados em garantir a continuidade da ordem socioeconômica, e, para atingir esse objetivo, as diretrizes gerais da educação, em vigor, não precisavam ser radicalmente alteradas. Bastava “ajustar” a organização do ensino ao novo quadro político, como um instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica (SAVIANI, 2006a, p.21).

Para legitimar as pretensões do governo de estabelecer uma Reforma Universitária foi criado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), em 1968, por ordem do então Presidente da República general Arthur da Costa e Silva. Este GTRU tinha como norte a preparação de um documento que lançasse as bases da lei de Reforma Universitária. Para desenvolvê-lo o GTRU já tinha à disposição o conteúdo de seminários e fóruns sobre educação realizados pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) – fortemente ligado aos parâmetros da tecnocracia e da privatização –, as conclusões dos relatórios Atcon e Meira Mattos que enfocavam a racionalização e a necessidade de disciplinar a vida acadêmica, e as “sugestões técnicas” da United States Agency for International Development- USAID.

Em pleno acordo com o que foi exposto, foi sancionada a chamada lei da **Reforma Universitária**, Lei 5.540/68, trazendo em seu bojo os principais interesses do governo militar, dentre eles: contenção do movimento estudantil universitário; incentivo a medidas de privatização do nível superior de ensino; reduções de investimentos nas universidades públicas e gratuitas, dentre outros. Esta Reforma proposta e instaurada no país trouxe consigo uma série de medidas que mudaram inúmeros aspectos das instituições universitárias nacionais.

Em um texto de 59 artigos, foram apresentados os fins, as funções, a organização e as modalidades de cursos de ensino superior (art. 1º a 30). O documento também incluía orientações sobre corpo docente (art. 31 a 37); corpo discente (art. 38 a 41); disposições gerais e transitórias (art. 42 a 59) (BRASIL, Lei 5.540/68).

Porém, antes mesmo da aprovação da Lei 5.540/68, o setor privado que atuava no ensino superior já estava em busca da demanda não atendida pelas insuficientes vagas oferecidas nas universidades públicas nacionais. Por conta disso, os empresários do ensino privado que eram maioria no Conselho Federal de Educação “esqueceram” a orientação legal relacionada a fazer

da universidade o modelo preferencial de organização do nível superior brasileiro. Estes mesmos conselheiros não tiveram problemas em criar todas as facilidades possíveis para que os estabelecimentos particulares proliferassem, mesmo sem instalações adequadas, sem laboratórios e bibliotecas e com professores despreparados, seguindo vários outros modelos de organização de educação superior. (CUNHA & GÓES, 2002)

Assim, a ideia de se fazer da universidade o principal lócus de educação superior no nosso país, foi atropelada pela própria política educacional criada pela ditadura, política esta que foi direcionada por organismos internacionais, principalmente estadunidenses, e que serviu como um dos principais pilares para a intensificação do padrão de país capitalista dependente, conforme explicita Fernandes (1989, p. 85):

O padrão dependente de escola superior é aprofundado na medida em que passava a subordinar a universidade às diretrizes internacionais marcadas pela lógica privatizante. Não por acaso, ao mesmo tempo, descortinou-se um grande incentivo por parte do Estado à privatização da educação. Desta forma: Os recursos economizados através dessas 'políticas' são deslocados para o ensino universitário particular, a indústria bélica e os incentivos à indústria privada e a uma 'tecnologia avançada' de efeitos demonstrativos.

Assim sendo, podemos afirmar que a presença cada vez maior e mais influente do setor privado na expansão do ensino superior ocorreu durante o período da ditadura já que seus representantes faziam parte dos quadros "aliados" aos militares, instalados no governo do país. Estes representantes, defensores da privatização da educação, buscaram desmontar ou, pelo menos, desacelerar o crescimento da rede pública de ensino. E mais ainda, trataram de possibilitar que a utilização de verbas públicas destinadas ao ensino público fosse transferida, em grande parte, às instituições particulares. Foi, então, no nível superior, que a acumulação de capital no campo do ensino se fez de forma mais intensa e escandalosa, como afirmam Cunha & Góes (2002, p.48):

O aumento da procura de ensino superior nos anos 60, ao mesmo tempo em que o governo federal freava o crescimento das universidades públicas (e gratuitas) fez com que aumentasse enormemente a demanda pelo ensino particular (pago). O governo recebia muito bem esse crescimento das escolas particulares, pois isso facilitava sua desobrigação para com a manutenção do ensino público e gratuito.

Dentro deste processo de expansão e na esteira da tendência à desobrigação do Estado com a educação superior, um aspecto novo destacava-se cada vez mais: a entrada nesse "mercado" da denominada iniciativa privada não confessional. Esse fato alterou a organização e correlação de forças que estruturavam o campo educacional no nível superior, até aquele momento, e representou o "resultado da maturação de uma determinada orientação educacional". Isto fazia parte de uma estratégia bastante clara do regime que tentava implementar o princípio da "expansão com contenção". Seus defensores procuravam demonstrar de modo ostensivo que o Estado seria incapaz, por si só, de atender à crescente demanda de acesso a esse nível de ensino. (SILVA JR & SGUISSARD, 1999, p. 183-184). É ainda pertinente afirmar que, durante a ditadura militar, o incremento de recursos financeiros no nível superior de ensino passou por dois momentos distintos. O primeiro se estendeu do ano de 1964 até meados dos anos 1970 quando houve um aumento nos investimentos financeiros no setor. Já no segundo momento, com o declínio do chamado "milagre brasileiro" e o início de uma crise econômica que o país enfrentou durante toda a década de 1980, houve redução

drástica dos recursos financeiros investidos na educação como um todo e não foi diferente na educação superior.

Alguns números referentes ao ensino superior demonstram o descaso assumido pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1980 com o nível superior, segundo Cunha & Góes (2002, p.51):

A desobrigação do Estado para com a educação teve no ensino superior diretamente mantido pelo Ministério da Educação seu efeito mais danoso. As verbas destinadas às universidades foram drasticamente cortadas, a ponto de muitas delas terem de paralisar importantes atividades de ensino, de pesquisa e de prestação de serviços. Para cada Cr\$100,00 que as universidades federais receberam em 1980, a elas foi destinado, em 1984, apenas Cr\$37,80. No mesmo sentido descendente foi a remuneração dos professores: de janeiro de 1979 a abril de 1984 houve uma perda salarial de 103%, o que levou muitos professores a procurarem outros empregos como complemento ou substituto da pesquisa e do ensino. Em ambos os casos, o resultado foi à deterioração da qualidade da universidade pública.

Durante os anos da década de 80 intensificou-se no Brasil um movimento de desmoralização dos serviços públicos, em geral, e das universidades públicas, em particular. A educação superior pública passou a ser caracterizada como ineficaz e muito onerosa aos cofres públicos. Isso servia de justificativa para as propostas de retirar as universidades federais da responsabilidade do Estado a fim de que os recursos financeiros investidos na educação superior fossem aplicados no nível básico de ensino. Esse era o discurso do Banco Mundial³ para abrir o crescente mercado da educação superior à iniciativa privada, uma vez que encarava a educação “como a prestação (pública ou privada) de um serviço, e não como um direito de todos à transmissão e troca de saberes, culturas e valores” (HADDAD, 2008, p. 27).

Do ponto de vista teórico, a política educacional do regime militar se pautou na chamada “teoria do capital humano”, tentando estabelecer uma relação direta, imediata e mesmo de subordinação da educação à produção, e implantando uma política de descomprometimento do Estado com o financiamento da educação pública e gratuita, concorrendo decisivamente para a privatização do ensino. Esta teoria foi importada dos Estados Unidos como “diretriz de política social para países em desenvolvimento” (ARAPIRACA, 1982, p. 32) amparada na premissa de que o processo de educação escolar deveria ser considerado como um investimento e que, nesse sentido, teria que buscar sempre uma maior produtividade, como qualquer outro investimento. As habilidades e os conhecimentos obtidos com a escolarização formal representariam o “capital humano” de que cada trabalhador se apropriaria, bastando investir nesse capital para que o desenvolvimento pessoal e social acontecesse. Enfim, ela incentivou os aspectos quantitativos do sistema escolar, buscando obter mais **rentabilidade** com maior economia de recursos. Os estudos de Shiroma (2007, p. 29) corroboram a análise acima apresentada.

³ O Banco Mundial é um organismo internacional composto pelo BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) que proporciona empréstimos e assistência para o desenvolvimento a países de rendas médias com bons antecedentes de crédito e pela AID (Associação Internacional de Desenvolvimento) que desempenha um papel importante na missão do Banco: a redução da pobreza. A assistência da AID concentra-se nos países mais pobres para os quais concede empréstimos. Entre 1968 e 1980, o Banco preocupou-se em ir ao encontro das necessidades básicas das populações dos países em desenvolvimento. O número e o montante dos empréstimos aumentou consideravelmente à medida que os respectivos objetivos se expandiram das infraestruturas para os serviços sociais e outros setores, incluindo à educação, afinal este setor era e ainda é de fundamental importância para o desenvolvimento de um país e para o controle social de uma população. Disponível em: www.wikipédia.org. Acesso em 15 de novembro de 2012.

A reforma do ensino nos anos 1960 e 1970 vinculou-se aos termos precisos do novo regime. Desenvolvimento, ou seja, educação para a formação de “capital humano”, vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país.

Nessa época, foram feitos vários acordos entre o Brasil e os Estados Unidos que tinham como foco a educação brasileira. Foram os chamados Acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura - United States Agency for International Development), que se intensificaram a partir do ano de 1964, abrangendo todos os níveis do ensino.

A *United States Agency for International Development* (USAID) foi criada pelo presidente John F. Kennedy, em 1961, para regulamentar a ajuda aos estrangeiros e atuar como um organismo especial responsável pelos programas americanos de assistência técnica. No Brasil, vários acordos foram firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID (MEC-USAID), desde 1961. Mas foi a partir de 1964, durante os governos militares, que as relações entre as universidades norte-americanas e as brasileiras se aprofundaram e, com a justificativa de colaborar para o desenvolvimento econômico brasileiro, os técnicos norte-americanos traçaram as diretrizes que, segundo eles, modernizariam a nossa estrutura universitária. (OTRANTO, 2009)

Os acordos MEC-USAID tinham o pretexto de prestar assistência técnica, mas na verdade serviram para disfarçar o real interesse dos E.U.A em atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo de desenvolvimento dependente imposto pela política econômica norteamericana para a América Latina, incluindo o Brasil. Isso fica ainda mais claro na afirmação de Arapiraca (1982, p.11):

Consideramos que todo o processo de ajuda proporcionado ao segmento educativo pela USAID buscava racionalizá-lo com o projeto político-econômico que se implantava no Brasil a partir de 1964, já mais explicitamente comprometido com o capitalismo internacional em sua forma periférica.

Focando no ensino superior, os acordos e convênios assinados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – USAID) no período 1964-68 “[...] visavam obter o máximo de eficiência na formação de profissionais de ‘recursos humanos’, para consolidação do capitalismo dependente” (MARTINS, 1982, p.46). Nessa perspectiva, propugnava-se também a modernização da administração universitária, entendida como racionalização da organização acadêmicoadministrativa no âmbito de cada instituição. Essa visão, presente no programa de assistência técnica estadunidense e aceita por autoridades à frente da educação

brasileira, apoiava-se no enfoque sistêmico, cujo modo de pensar gerencial se baseava numa racionalidade predominantemente instrumental, presente em instituições de ensino superior no país nas décadas de 1960 e 1970 (FÁVERO, 2009, p. 66)

Além dos acordos MEC-USAID, assessores norte-americanos, a serviço do MEC, como Rudolph Atcon, se envolveram também na definição da Reforma Universitária. Desse modo, a tônica do chamado Relatório Atcon (1966) recaía sobre a necessidade de disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade. Este Relatório enfatizou a importância de racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, privilegiando, assim, a questão da privatização do ensino (GERMANO, 2005).

A racionalidade, a eficiência e a produtividade desejadas em qualquer empresa, passaram, desde então, a ser exigidas também das universidades, expressando com bastante fidelidade as preocupações de ordem sócio-econômica dos governos militares, caracterizada pelo esforço contínuo pela diminuição de custos, pelo uso dos mecanismos de controle das forças vivas internas e da própria organização curricular. (BOSCHETTI, 2007)

Somando-se ao Relatório Atcon, encontra-se o Relatório Meira Mattos. Este relatório foi fruto da Comissão Meira Mattos destinada a propor medidas para conter o movimento estudantil, para impedir os protestos e a “subversão”. Ela foi composta pelo coronel Carlos Meira Mattos, pertencente à Escola Superior de Guerra (ESG), pelos professores Hélio de Souza Gomes e Jorge Boaventura de Souza e Silva, pelo promotor Afonso Carlos Agapito da Veiga e pelo coronel-aviador Waldir Vasconcelos, do Conselho de Segurança Nacional. A Comissão foi criada pelo Decreto nº 62.024, de 29 de setembro de 1967, em meio ao recrudescimento da repressão militar (ORSO, 2007).

A Comissão Meira Mattos também defendeu a necessidade de ampliar o sistema de ensino superior existente, mas, ponderando sobre a “escassez” de recursos, recomendava racionalidade nos investimentos para que pudesse gerar o máximo de rendimentos. O relatório gerado pela Comissão também apresentou sugestões no sentido de organizar dispositivos que permitissem intervir nas universidades e estudar os movimentos estudantis de modo a identificar suas tendências e estabelecer as melhores formas de disciplinamento dentro das instituições (BOSCHETTI, 2007).

Ambos os relatórios, Atcon e Meira Mattos, trouxeram uma série de consequências para a organização e estruturação das universidades brasileiras a partir de então. Dentre elas se destacam: criação de cursos de curta duração, instalação indiscriminada de cursos e instituições de ensino superior, enfraquecimento das ciências sociais e humanas nos currículos universitários, implantação do sistema de disciplinas por créditos, criação do ciclo básico e profissional, estabelecimento do vestibular classificatório, dentre outros. Cada uma delas teve sua importância dentro das pretensões da política educacional para o ensino superior colocada em prática pelo governo ditatorial.

Não podemos deixar de registrar que no ano de sanção da Lei de Reforma Universitária, 1968, ocorreu outro fato de destaque para o assunto em questão: o governo militar decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), instituindo verdadeiramente a ditadura “sem restrições”, ou seja, o regime real de autoritarismo e repressão ideológica no Brasil. Em relação ao fato de ter sido decretado o AI-5, Vieira (2009, p.98) destaca que:

[...] Em 13 de dezembro, foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), símbolo da passagem do regime militar para a ditadura. Editado no governo do general Arthur da Costa e Silva, esse instrumento traduzia o aprofundamento do regime de exceção mediante várias providências: atribuía amplos poderes ao chefe de governo, dentre eles cassar mandatos, suspender direitos políticos e legislar em substituição ao Congresso Nacional após decretar-lhe o recesso. Severas penalidades eram previstas aos infratores do regime. Os quartéis entraram em prontidão, mobilizando as Polícias Federal, Militar, Civil e a Guarda Civil. A ditadura perdeu a máscara e ingressou em sua fase mais ostensiva.

Já no ano seguinte, 1969, foram estabelecidos os Decretos-Leis 464 e 477 que consumaram a ruptura política, no âmbito educacional, com o propósito de manter a ordem socioeconômica vigente e calar de vez o movimento estudantil em um regime que se autoprotelamava democrático e revolucionário.

Contudo não é pertinente afirmar que a reforma universitária de 1968 tenha se traduzido numa incorporação pura e simples das recomendações dos Relatórios Atcon e Meira Mattos e/ou numa imposição da USAID através dos seus grupos de assessores que trabalhavam junto ao MEC. É preciso relativizar a influência de tais assessores, tendo em vista o movimento interno em favor da modernização da universidade existente no país desde fins da década de 1940. Muitas das reivindicações de professores e dos movimentos estudantis universitários foram incorporadas à Lei de Reforma Universitária, mas acabaram sendo “adequadas” pelo governo ditatorial aos seus interesses.

Algumas das modificações estabelecidas pela Lei de Reforma Universitária já estavam presentes na experiência da Universidade de Brasília (UnB), considerada avançada e progressista naquele período. É o caso dos propalados combate ao desperdício, defesa da racionalização e do aumento da produtividade acadêmica, a adoção dos departamentos como unidades básicas, do sistema de créditos e do período semestral, somente para citar alguns exemplos.

Todas estas inovações foram implantadas pela Lei 5.540/68, com os objetivos declarados conforme citados acima, mas com outros objetivos reais, tais como: a) minar o movimento estudantil, com a adoção do sistema de créditos e matrícula por disciplina, que na realidade serviram para impedir o fortalecimento e o surgimento de lideranças; b) favorecer a rede privada de ensino, com a adoção de seus valores: redução de custos e valorização da quantidade em detrimento da qualidade para todas as universidades brasileiras, além do aumento da destinação de verbas públicas para instituições privadas. Isso fica bem claro nas palavras de Saviani (2006, p. 86-87):

A referida estratégia do “autoritarismo desmobilizador” aplicada à educação refletiu-se, também, na estrutura do ensino superior preconizada pela reforma. Com efeito, a lei instituiu a departamentalização e a matrícula por disciplinas com o seu corolário, o regime de créditos, generalizando a sistemática do curso parcelado. Ora, tais dispositivos, aparentemente apenas administrativos e pedagógicos, tiveram, no entanto, o significado político de provocar a desmobilização dos alunos que, não mais organizados por turmas que permaneciam coesas durante todo o curso, ficaram impossibilitados de se constituírem em grupos de pressão capazes de reivindicar a adequação do ensino ministrado aos objetivos do curso, bem como a consistência e relevância dos conteúdos transmitidos.

Podemos, por conseguinte, afirmar que a reforma universitária do Regime Militar representou, sobretudo, uma incorporação desfigurada de experiências e demandas anteriores, acrescidas das recomendações dos assessores da USAID, das diretrizes privatistas de Atcon e disciplinadoras de Meira Mattos, propostas para modificar o ensino superior brasileiro. Todo este aparato teórico serviu para tentar inviabilizar, a todo custo, um projeto de universidade crítica e democrática que ganhava força no movimento estudantil, contra o qual o governo apontou o seu arsenal de repressão, investindo fortemente na despolitização do espaço acadêmico.

A tão sonhada e planejada reforma universitária que vinha sendo gestada pela sociedade civil, desde a década de 1940 e encampada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), foi desconsiderada pelos militares, que outorgaram um texto legal de acordo com os seus interesses, sem levar em consideração todas as aspirações democráticas e de autonomia que nortearam o movimento social das décadas de 1940 e 1950.

Em consonância com o que foi apresentado até aqui, as consequências para a educação logo se fizeram sentir, explicitadas na afirmação de Cunha & Góes (2002, p.50): “o descaso do

Estado para com a educação, acentuado pela ditadura, fez com que o Brasil se convertesse num dos países em que relativamente menos se aplica nesse setor.” Como os reflexos das medidas no campo educacional podem ser sentidos anos depois, ainda hoje estamos sofrendo por problemas decorrentes dessa política de escasso investimento na educação brasileira.

Acrescido à tentativa de desobrigação do Estado para com a manutenção do ensino público e gratuito pudemos acompanhar o beneficiamento ao setor privado, que se aproveitou deste momento propício para se expandir, acumular capital e aumentar sua influência ideológica relacionada ao ensino superior. Silva Jr & Sguissardi (1999, p.179) expressam esta questão de forma ainda mais esclarecedora:

A partir da década de setenta, com claro apoio do Estado, o Ensino Superior expandiu-se intensa e rapidamente, de modo especial na esfera privada. A expansão concretizou-se mediante a entrada dos empresários (da educação do 1º e 2º graus, especialmente) para este nível de ensino. Este movimento empresarial na esfera da educação assumiu grandes dimensões, tornando-se um empreendimento considerável no ramo da prestação de serviços. Associações e entidades da sociedade civil reorganizaram seus objetivos, sustentadas nesta base material de acumulação e expansão do capital para a montagem da estrutura desse novo *empreendimento*. (grifo do autor)

A tabela abaixo demonstra o quanto à expansão do número de matrículas no ensino superior se intensificou entre 1968 a 1980.

Tabela 1- Expansão de matrículas no ensino superior no Brasil (1968-1980)

ANO	MATRÍCULA
1968	278.295
1971	561.397
1977	1.159.046
1980	1.377.286

Fonte: Inep/MEC (2000).

As matrículas duplicaram em quatro anos (de 1968 a 1971) e voltaram a duplicar em sete anos (1971 a 1977). Essa expansão foi realizada, predominantemente pela iniciativa privada não confessional, surgindo e se expandindo, assim, os chamados empresários do ensino superior.

Todo este quadro demonstra que a Reforma Universitária promovida pelo governo militar acabou beneficiando demasiadamente a rede de instituições privadas, levando a uma grande expansão destas instituições pelo país. Veja o que afirma Durham (2003, p.209):

Houve, de fato, uma mudança de patamar. O setor privado, cuja participação oscilava em torno dos 45% até 1965, atingiu 50% em 1970, e, a partir desta época, alcançou e manteve uma participação superior a 60%. Quando chegamos ao final da década de 1970, o sistema de ensino superior havia mudado muito e o desenvolvimento dos setores público e privado havia se dado em linhas divergentes.

Neste contexto, podemos afirmar que, a corrente privatista, principalmente do ensino superior, proclamava a necessidade de expandir o ensino e, ao mesmo tempo, de conter despesas, apontando a gratuidade do ensino como um grande obstáculo e um fator impeditivo de maior acessibilidade ao nível superior. De acordo com esta “ideologia” o mercado controlaria a educação e esta deveria ser considerada como uma mercadoria. Isto mostra que o capital

privado estava de pleno acordo com a política econômica e educacional do regime militar, principalmente no nível superior.

Chegamos, então, à conclusão que durante o governo ditatorial militar no Brasil foi adotada uma política educacional bem definida que, através da reestruturação do sistema educativo segundo os princípios da organização das empresas, buscou maior adequação do modelo de educação ao modelo econômico, para atingir os objetivos deste último. A eliminação ou, pelo menos, a diminuição da defasagem, tanto no que se refere ao aspecto quantitativo (atender à demanda), quanto no que se refere à estrutura (pôr-se em consonância com os imperativos do desenvolvimento) tem por fim, portanto, a instrumentalização do processo educativo e sua utilização em proveito da expansão econômica (ROMANELLI, 1983).

1– A UFRRJ e a reformulação do Estatuto e Regimento Geral na década de 1970.

A história da UFRRJ desde a década de 1960 esteve entrelaçada com formulações/reformulações de seu Estatuto e Regimento Geral. Até o início da década de 1970 ocorreram muitas mudanças na história desta instituição que influenciaram a elaboração e aprovação desses documentos. As mudanças históricas e políticas ocorridas no Brasil envolveram a Universidade pesquisada e acabaram fazendo com que os principais documentos que a regiam precisassem se adaptar a mudanças inúmeras vezes. Para o presente estudo, importa começar analisando as reformas decorrentes da LDB de 1961.

Em função da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, Lei nº 4.024/61, a Universidade Rural do Brasil – URB (denominação da UFRRJ na época) teve que se adequar às diretrizes desta nova Lei, mesmo estando ainda vinculada ao Ministério da Agricultura, uma vez que a nova Lei era de âmbito nacional e por isso, abrangia todas as instituições educacionais do país. Por conta disso, a URB teve que reformular seu Estatuto com a finalidade de se adequar a LDB, como narra Otranto (2009, p.105):

O Estatuto da Universidade Rural do Brasil foi aprovado na Reunião do CONSU de 25 de junho de 1962 e possuía alguns pontos considerados avançados na época, até mesmo para as universidades vinculadas ao MEC, quanto mais para uma Instituição que sempre esteve atrelada ao Ministério da Agricultura, distante, portanto, dos debates educacionais mais amplos.

Logo depois da aprovação do Estatuto pelo CONSU, foi instituída uma Comissão de Professores para trabalhar junto ao Conselho Federal de Educação, no sentido de obter, o mais rápido possível, sua aprovação por aquele órgão. Isso só ocorreu em 10 de janeiro de 1963, através do Decreto nº 1.984. Como mencionado anteriormente, a Lei Delegada nº 9/62 manteve a URB vinculada ao Ministério da Agricultura; no entanto, este mesmo dispositivo legal garantiu a sua autonomia nos termos da Lei nº 4.024/61, ao dispor: “a Universidade Rural passa a denominar-se Universidade Rural do Brasil sendo-lhe reconhecida autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos, de acordo com o artigo 80 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961” (Lei Delegada nº 9/62, art.39, *apud* OTRANTO, 2009, p. 105).

Com a homologação pelo CFE, o novo Estatuto da URB entrou em vigor no ano de 1963. De acordo com Otranto (2009, p.105): “o ano de 1963 e o início de 1964 foram destinados à adaptação gradativa da Instituição ao novo Estatuto e, conseqüentemente, ao novo sistema autárquico”.

Porém, com o golpe civil-militar de 1964, e a política educacional colocada em prática pelo governo militar, o novo Estatuto da URB ainda em fase de adaptação já se encontrava ultrapassado e precisava ser novamente reformulado para atender às demandas das novas orientações de âmbito educacional, estabelecidas em função da alteração no governo do país. Observe o que Otranto (2009, p. 114) afirmou sobre esta situação:

Para atender a essa demanda, as reuniões do CONSU, ocorridas no último mês do ano de 1966 e nos primeiros de 1967, concentraram-se na elaboração do Plano Diretor da Universidade Rural do Brasil. Segundo diretrizes emanadas do MEC, cada escola deveria ter o seu regimento próprio que seria encaminhado à Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação. Foi constituída, no interior da Universidade, uma Comissão para estudar e propor a reorganização da URB, em face da nova legislação do ensino superior. A proposta aprovada instituiu que o estudo fosse “global, abrangendo a reforma do estatuto e dos regimentos, visando à consideração do problema como um todo” (CONSU. Ata da Reunião de 9/12/1966). A Comissão foi constituída pelos Diretores das Escolas, Representantes das Congregações e um Representante da Associação de Docentes da Universidade Rural do Brasil (ADURB). Contudo, o principal assunto de que trataram as reuniões no início de 1967 foi à transferência da URB do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação.

A transferência da URB do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura ocorreu em 19 de maio de 1967, de acordo com o Decreto nº 60.731. Além disso, o mesmo dispositivo legal estabeleceu nova denominação para as universidades transferidas. É o que dispõe o artigo 2º desse decreto: “As Universidades Rurais do Sul, do Brasil e de Pernambuco passam a denominar-se respectivamente Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)”. (OTRANTO, 2009)

Como ficou claro no parágrafo anterior, a universidade em questão neste estudo teve sua vinculação ministerial alterada assim como seu nome no ano de 1967. Ela deixou de se chamar Universidade Rural do Brasil (URB) e passou a ser denominada Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e deixou de pertencer ao Ministério da Agricultura e passou para o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Logo após estas mudanças, o Conselho Universitário da UFRRJ apressou-se em aprovar o seu novo Estatuto e submetê-lo ao Conselho Federal de Educação. A aprovação se deu na reunião de 23 de agosto de 1967. A seguir leia o que Otranto (2009, p.117) escreveu sobre a aprovação do novo Estatuto da agora UFRRJ:

Nessa mesma reunião procedeu-se à leitura e à aprovação de cada artigo do Estatuto. O Estatuto da Universidade, aprovado no CONSU, foi encaminhado ao Conselho Federal de Educação. Mas como já estava em curso a Reforma Universitária, ele precisou esperar a homologação da Lei nº 5.540/68 para a sua aprovação, tendo, inclusive, que ser adaptado à nova lei, o que atrasou muito as mudanças na Instituição.

Já no ano de 1968, a leitura das atas do Conselho Universitário permitiu a constatação de que a maioria das dificuldades administrativas enfrentadas pela UFRRJ era decorrente do confronto entre as diretrizes emanadas do seu Estatuto, elaborado na época da vinculação ao Ministério da Agricultura, e as normas do Conselho Federal de Educação e do Ministério da Educação. O novo Estatuto não tinha sido aprovado pelo CFE em virtude da necessidade de adaptá-lo à Reforma Universitária. A Lei nº 5.540/68 ainda não havia sido aprovada, o que só aconteceu em novembro de 1968. Enquanto isso a UFRRJ ficava na situação dúbia de obedecer

às novas diretrizes legais sem ferir o seu Estatuto. (CONSU. Ata da Reunião de 25/04/1968). (OTRANTO, 2009)

Somente em outubro de 1969, o novo Estatuto foi aprovado, pelo Parecer nº 770 do CFE e sua homologação e publicação no Diário Oficial da União só ocorreu em 23 de maio de 1970. Porém, esta ainda não foi a aprovação definitiva do Estatuto da UFRRJ, segundo as normas da Reforma Universitária, conforme registrado na Reunião do CONSU de 03/09/1969. O problema a partir daí era que o novo Estatuto precisava se adaptar às diretrizes da Reforma Universitária o que implicava em reformulações não somente no Estatuto recém aprovado, mas também no Regimento Geral da Instituição. Os detalhes dos novos documentos institucionais serão apresentados no próximo capítulo. (OTRANTO, 2009)

Com o intuito de atualizar sua situação institucional de acordo com as diretrizes da Lei de Reforma Universitária e do MEC, a UFRRJ se apressou para mais uma vez sanar as inadequações de seu Estatuto e Regimento Geral. Otranto (2009, p. 160-161) explicita bem como se deu este esforço da universidade:

A UFRRJ foi à primeira universidade a entregar o Plano Global de Desenvolvimento exigido pelo MEC, que tinha como “pré-requisitos o Plano Diretor, o Estatuto e o Regimento” da Instituição. (CONSU. Ata da Reunião de 03/07/1973). O Regimento Geral, ainda em fase final de elaboração, foi entregue em forma de projeto, mas não deixou de ser trabalhado pela comissão integrante do CONSU, o que possibilitou sua aprovação naquele Conselho em 23 de agosto de 1973. Contudo, ainda não seria desta vez que o MEC o homologaria. Primeiro, precisavam ser reformulados alguns pontos do Estatuto.

Logo após as exigências feitas pelo Conselho Federal de Educação para adequação do Estatuto da Universidade Rural às diretrizes da Reforma Universitária terem sido cumpridas, o mesmo foi, finalmente, aprovado pelo Parecer nº 3.716/74, do CFE, homologado pelo Ministro da Educação e Cultura em despacho proferido no Processo GM – BSB nº 005709.74, publicado no Diário Oficial de dois de dezembro de 1974. Uma vez sancionado, o Estatuto direcionou as mudanças no Regimento Geral e abriu caminho para sua posterior aprovação, no ano seguinte. (Ibidem)

Já o Regimento Geral foi aprovado pelo Parecer nº 1.042/75, do CFE, homologado em 20 de maio de 1975, pelo Ministro da Educação e Cultura (Processo GM-MEC nº 223.382/75), e publicado no Diário Oficial, de 28 de maio de 1975, estabeleceu as bases da organização da UFRRJ. O Estatuto, homologado em 1974, e o Regimento Geral, aprovado em 1975, passaram a ser o esteio no qual iria “se apoiar a estrutura e organização da Universidade, estabelecendo e disciplinando suas finalidades, em harmonia com as diretrizes da Legislação do Magistério Superior” (UFRRJ, Estatuto e Regimento Geral, 1975, apud OTRANTO, 2009, p. 165).

Depois de muitas reformulações, que resultaram nos novos: Estatuto e Regimento Geral, a UFRRJ finalmente aproximou-se do modelo proposto pela Reforma Universitária de 1968, conforme já destacado no capítulo anterior.

Para permanecer como Universidade a UFRRJ teve que ampliar seus cursos e diversificá-los entre várias áreas do saber para dar conta de uma das especificações da lei 5.540/68 que em seu art. 11 dizia que as universidades deveriam ser organizadas tendo como uma de suas características a “universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano”. Em função disso, a UFRRJ teve que “deixar de lado” o fato de se dedicar a cursos da tradicional área agrônômica (Agronomia e Medicina Veterinária) e criar cursos da área de Educação e Ciências Sociais para que pudesse se manter autônoma e como

uma instituição universitária, caso contrário, seria incorporada a outra universidade federal já existente.

A organização da UFRRJ em unidades acadêmicas, a partir deste período, se baseou na implementação de Institutos que eram compostos por diferentes departamentos, seguindo mais uma vez as orientações da Lei de Reforma Universitária de 1968, agora baseada no art. 12, parágrafo 3º que instituiu o Departamento como “a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal”. Estas e outras mudanças garantiram que a UFRRJ cumprisse as determinações legais apresentadas pela lei citada anteriormente (OTRANTO, 2009).

No ano de 1970, segundo Otranto (2009), foram criados os novos cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis garantindo plenamente a diversificação das áreas do saber de acordo com as exigências legais já expressas. No ano seguinte as dificuldades da Universidade se ampliaram por conta de questões financeiras já que as mudanças ocorridas no ano de 1970 como a criação de novos cursos e a departamentalização precisavam ser acompanhadas de contratação de professores e técnicos, ampliação de material de consumo, além de gerar aumento nas despesas da universidade (maior consumo de energia, por exemplo), porém não houve aumento nos repasses de recursos financeiros por parte da União já que a política para o ensino superior da ditadura militar estava baseada na ampliação de vagas com contensão de despesas. De acordo com Otranto (2009, p.145):

Se 1970 foi o ano em que as mudanças estruturais na UFRRJ foram homologadas pelo MEC e publicadas no Diário Oficial da União, 1971 se caracterizou pelas dificuldades de colocá-las em prática. O primeiro grande problema da Instituição, que acabou por ampliar a magnitude dos demais, foi o financeiro. A proposta de expansão da Universidade, com a abertura de novos cursos, nos quais estavam incluídos os de Medicina, Engenharia Civil e Engenharia Operacional, teve que ser arquivada, por falta de recursos financeiros.

A mesma pesquisadora ainda nos alerta que a UFRRJ foi mais atingida pelas dificuldades financeiras que as demais universidades do país, pois a desvinculação do Ministério da Agricultura em 1967 e a posterior vinculação ao MEC, fez com que ela passasse a receber menos recursos financeiros do que antes. Afinal, no novo Ministério, não passava de mais uma das várias Instituições Universitárias Públicas que recebiam recursos financeiros, recursos esses que eram distribuídos de acordo com o tamanho de cada Instituição. No ano em que se deu esta desvinculação (1967), “a redução orçamentária da UFRRJ foi de 50%, segundo a maioria das atas dos meses de novembro e dezembro” (OTRANTO, 2009, p.149).

É importante ressaltar que no ano de 1971 ocorreram eleições para reitor, conforme comprovam as atas do Conselho Universitário da UFRRJ. De acordo com a legislação vigente foi composta uma lista sêxtupla, dos componentes da lista o antigo vice-reitor Fausto Aita Gai foi o mais votado e também o escolhido pelo MEC para assumir o posto de reitor da UFRRJ. Sobre ele foram depositadas as esperanças de significativas mudanças na área administrativa para com isso tentar aplacar os problemas que a universidade vinha passando.

Até 1976, conforme destacou Otranto (2009), foram criados mais alguns cursos de graduação como História Natural, Química, Ciências Econômicas, Geologia, Zootecnia, Educação Física e Licenciatura em Física e Matemática. O motivo da criação de tantos cursos era que paradoxalmente a UFRRJ precisava crescer, receber mais alunos e criar novos cursos para poder receber mais recursos do MEC, porém se levasse isso adiante colocava ainda mais

em risco sua situação financeira já que recebia poucos recursos deste Ministério por ser considerada uma Universidade pequena em relação às demais universidades federais brasileiras.

Otranto (2009) ainda ressalta que a relação da Reitoria da UFRRJ com o governo ditatorial era de submissão e obediência às ordens do regime, porém esta não era a posição dos alunos da Universidade que em diversos momentos se mostraram combativos e contestadores em relação ao regime ditatorial.

As mudanças para a UFRRJ se adequar às determinações legais e ao novo Ministério eram muito maiores do que as enfrentadas pelas demais universidades brasileiras. Era uma instituição predominantemente agrária, que agora era obrigada a criar cursos nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais para continuar a ser universidade. Foi vinculada desde a sua criação, em 1910, como Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, ao Ministério da Agricultura, onde desfrutava das benesses de ser a instituição mais importante. Tudo isso dificultou a redação, aprovação, e adaptação do Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ. Mesmo depois de publicado no Diário Oficial no ano de 1970, sofreu várias críticas e imposições ministeriais. Em função disso, uma das medidas necessárias tomadas pela universidade em questão foi a reorganização do seu Estatuto, que foi feita no momento da redação do Regimento Geral, instrumento que normatiza as diretrizes do Estatuto, ou seja, define como serão colocadas em prática. Foi justamente na hora de regulamentar o Estatuto no Regimento Geral que novas dificuldades apareceram e precisaram ser sanadas. Otranto (2009) nos informa que, depois de sucessivas reuniões do Conselho Universitário (CONSU) da UFRRJ foi instituído o seu primeiro Estatuto como universidade vinculada ao MEC, em 1974, aprovado pelo Parecer nº 3.716/74 do Conselho Federal de Educação e publicado no Diário Oficial de 02 de dezembro de 1974 e também, o seu primeiro Regimento Geral, aprovado pelo parecer 1.042/75, do Conselho Federal de Educação e publicado no Diário Oficial de 28 de maio de 1975.

A elaboração destes documentos esteve subjugada à situação política nacional daquele período, no qual o governo militar ditava as regras de organização, comportamento, estruturação, autonomia, dentre outros aspectos das universidades brasileiras, além de ter que contemplar as medidas estabelecidas na legislação federal em vigor naquele momento. As pressões exercidas pelo regime militar trouxeram como consequência uma postura de subserviência nos diferentes Reitores e demais Conselheiros da UFRRJ. Todas as imposições passaram a ser obedecidas sem qualquer questionamento, devido ao medo da repressão política.

A análise detalhada de alguns artigos presentes tanto no Estatuto quanto no Regimento Geral da UFRRJ elaborados na década de 1970 é importante para que se consiga traçar uma linha de comparação entre os objetivos políticos dos governos militares e a os instrumentos legais norteadores da Universidade, aprovados não só pelo Conselho Universitário (CONSU) como também pelo Conselho Federal de Educação. Através desta análise tentaremos mostrar como a política educacional para o nível superior daquela época estava representada na legislação maior que compunha as regras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Destacaremos, a seguir, alguns artigos do Estatuto e do Regimento Geral da UFRRJ que consideramos mais relevantes para a pesquisa, tecendo alguns comentários que justifiquem a escolha dos mesmos.

1.1- O Estatuto da UFRRJ

No art.1º do Estatuto da UFRRJ podemos observar a seguinte redação:

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ, sediada na região metropolitana do Grande Rio, Estado do Rio de Janeiro, criada pelo decreto-lei nº 6.155, de 30 de dezembro de 1943, com o nome de Universidade Rural, reorganizada pela Lei Delegada nº 9, de 11/10/1962, com o nome de Universidade Rural do Brasil, e reestruturada pelo Decreto nº 63.492, de 29 de outubro de 1968, é autarquia de regime especial, dotada de autonomia didática e científica, administrativa, financeira e disciplinar, destinada a estudos superiores em sistema indissolúvel de ensino, pesquisa e extensão em todos os ramos do saber (UFRRJ, 1975).

Nele podemos destacar o fato do Estatuto apresentar a UFRRJ como uma Universidade criada no ano de 1943, pelo Decreto-Lei nº 6.155, deixando para trás o passado da ESAMV, criada em 1910, que deu origem à Universidade. O ano de 1943 marca a transformação da ESAMV em Universidade Rural, a partir do crescimento das Escolas Nacionais que compunham a própria Escola Superior e não formada pela agregação de instituições variadas, como era a prática da época. Infelizmente, os elaboradores do Estatuto de 1995 não valorizaram esta história ímpar da Universidade Rural e não fizeram o seu registro, fato que somente foi revertido no último Estatuto, em 2010.

Este mesmo artigo cita que a universidade é dotada de autonomia didática, científica, administrativa e financeira. Em seu livro denominado “Uma viagem no túnel do tempo: a ditadura militar vista de dentro da universidade” Otranto (2010) demonstra através da história oral de alunos, docentes e técnicos, como era restrita essa autonomia. Assim, o texto do Estatuto não reflete a verdadeira condição da Instituição na época, somente repete textos legais anteriores. É muito difícil afirmar que uma instituição universitária tinha, na época da ditadura militar, autonomia tão ampla.

O Estatuto ainda destaca a tríade ensino, pesquisa e extensão como indissolúveis, o que se tornou na verdade uma “obrigação” somente das universidades públicas já que as inúmeras outras instituições de ensino superior que se proliferaram pelo país durante o período - 1964/1985- acabaram se concentrando somente no *ensino*. Afinal, para se desenvolver pesquisa e extensão é necessário um corpo docente qualificado, cursos de graduação de longa duração, investimentos em laboratórios, dentre outros fatores que não interessavam ao setor privado responsável por esta expansão indiscriminada, uma vez que o interesse maior era o de lucrar com o atraente mercado educacional que estava se abrindo no país.

Assim como o art.1º, o artigo 2º, alínea *a*, e o artigo 3º trazem uma interessante contribuição para nossa análise:

A UFRRJ tem por finalidade: *a*. Ministar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino superior, **em todos os campos do conhecimento** (*grifo meu*), visando ao preparo e aperfeiçoamento de pesquisadores, professores e técnicos. (art.2º, *a*).

Para o cumprimento de suas finalidades, a organização da Universidade obedecerá aos seguintes princípios:

-unidade de patrimônio e administração;

-integração das ações de ensino, pesquisa e extensão;

-não duplicidade de meios para fins idênticos; (*grifo meu*)

-universalidade de campo, pelo cultivo das diversas áreas do conhecimento; (*grifo meu*)

-cooperação entre as unidades e órgãos da Universidade no desenvolvimento de projetos, cursos e programas”(art.3º)

O trecho destacado demonstra que o Estatuto da UFRRJ frisou duas máximas importantes inseridas na legislação em vigor. A primeira diz respeito à questão referente à contenção de

gastos para gerar maior produtividade com os mesmos recursos, diretriz que esteve presente tanto nos Relatórios Atcon quanto Meira Mattos, refletindo diretamente a influência dos modelos institucionais propostos pelo Banco Mundial e incorporados pelos nossos legisladores. A segunda está relacionada à questão da oferta de cursos de nível superior, em todos os campos do conhecimento que era uma exigência da lei 5.540/68 para as universidades brasileiras. Em função desta exigência a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro teve que ampliar seus cursos nas várias áreas do saber, fugindo de sua tendência agrária, pois precisava cumprir a exigência da lei de Reforma Universitária para continuar a desfrutar do *status* de ser uma universidade. Isso fica claro na redação do art.52 da lei 5.540/68,

As atuais universidades rurais, mantidas pela União, deverão reorganizar-se de acordo com o disposto no art. 11 desta Lei, podendo, se necessário e conveniente, incorporar estabelecimentos de ensino e pesquisa também mantidos pela União, existentes na mesma localidade ou em localidades próximas (BRASIL, 1968).

No novo Estatuto da UFRRJ podemos observar também que o Departamento já aparece como a menor célula da Universidade, mais uma vez seguindo as orientações da Lei 5.540/68 que em seu art.12 § 3º diz que: “o departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e compreenderá disciplinas afins”.

A organização da universidade em torno dos departamentos de ensino foi uma alteração imposta pela Lei de Reforma Universitária que redirecionou a estrutura universitária e foi uma alternativa ao fim da cátedra vitalícia que foi extinta durante a ditadura militar. Vale destacar, porém, que o fim da cátedra já era uma demanda advinda do movimento de professores e estudantes há tempos que acabou incorporada pela reforma implementada pelos militares.

A UFRRJ, de acordo com o novo Estatuto/Regimento Geral passou, a se estruturar através da divisão em nove Institutos formados por no mínimo três departamentos, de acordo com exposto no art.4º. Observe:

Sem prejuízo de outras unidades que possam vir a ser criadas, haverá na Universidade nove Institutos assim designados:

Da Área Básica:

- Instituto de Biologia
- Instituto de Ciências Exatas
- Instituto de Ciências Humanas e Sociais Da Área Profissional:
- Instituto de Agronomia
- Instituto de Educação
- Instituto de Florestas
- Instituto de Tecnologia
- Instituto de Veterinária
- Instituto de Zootecnia

§ 1º Para a formação de um Instituto será exigido o mínimo de três Departamentos. §

2º Na criação dos Departamentos que integrarão os Institutos serão obedecidos os seguintes critérios:

- afinidade entre disciplinas de um mesmo Departamento;
- disponibilidade de recursos;
- modelo estrutural de departamento, fixado no Regimento Geral.

Cabe ressaltar no artigo 4º a criação de Institutos fora da área agrária como o Instituto de Ciências Humanas e Sociais e o Instituto de Educação, o que demonstra mais uma vez a adequação do Estatuto da Rural às exigências da lei de Reforma Universitária, pois esta exigia

a diversidade de campos do conhecimento para que uma Instituição pública de nível superior pudesse manter o *status* de universidade.

Já no art.9º, alínea h, da Seção I, que trata do Conselho Universitário foi possível constatar que, apesar da UFRRJ estar vinculada ao MEC desde o ano de 1967, algumas de suas “raízes agrárias” ainda permaneceram neste novo Estatuto aprovado no ano de 1975, pois o Conselho Universitário (CONSU) manteve, na sua composição, um representante da Confederação Nacional de Agricultura, mantendo a tradição da Antiga Escola Nacional de Agronomia, unidade mais importante da Instituição por muitas décadas. É importante destacar também, em relação à composição do CONSU, que o corpo técnico-administrativo da universidade não conta com nenhum representante neste Conselho.

Mais uma vez em consonância com os artigos que fazem parte da Lei de Reforma Universitária de 1968, está o art.57 do Estatuto da UFRRJ que determina que: “será observado pela Universidade, na organização de seus cursos de graduação e pós-graduação, bem como na montagem dos planos curriculares, o regime semestral, o sistema de matrícula por disciplina e o sistema de créditos.” O sistema de créditos foi fundamental nas instituições de educação superior para enfraquecer o movimento estudantil. Na UFRRJ com a dissolução das turmas e os constantes deslocamentos dos alunos no imenso *campus* o fato foi notado de forma ainda contundente e serviu como agente facilitador da inserção de “olheiros” entre os estudantes, conforme destacou Otranto (2012). O sistema de créditos e de matrícula por disciplina não foram simplesmente maneiras encontradas para se reestruturar a organização didática das universidades, conforme explicitado no texto legal, mas sim uma forma de separar os discentes para que a desmobilização do movimento estudantil ocorresse de maneira mais eficiente. O art.57 foi complementado, nas restrições ao movimento estudantil, pelo art.86 que deliberou sobre a participação do corpo discente nos órgãos colegiados da universidade. As restrições estão ligadas aos interesses do governo ditatorial de calar o movimento estudantil, mantendo na universidade somente aqueles alunos que não se expressassem contrários ao regime militar e impedindo o surgimento de novas lideranças políticas.

1.2- O Regimento Geral da UFRRJ (1975)

Até aqui registramos a presença de características vinculadas à chamada Lei da Reforma Universitária de 1968, na redação do Estatuto da Universidade Rural. A partir de agora, tentamos fazer o mesmo exercício no texto do Regimento Geral (RG) desta Instituição, homologado e publicado no ano de 1975. Procuramos identificar outros pontos relacionados à política governamental implantada pelo regime militar para o nível superior de ensino neste outro documento.

No art. 1º do Regimento Geral é apresentada a função do mesmo. Vale ressaltar este artigo:

Art. 1º O presente Regimento Geral **disciplina**, nos planos: didático, científico, técnico e administrativo, as atividades das Unidades e dos diversos órgãos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (grifo nosso)

A palavra disciplina aparece no dicionário com o seguinte significado: ordem, respeito, obediência às leis. Então é o RG que é o responsável por organizar a estrutura das Unidades e diversos órgãos da Universidade, estabelecendo o ordenamento das atividades a serem realizadas nas Unidades e nos órgãos da UFRRJ.

Já o art. 3º, do título I do Regimento demonstra na sua redação uma inovação na UFRRJ, pois estabelece três órgãos deliberativos, descentralizando as decisões referentes a esta instituição que antes eram definidas somente pelo CONSU. Neste artigo fica definido que: “são órgãos deliberativos da Administração Superior os seguintes Colegiados: **Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho de Curadores.**” (grifo nosso)

Como dito anteriormente cabe ao RG organizar a estrutura dos diversos órgãos da Universidade Rural. Nos artigos 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12 foram explicitadas as funções e competências dos principais órgãos deliberativos da UFRRJ.

O artigo 10 que trata das competências do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em sua alínea *n* demonstra que é da competência deste órgão deliberativo fixar as normas para a execução do sistema de crédito e do regime semestral de matrícula por disciplina, que, conforme explicitado anteriormente, se constituiu em importante mecanismo de desmobilização do movimento estudantil. Já no artigo 11 é importante ressaltar a criação do Conselho de Curadores que tem como função controlar e fiscalizar a parte econômico-financeira da Universidade. O Conselho de Curadores da década de 1970 foi obrigado a ajudar a gerir as dificuldades financeiras enfrentadas pela UFRRJ e a se inserir no modelo gerencial de organização das finanças incentivado pelo governo militar através das orientações advindas dos planos Atcon e Meira Mattos, visando estabelecer a racionalização em moldes empresariais.

Em relação à questão da departamentalização estabelecida na Lei 5.540/68, o Regimento Geral da Universidade Rural trata desta questão no artigo 33. Este artigo define departamento da seguinte maneira: “o departamento, indivisível em sua organização, é formado com base em um conjunto de disciplinas afins”. Pode-se, então afirmar que a partir da homologação e publicação em Diário Oficial do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade Rural (1974-1975) esta se adequa perfeitamente as exigências da Reforma Universitária implantada pelo regime militar.

Ainda no decorrer da análise sobre o Regimento é importante destacar os artigos 119 e 151. O artigo 119 trata dos casos nos quais a matrícula do aluno seria recusada ou cancelada pela Universidade. Neste artigo podemos identificar os traços da coerção, típicos do momento que nosso país vinha passando (regime militar) e a “perseguição” contra os discentes que se envolviam em questões denominadas disciplinares.

Art. 119 Terá a sua matrícula recusada ou cancelada na Universidade, conforme o caso, o aluno que:

- a. **haja sido excluído desta ou de outra Instituição de Ensino, por motivos disciplinares;**
- b. **tenha antecedentes criminais ou infamantes, ou outros que, a critério do órgão competente, impeçam a sua integração no meio comunitário estudantil;**
- c. seja portador de doença mental ou contagiosa, ou de defeitos físicos que lhe impossibilitem exercer atividades universitárias, a juízo médico; d. tenha abandonado o curso;
- e. tenha obtido o índice de aproveitamento inferior a um inteiro, em dois períodos letivos seguidos;
- f. tiver sido reprovado por três vezes em uma mesma disciplina;
- g. **tiver comportamento considerado atentatório aos princípios da moralidade.**
(grifos nossos)

Já no artigo 151 observamos que mesmo adaptada à exigência da universalidade de campos em função das obrigatoriedades impostas pela Lei 5.540/68, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ainda se preocupava em manter suas bases e tendência agrária. O artigo em questão

diz que: “sem prejuízo da universalidade de campo, a Universidade dará ênfase, no seu Plano de Expansão, ao desenvolvimento das **ciências agrárias** e das ciências básicas”. (grifo nosso)

Estas e outras questões estabelecidas no Regimento Geral da UFRRJ se relacionam tanto com a Lei de Reforma Universitária de 1968 quanto com a legislação que a complementou que colocaram em prática a política para o nível superior definida durante o regime militar no nosso país.

CAPÍTULO III

A DÉCADA DE 1990 E A TENTATIVA FRUSTRADA DA ESTATUINTE NA UFRRJ.

RESUMO

O terceiro capítulo teve como objetivo focar a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro na década de 1990 e a tentativa fracassada de se criar um novo Estatuto para esta Instituição no período citado. Para contextualizar este momento foi feito um levantamento histórico da situação da educação superior no país durante a década citada e do panorama nacional deste período. Além disso, vale ressaltar que este capítulo foi fundamentado, principalmente, nos conteúdos de entrevistas realizadas com alguns sujeitos envolvidos no processo denominado Estatuinte, que visou criar um Estatuto completamente original para a UFRRJ, uma vez que não foram encontradas na universidade em questão nenhum registro formal por escrito deste processo.

ABSTRACT

The third chapter aims to focus on the Federal Rural University of Rio de Janeiro in 1990 and the failed attempt to create a new status for this institution in the mentioned period. To contextualize this moment was made a historical survey of the situation of higher education in the country during that decade and the national scene this time. Furthermore, it is noteworthy that this chapter was based mainly on the contents of interviews with some individuals involved in the process called Estatuinte, which aimed to create a completely original Statute for UFRRJ, since there were no university in question no Record formal written this process.

CAPÍTULO III

A DÉCADA DE 1990 E A TENTATIVA FRUSTRADA DA ESTATUINTE NA UFRRJ.

Para a redação deste capítulo tentamos localizar nos arquivos da UFRRJ e da Prof^a Celia Regina Otranto algum documento escrito a respeito do processo de reforma do Estatuto e Regimento na década de 1990, denominado de “Processo Estatuinte”. Como não logramos êxito, procuramos entrar em contato com algumas pessoas que haviam participado do processo para entrevistá-las e indagar se haviam guardado algum registro daquela época que merecesse integrar esta pesquisa. Depois do contato que tivemos com as pessoas selecionadas para as entrevistas realizadas podemos afirmar que somente uma delas disponibilizou um material escrito, na verdade um jornal da época que circulou na Universidade Rural, que teve condição de integrar nossa dissertação, devido às especificidades de um trabalho de pesquisa.

1– Contextualização histórica e determinantes políticos dos anos 1990.

Com o fim do regime militar no ano de 1985, iniciou-se o período chamado de Nova República. No entanto, isso não ocorreu sem um período de transição, assim descrito por Saviani (2010, p.414):

A transição que se operou no Brasil se iniciou com a ‘distensão lenta, gradual e segura’ formulada em 1974, pelo Governo Geisel, e prosseguiu com a ‘abertura democrática’ a partir de 1979 no Governo Figueiredo, desembocando na Nova República em 1985, que guindou à posição de presidente da República o expresidente do partido de sustentação do regime militar. A ‘transição democrática’ fez-se, pois, segundo a estratégia da conciliação pelo alto, visando a garantir a continuidade da ordem socioeconômica.

Neste mesmo ano (1985), ocorreu a eleição para presidência da República, de forma indireta, na qual foram eleitos, para presidente Tancredo Neves e para vice-presidente José Sarney, sendo que o primeiro morreu antes mesmo de tomar posse, assumindo assim o vice, que veio a enfrentar um período de violenta crise e recessão econômica mundial que afetou significativamente o nosso país.

Paralelamente, com o crescente esgotamento do regime militar, no contexto da chamada redemocratização do país, o debate sobre os rumos da universidade foi retomado, sob a direção, principalmente, dos próprios docentes universitários, organizados em entidades representativas, as ADs (associações de docentes universitários), que se multiplicaram ao longo dos anos 80, articulando-se, inclusive, em uma associação nacional, a ANDES (de início, associação, e, depois, Sindicato Nacional). Essa entidade teve uma ativa participação durante todo o processo constituinte (MENDONÇA, 2000, p.148-149)

Assim, no alvorecer da denominada Nova República, ano de 1986, novos congressistas foram eleitos e investidos de poderes constituintes, tendo então, como principal “missão” elaborar uma nova Constituição Nacional, que acabou promulgada em 05 de outubro de 1988 e vigora até os dias atuais no Brasil. Sobre este momento de relevante importância Mendonça & Fontes (2006, p.91) tecem o seguinte comentário:

A promulgação do novo texto constitucional em 1988, após dois anos de trabalhos descentralizados, se deu, pois, sem um impacto capaz de inaugurar um novo trato das questões institucionais. Assegurou conquistas expressivas por parte dos trabalhadores e dos movimentos sociais, mas deixou clara, também, a capacidade de pressão e a intransigência das forças conservadoras.

A nova Constituição trouxe consigo uma série de alterações em variados setores da sociedade brasileira e na educação não foi diferente, porém podemos dizer que neste âmbito ocorreram avanços e retrocessos, assim como nos demais aspectos que este documento legal abarcou. Embora tal sociedade se configurasse como “de novo tipo”, estudos sobre o assunto demonstram que permaneceram no contexto democrático, estabelecido pela Constituição de 1988, as intenções presentes na Lei de Reforma Universitária de 1968, de ampliar consideravelmente o número de alunos nas universidades por meio da expansão do ensino superior, sobretudo na rede particular. Também a concepção da educação superior como mercadoria se manteve e foi aprofundada, pois apesar da proposta que surgia no contexto social das universidades substituírem o modelo burocrático-tecnocrático de gerenciamento pelo de descentralização participativa, a Constituição de 1988 apresentou um caráter híbrido e ambíguo. Ao mesmo tempo em que o texto constitucional considerava a educação um direito universal, gratuito, democrático e de elevado padrão de qualidade, mantinha a privatização e a distribuição da verba pública para o setor privado, não estimulando a consolidação de um sistema de ensino e pesquisa que criasse as bases políticas, econômicas e culturais para a ruptura com o capitalismo dependente (LIMA, 2007).

Quando se fala de educação superior, no texto da Constituição de 1988, as pessoas se recordam quase que tão somente do art. 207, que trata da autonomia das universidades. Tal artigo assegura que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. O fato se dá porque este é o artigo que consagra princípios históricos e acadêmicos fundamentais para a organização e funcionamento das universidades brasileiras, que foi amplamente defendido pelos movimentos sociais instituídos no interior das universidades, com o objetivo de mantê-la como a instituição de educação superior mais importante no sistema educacional brasileiro.

Vale também ressaltar que a Constituição de 1988, apesar de apresentar um caráter híbrido e ambíguo, como afirmou Lima (2007), também instituiu princípios e mecanismos importantes para o trabalho nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), destacados por Catani & Oliveira (2002, p.5):

Dentre eles, garantiu-se a investidura em cargo ou emprego público mediante a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos (art. 37, II), aboliram-se as restrições legais que impediam aos servidores públicos de se filiarem a sindicatos (art. 37, VI) e instituiu-se o regime jurídico único e um plano de carreira homogêneo para os servidores (docentes e funcionários técnico-administrativos) de todas as IFES do país (art. 24 e art. 39).

Ainda durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990) ocorreu da tentativa de implementar uma série de mudanças referentes especificamente ao nível superior de ensino, porém estas tentativas não foram adiante, pelos motivos apontados por Mendonça (2000, p.149):

Algumas iniciativas foram também assumidas nessa direção por parte do próprio governo federal, sem que, entretanto, tivessem maiores efeitos práticos. Durante o governo Sarney, chegou a se constituir uma Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior, composta na sua maioria de professores universitários, que produziu um documento intitulado *Uma nova política para a educação superior*, com uma série de recomendações de mudanças que nunca chegaram a ser efetivamente implementadas. Essa comissão sofreu uma forte resistência por parte do movimento dos docentes universitários, que contestavam a sua legitimidade.

Já no ano de 1989, outro fato de destaque ocorreu no país: as primeiras eleições diretas para a presidência da república, após longos anos de ditadura militar. Depois de um primeiro turno eleitoral repleto de candidatos a presidência, seguimos para a disputa no segundo turno entre os candidatos Luís Inácio Lula da Silva, representando as forças de esquerda e Fernando Collor de Melo, representante de um projeto de governo que servia melhor aos interesses do empresariado nacional que temia a ascensão de um governo popular (MENDONÇA & FONTES, 2006). A vitória de Fernando Collor de Melo deixou como seu mais expressivo reflexo, segundo Mendonça & Fontes (2006, p.100): “a privatização do espaço público que foi seu ranço mais duradouro”.

Fernando Collor adotou uma série de reformas **inspiradas** no modelo neoliberal⁴. Estas reformas, que tiveram como mote principal a estabilização econômica, levaram o Brasil “ao corte de gastos públicos, à renegociação da dívida externa, à abertura comercial e ao estímulo para o ingresso de capital estrangeiro. Collor deu início ao programa de privatização brasileiro e contribuiu decisivamente para o desmantelamento dos serviços e das políticas públicas” (OTRANTO, 2000, p.47).

A partir dos anos 1990, tomou força o processo de obstrução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tramitava no Congresso Nacional desde 1988. O texto legal que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados não estava condizente com os novos rumos sociais, políticos e econômicos determinados pelo governo Collor. O processo de tramitação e promulgação da nova LDB foi longo e com muitos percalços já que atravessou diferentes momentos e governos nacionais. As modificações de suas diretrizes se iniciaram formalmente no governo Collor, que durou de 15 de março de 1990 a 29 de setembro de 1992. Sofreu uma trégua depois do *impeachment* do titular e a posse de Itamar Franco. Voltou a ser questionada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, quando foi seriamente modificada pelo

⁴ O **Neoliberalismo** é uma releitura do Liberalismo Clássico. Ele ganhou força e visibilidade com o Consenso de Washington, em 1989. Na ocasião, a líder do Reino Unido, Margaret Thatcher, e o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, propuseram os procedimentos do Neoliberalismo para todos os países, destacando que os investimentos nas áreas sociais deveriam ser direcionados para as empresas. Esta prática, segundo eles, seria fundamental para movimentar a economia e, conseqüentemente, gerar melhores empregos e melhores salários. Houve ainda uma série de recomendações especialmente dedicadas aos países pobres, as quais reuniam: a redução de gastos governamentais, a diminuição dos impostos, a abertura econômica para importações, a liberação para entrada do capital estrangeiro, privatização e desregulamentação da economia. No Brasil, o neoliberalismo foi adotado abertamente nos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: www.infoescola.com. Acesso em 15 de novembro de 2012.

senador Darcy Ribeiro, e acabou sendo sancionada e entrando em vigor no dia 20/12/1996 como a Lei 9.394/96, considerada pela maioria dos estudiosos de política educacional como a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) do Brasil (OTRANTO, 1996).

O projeto original da atual LDB, resultante de uma série de mobilizações nas bases educacionais, infelizmente não foi o projeto aprovado, e sim, outro projeto, com várias emendas e modificações. Sobre o que foi aprovado Silva Júnior (2005, p.75) afirma que:

Depois de anos tramitando no Congresso Nacional com base em um projeto com origem na sociedade civil (...), nossa Lei Maior para a educação reduziu-se a um guarda-chuva genérico de natureza jurídica para dar guarida às ações do Ministério da Educação.

Podemos então afirmar que, após o fim da ditadura militar, o ensino superior brasileiro passou por um período de transição, que foi da década de 1980 até meados dos anos 1990, até a promulgação da nova LDB - lei 9.394/96. Esta nova lei trouxe uma série de mudanças que atingiram o nível superior de ensino. Observe o que Catani & Oliveira (2002, p. 1) afirmou acerca desta questão:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 20 de dezembro de 1996 (Lei no 9.394/96), constitui-se em marco de referência para o início do processo de reestruturação da educação superior no Brasil. Na verdade, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir do seu primeiro mandato (1995-1998), deu início a uma ampla reforma que objetivou modificar o panorama da educação no país, particularmente da educação superior. Nesse sentido, promoveu a elaboração e a aprovação de um arcabouço legal capaz de alterar as diretrizes e bases que davam sustentação ao modelo que vinha sendo implementado desde a *reforma universitária de 1968*. Além disso, introduziu mudanças concretas no padrão de avaliação, de financiamento, de gestão, de currículo e de produção do trabalho acadêmico, produzindo transformações significativas no campo universitário e na identidade das Instituições de Ensino Superior (IES).

Porém, antes mesmo da promulgação da nova LDB, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) já vinha implementando algumas medidas voltadas para o ensino superior. As palavras de Mendonça (2000, p.149) são esclarecedoras sobre este momento do governo FHC:

Esse governo, desde 1995, vem conduzindo uma ampla reforma do sistema de ensino. No caso do ensino superior, essa reforma, que se consubstanciou na nova Lei de Diretrizes e Bases e em outros documentos legais complementares, combina-se com uma política de congelamento de salários dos docentes das universidades federais, de cortes de verbas para a pesquisa e a pós-graduação, de redirecionamento do financiamento público, com efeitos, a meu ver, preocupantes, especialmente para as universidades públicas. Essas medidas tiveram um efeito fortemente desmobilizador sobre o movimento docente universitário.

As mudanças direcionadas ao ensino superior, que ocuparam boa parte da LDB com o extenso e genérico capítulo “Da educação superior”, comprovaram o valor desigual que os núcleos dirigentes sempre deram a este nível de ensino, em relação aos demais. Alimentando o caráter privatista e diversificado que se planejava conferir à educação, a LDB de 1996 consagrou práticas expansionistas que tornariam as funções essenciais do ensino superior voltadas mais para a formação profissional e menos para a investigação científica (SILVEIRA, 2011).

Aliado à LDB um conjunto de instrumentos legais (leis, decretos, portarias, resoluções, dentre outros) foram implementados pelo governo de FHC para iniciar as mudanças de interesse deste governo e para complementarem as lacunas deixadas pela Lei 9.394/96.

Vieram neste bojo, leis anteriores a LDB, que foram por ela incorporadas. Dentre elas destacamos, primeiramente, a Lei 9.192/95, que regulamentava o processo de escolha dos dirigentes universitários, segundo a qual os colegiados deveriam observar o mínimo de 70% por cento do corpo docente no total de sua composição e, também, 70% por cento para a manifestação do pessoal docente em relação às demais categorias em caso de consulta prévia à comunidade universitária para a escolha de reitores. A segunda que merece destaque é a Lei no 9.131/95, que criou o CNE e o Exame Nacional de Cursos, naquela época conhecido como “Provão”, que submetia os concluintes dos cursos de graduação a uma prova escrita. Com o “Provão” teve início a montagem de um novo sistema de avaliação da educação superior que previa, além do descredenciamento de instituições de ensino cujos estudantes tiveram desempenho insatisfatório, o reordenamento institucional das universidades segundo os tipos descritos nas linhas anteriores. Esse sistema de avaliação foi regulamentado, inicialmente, por meio do Decreto no 2.026/96 (alterado e revogado pelo Decreto no 3.860/2001). (CATANI & OLIVEIRA, 2002)

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso na presidência do país entre os anos de 1995-2002 (1995-1998/ 1999-2002)⁵, as questões referentes ao ensino superior e às universidades brasileiras continuaram seguindo os ditames dos organismos internacionais com destaque para o Banco Mundial, intensificando o processo de privatização deste nível de ensino. Além disso, cabe destacar o sucateamento da universidade pública nacional por fatores como: cortes de verbas, não abertura de concursos públicos para docentes e técnicoadministrativos, ausência de uma política efetiva de assistência estudantil, destinação de verbas públicas para instituições privadas, dentre outras. Os efeitos sociais provocados por estes ajustes e reformas realizados pelo governo FHC com o intuito de proteger os interesses econômicos do grande capital foram perversos, pois levaram a exclusão de diversos setores populacionais brasileiros. Observe as palavras de Figueiredo (2005, p.5-6) sobre as medidas do governo de FHC:

Na perspectiva de implementar tais ajustes e reformas, o então Ministro da Educação do Governo de FHC, Paulo Renato de Souza, pronunciou-se no ano de 1996, sobre os três pilares de sua política para reforma Universitária, que trazem em si as recomendações do Banco Mundial, sendo eles: 1) Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão); 2) Autonomia Universitária; e 3) Melhoria do Ensino, através do Programa de Gratificação e estímulo à Docência/GED). Pilares estes que apontam para a consolidação do projeto neoliberal que tem a sua maior expressão nas propostas apresentadas para “autonomia universitária”, que em resumo consolidam a intenção de privatização da universidade pública brasileira, descomprometendo o Estado com o seu financiamento.

Contudo, podemos observar que a reforma universitária gestada e implementada na década de 90 no Brasil e prossegue no início do século XXI, encontra-se articulada a outras reformas (Estado, Previdência, Trabalhista e Sindical) para ajustes estruturais e seguem as diretrizes dos organismos multilaterais, sendo elas: 1) proliferação das instituições privadas de ensino e as vagas delas decorrentes; 2) ofertas do ensino superior, regida basicamente pela demanda do mercado; 3) diminuição do financiamento estatal para as universidades públicas, 4) incremento das receitas das universidades, através da contribuição dos estudantes e vendas de serviços, 5) desenvolvimento das assistências técnicas (consultorias), como nova função

⁵ O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil durante quatro anos (1995-1998) e foi reeleito para um segundo mandato que se estendeu de 1999 a 2002.

acadêmica, vinculando assim a universidade a setores produtivos, em busca de captar recursos privados; 6) utilização dos concursos, exemplos vestibulares, como nova forma de acesso a recursos públicos e 7) não abertura de concurso público, flexibilizando as formas de contratação (contrato temporário e CLT), acabando, assim, com o funcionalismo público (RJU).

Mesmo reconhecendo que os países, particularmente os considerados “em desenvolvimento”, guardam profundas diferenças entre si por suas condições econômicas e sociais e que inexistem planos únicos para todos os países, o Banco Mundial (1995) considera que as quatro orientações-chave contidas no documento *La Enseñaza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995) se constituem em marcos gerais para nortear as reformas na educação superior que cada país em desenvolvimento deveria realizar. O que está no cerne dessas orientações é o avanço da lógica mercantil como orientadora das políticas para a educação superior nos países em desenvolvimento. Ao invés da educação superior ser fortalecida como direito humano universal, passa a ser concebida e tratada como um serviço que poderia ser negociado no mercado educacional. (MEDEIROS, 2012)

O estudo demonstrou que os oito anos do governo de FHC foram pródigos em medidas jurídico-administrativas que regularam a educação brasileira, constituindo-se em base, ao mesmo tempo em que materializava algumas propostas da Reforma do Estado, por dentro da qual se processava a reforma da educação superior. Para isso contou com a prestimosa colaboração e coordenação firme do seu Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, economista, ex-gerente de operações e vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com experiências no Executivo do setor público da educação, tendo sido Secretário de Educação de São Paulo, reitor de uma universidade pública paulista, a Unicamp, além de presidente da Associação de Docentes da Unicamp, (ADUNICAMP). (MEDEIROS, 2012)

Todo este cenário referente ao nível superior de ensino estabelecido tanto na década de 1980 quanto na década de 1990 refletiu diretamente na UFRRJ, assim como nas demais IFES brasileiras. Os reflexos na Universidade Rural serão o foco da nossa análise a seguir.

1.1- Os Reflexos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Além das mudanças relativas ao âmbito educacional, não podemos deixar de destacar a crise econômica pela qual o Brasil passou durante a década de 1980, que em função disso, acabou sendo chamada de: a década perdida. Segundo Mendonça & Fontes (2006, p.79):

Os rearranjos entre as diversas frações do capital, em curso na década de 1970, apostavam na capacidade de recuperação da economia brasileira, com base na manutenção do aporte de recursos externos. A década seguinte se inauguraria, no entanto, sob a égide da duplicação dos preços do petróleo e da elevação das taxas de juros, indicando um período de crise internacional. A escassez de recursos externos punha *a nu* a relação quadrangular que, de forma “artificial”, tinha conseguido minimizar o impacto da crise, até então.

Os problemas advindos da crise econômica brasileira e mundial refletiram na educação como um todo e não foi diferente no nível superior de ensino que experimentou um período de retração no número de candidatos. Aliado a isso, houve a retenção de verbas públicas investidas no setor em função da grave crise financeira vivida pelo país, que atingiu a universidade pública

de forma generalizada e a Universidade Rural não fugiu à regra. Isso ficou bem explicitado nas afirmações de Silveira (2011, p.203):

A conquista de maior autonomia nas suas ações acadêmicas, importante característica da UFRRJ dos anos 1980, foi acompanhada pela paralisação na oferta de graduações. Conforme já afirmado, a instituição não ofereceu nenhum curso novo naquela década, acompanhando uma política governamental de contenção da expansão desencadeada nos anos anteriores, em virtude da escassez de verbas decorrente da crise inflacionária que enfraqueceu a economia brasileira.

Apesar da inexpressividade no que tange à expansão na oferta de cursos e vagas, a reconstituição histórica dos anos 1980 na UFRRJ, feita por Otranto (2009) e Silveira (2011), é profícua na apresentação dos argumentos, registrados nas atas do Conselho Universitário, contrários à expansão desenfreada das instituições federais de ensino superior, não acompanhada de políticas públicas que, posteriormente, pudessem sustentar tal expansão. A história da década de 1980 tem muito a ensinar para o pós-2007, tema do próximo capítulo, quando a UFRRJ, devido à opção de ousar ao máximo no salto em sua oferta de cursos, possivelmente ficará mais vulnerável à necessidade de injeção de recursos, pelos governos futuros, para assegurar a manutenção da estrutura criada pelo Reuni (SILVEIRA, 2011).

Mendonça & Fontes (2006, p.80) definiram muito bem a instalação da chamada Nova República, no ano de 1985, afirmando que ela se instalou “em meio a uma conjuntura de estagnação, assentada num terreno movediço: conciliar as demandas de aumento de salário com a meta de combate à inflação”. Assim terminou, no Brasil a década de 1980.

Já na década de 1990, a situação das universidades públicas do país mudou um pouco, para melhor em alguns aspectos, porém esta mudança não chegou a ser muito significativa. Podemos dizer que o final dos anos 80 foi tão conturbado em relação às questões de investimentos financeiros nas IFES brasileiras que qualquer ação que propiciasse benefícios a estas instituições era considerada um alento em comparação à situação de penúria vivida por elas anteriormente. Um pequeno trecho acerca da UFRRJ neste período ilustra um pouco as afirmações deste parágrafo:

Ainda que tenham ocorrido modestos avanços em seus recursos patrimoniais, o contexto de múltiplas carências se perpetuou durante toda a década de 1990, que foi marcada por muitas greves, ao menos uma a cada ano. A leitura das atas das reuniões do CONSU revela que os encontros se pautaram basicamente nos seguintes assuntos: escassez, quando não cortes, de verbas; não reposição dos quadros docentes e técnicos que se aposentavam e frequentes recomposições de calendários letivos por causa de paralisações que duravam geralmente de um a três meses. (SILVEIRA, 2011, p.208)

Uma das únicas novidades que vale ressaltar no contexto dos anos 90 do século passado, na Universidade Rural, está relacionada à criação do primeiro curso noturno de graduação: O Curso de Administração, no seu *campus* sede.

Todas estas mudanças no cenário histórico, político, econômico e educacional do país, fizeram com que fosse reconhecida na UFRRJ a necessidade de adequação de sua legislação interna, elaborada na época da ditadura militar. Em função disso, parte do corpo docente desta universidade reconheceu a necessidade de adequar seus instrumentos legais mais importantes, o Estatuto e o Regimento Geral, ao novo período democrático que estávamos voltando a vivenciar. Então, um grupo de docentes da UFRRJ se reuniu com o intuito de estabelecer propostas adequadas a esta nova realidade que pudessem reformular seus instrumentos

constituintes e fazer com que a universidade deixasse para trás os resquícios ditatoriais ainda presentes. Estas afirmações ficam ainda mais evidentes no trecho abaixo:

Apesar de toda esta problemática conjuntura financeira e acadêmica, houve ocasiões nos anos 1990, em que a comunidade universitária se dispôs a refletir sobre as discrepâncias entre o que a UFRRJ deveria fazer academicamente e o que estava, de fato, fazendo. Algumas dessas ocasiões envolveram mobilizações fundamentadas na necessidade de atualizar o Estatuto da instituição, criado nos tempos da ditadura e, em muitos aspectos, já incompatível com o contexto democrático vivido pela universidade. Dessa forma, discussões sobre a reforma do Estatuto, promovidas por um grupo denominado Estatuinte, se ampliaram, transformando-se em debate sobre questões a respeito da universidade pública para o século XXI. (SILVEIRA, 2011, p. 214)

Para podermos demonstrar da maneira mais fidedigna possível como ocorreu este processo de tentativa de reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da UFRRJ na década de 1990, fizemos entrevistas, com docentes que participaram ativamente deste processo, para que através destas entrevistas, pudéssemos tentar desvendar o porquê do mesmo não ter ido adiante já que não há fontes documentais escritas suficientes que descrevam este processo e nem mesmo fontes escritas que pontuem o motivo do seu “fracasso”.

Vale ainda destacar que o trabalho com fontes orais, foi desenvolvido de forma a não expor demasiadamente os entrevistados já que envolve posições políticas dentro da instituição pesquisada. A seleção da amostra para as entrevistas foi feita utilizando como parâmetro a indicação de nomes de pessoas que tivessem participado de forma ativa do processo Estatuinte, além de indicações feitas pelos próprios entrevistados, ao longo das entrevistas realizadas. Contamos com poucas pessoas que se disponibilizaram a colaborar, quer por não se lembrarem dos fatos acontecidos durante o processo, quer por receio de expor suas convicções políticas. Por esse motivo, a entrevista para esse contou somente com seis docentes. Tentamos entrevistar alguns técnicos-administrativos, mas nossas tentativas foram em vão. Apesar do número reduzido, consideramos ser importante apresentar um registro histórico dos acontecimentos, a partir daquilo que ficou na memória daqueles que concordaram em colaborar. Vale ressaltar que, apesar de incipiente, se constitui no único registro do fato de forma organizada, que se tem notícia na UFRRJ.

2- A tentativa frustrada da Estatuinte

As universidades brasileiras passaram por um período de transição na década de 1990, com a aprovação da LDB de 1996 e a desvinculação das “amarras” e influências do regime militar. Diversas instituições universitárias reconheceram a importância de adequar sua legislação interna ao novo momento vivido pela sociedade brasileira. Para ilustrar melhor este período histórico e narrar fatos relevantes relacionados à tentativa de criação de um novo Estatuto para a UFRRJ na década de 1990, denominado de Estatuinte, utilizamos como recuso os relatos orais, extraídos de entrevistas semiestruturadas, de alguns docentes que participaram ativamente do processo na Universidade, pois conforme mencionado anteriormente foram encontrados pouquíssimos registros escritos da fracassada tentativa.

Selecionamos um total de seis docentes para ilustrarem, através de entrevistas, o panorama da Estatuinte na década de 1990 e também o atual desenrolar da reformulação do Estatuto e do Regimento Geral em curso nos anos 2010/11. Buscamos, com isso, estabelecimento de algumas possíveis relações entre os dois processos, uma vez que todos os

docentes selecionados participaram ativamente dos dois momentos. Estas entrevistas tiveram um papel de suma importância, principalmente na narrativa da década de 1990 em função da escassez de registros escritos. Optamos por nomear os entrevistados como: docente I, docente II, docente III, docente IV, docente V e docente VI, pois achamos ser esta a maneira mais adequada de manter preservada a imagem dos entrevistados, ao longo do texto da pesquisa.

O docente I afirmou na entrevista que nos concedeu que foi a partir de sua eleição para reitoria da Universidade Rural, no ano de 1992, que a Instituição atingiu o momento de total desvinculação das influências e determinações oriundas da ditadura militar. As palavras exatas deste professor, em entrevista realizada em 10 de abril de 2012 foram às seguintes:

Esta foi à primeira administração, a primeira proposta de administração realmente depois da ditadura, não que as anteriores estivessem ligadas ao processo repressivo, mas eram compostas por pessoas ainda ligadas ao modelo antigo, como o prof^o Hugo Resende. Era uma proposta de renovação total, de democratização e de ênfase na atividade de pesquisa científica que andou quase sendo destruída na Rural (Docente I).

Em função deste momento vivido pela UFRRJ e do desejo de se desvincular definitivamente das questões referentes ao período ditatorial militar atravessado pelo nosso país em anos anteriores, surgiu à proposta da criação de um novo Estatuto para a Rural. Conforme já adiantamos anteriormente, esse processo foi denominado de Estatuinte. O Estatuto que estava em vigor na universidade naquela época (anos 1990) estava estritamente ligado à política para o ensino superior estabelecida pelo regime militar através da Lei 5.540/68 e legislação complementar.

A importância dada por grande parte da comunidade universitária ao processo de reforma do Estatuto estabelecido na época do regime militar ficou bem evidente nas palavras do Docente III.

A Estatuinte já era uma vontade da comunidade universitária desde 1987/1988, por aí, quando começou a busca pela abertura do regime militar. Como ainda as universidades estavam estruturadas sob aquela lei 477 (sic) para o movimento estudantil e a Lei de Reforma Universitária de 1968 que foi feita num período autoritário, tinha um viés de muito centralismo e decisões concentradas nos reitores, com decisões muito pessoais mesmo, o reitor era uma figura muito poderosa. Então, este Estatuto nosso aqui da Rural, no caso de 1974, passou no período de abertura por várias modificações. Havia muitas deliberações dos Conselhos Superiores alterando muitos artigos dele, então na verdade, ele já estava uma “colcha de retalhos”, não era mais aquela coisa inicial, mas ainda guardava muito ranço da época da ditadura.

A tentativa da Estatuinte se diferenciou dos processos de reformulação do Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ, pois pretendia criar um **novo** Estatuto para a universidade, e não simplesmente reformular o documento da década de 1970, fazendo uma adequação à legislação em vigor. Ou seja, era uma proposta nova e ousada. É interessante observar as palavras dos Docentes I e IV em relação à diferença dos processos de Estatuinte e de Reforma Estatutária:

Pelo que entendo, do ponto de vista puramente pragmático, pois não entendo de legislação nenhuma, na Reforma você modifica algumas coisas dentro do atual Estatuto para torná-lo diferente. Na “Estatuinte”, você faz um novo Estatuto. A ideia da “Estatuinte” era fazer um novo Estatuto, não era reformar o anterior (Docente IV).

A ideia veio exatamente do fato de ser um momento de rompimento. Nós não queríamos a continuidade, nós queríamos romper com o Estatuto anterior (Docente I).

Os Docentes III e V também se manifestaram em relação ao assunto. Abaixo, transcrevemos a fala de cada um deles sobre as diferenças entre os processos, tendo como pano de fundo a Estatuinte da década de 1990 e a Reforma Estatutária de 2010-2011:

A Estatuinte era uma ideia de ter uma maior participação da comunidade, uma coisa assim mais ampliada, que passasse ao largo de uma reforma estrutural, enquanto que a reforma não, a reforma foi feita usando os mecanismos da estrutura, ela passou pelos Conselhos Departamentais, pelos Departamentos, então foi uma discussão também envolvendo a comunidade, mas usando o viés da estrutura e a Estatuinte queria exatamente não fazer isso. Talvez esse caminho que tenha impedido de se chegar a um resultado (Docente III)

O processo estatuinte da década de 1990 surgiu no bojo da luta pela redemocratização do país, pelo resgate de uma luta histórica por maior participação da comunidade nas decisões. Reformulação estatutária pode surgir também noutro contexto, até por mera vontade de aperfeiçoar juridicamente o estatuto (Docente IV).

De acordo com os depoimentos transcritos, percebemos que o processo “Estatuinte” visava muito mais do que redigir um novo Estatuto, pois seus elaboradores tinham em mente um amplo repensar sobre os caminhos que a Universidade deveria tomar para se desvincular definitivamente dos ranços da ditadura. Não se utilizou da estrutura formal da instituição, que inclui os Conselhos Superiores, para fazer isso. Cobrava, antes, o envolvimento pessoal de toda comunidade acadêmica.

Para explicar melhor como se deu esta tentativa de criação de um novo Estatuto para a Universidade Rural vamos nos basear na edição nº 3 do jornal *Participação* editado pela Assessoria da Reitoria nos meses de novembro/dezembro de 1993. Este jornal nos foi cedido pelo Docente III que o encontrou entre seus pertences. Veja o que ele disse sobre este jornal.

Este processo foi organizado em 1993 pelo Mânlio e, por algum acaso, eu descobri que tinha um jornal que foi o único que saiu em novembro/dezembro de 1993, que era o jornal *Participação*. Era o jornal da gestão do Mânlio, onde ele colocava exatamente a questão da eleição dos delegados para a composição da Assembléia Estatuinte em 15 e 16 de dezembro, e o editorial dele tem o título de: *É tempo de Estatuinte*. Este é o documento que deu início ao processo da Estatuinte, mas a coisa acabou degradingolando e não andou.

O “Mânlio” a que se refere o entrevistado era o reitor da UFRRJ na época, prof. Mânlio Silvestre Fernandes. A Estatuinte foi bandeira de campanha na sua eleição. Uma vez eleito, resolveu colocá-la em prática. De acordo com o jornal no dia 30 de novembro de 1993 foi instituída na UFRRJ uma Assembleia Universitária no Ginásio G-1 da Praça de Desportos que aprovou a composição de uma Assembleia Estatuinte. Sobre a reunião do dia 30 de novembro o jornal *Participação* (1993, p.2) registrou o seguinte trecho:

A data de 30 de novembro de 1993 passará à história da Universidade Rural como o dia em que estudantes, servidores técnico-administrativos e professores, ao assinarem um pacto com a cidadania e a democracia, colocaram os alicerces de uma nova Universidade para o novo milênio. É tempo de Estatuinte, sim!

Sobre a composição da Estatuinte, a decisão tomada foi à seguinte:

Ficou decidido que a Estatuinte será composta por 60 membros eleitos da comunidade interna, divididos em três grupos (o de eleição geral, o de unidades acadêmicas/administrativas e o de fóruns temáticos como Ensino, Pesquisa,

Extensão, Gestão Administrativa, Universidade e Sociedade e Lei de Diretrizes e Bases) e 15 indicados por entidades ou instituições da comunidade externa. (PARTICIPAÇÃO, 1993, p. 4)

Já nos dias 15 e 16 de dezembro foram eleitos os delegados para a composição da Assembleia Estatuante. Sobre a eleição dos delegados o jornal publicou o seguinte texto:

Na verdade, as eleições ocorreram em circunstâncias pouco favoráveis a uma intensa participação da comunidade: provas de fim de período, atmosfera pré-natalina, forte calor e notícias preocupantes de Brasília. Mesmo com uma ocorrência às urnas menor do que a esperada estudantes, servidores técnico-administrativos e professores indicaram com seu voto os anseios de transformação da Universidade. Espera-se que nos próximos dois anos os estatuintes elaborem o documento em consonância com as necessidades e prioridades do ensino, pesquisa e extensão, bem como com as outras mudanças que a Rural tanto deseja. (PARTICIPAÇÃO, 1993, p. 4)

Como podemos perceber, o processo de estabelecimento da Assembleia Estatuante foi iniciado na Rural, no ano de 1993, e tinha a previsão de ser concluído em dois anos, porém não atingiu resultados e acabou arrefecendo. Vejamos os relatos do Docente I sobre a criação da Assembleia Estatuante:

A primeira coisa de que eu me lembro é que fizemos uma grande reunião na quadra coberta na qual reunimos toda a universidade, obrigatoriamente. Havia um registro como se fosse livro de ponto, então todo mundo foi obrigado a tomar conhecimento, todos os professores e técnicos da universidade e estudantes só representantes dos diretórios. Mas todos os técnicos e professores obrigatoriamente participaram da instalação da Assembleia Estatuante. Era uma Assembleia Estatuante não era uma reforma do Estatuto. Era uma Assembleia Estatuante, para criar um Estatuto completamente novo, a autorização foi dada pelos Conselhos. Depois daí saiu uma comissão. Essa comissão, eu acho que Constantino presidia, e essa comissão não foi adiante de jeito nenhum. Eu acho que eu também não me interessei muito mais depois, foi dividida em grupos, mais ou menos assim, e um ou outro fez alguma coisa e depois o resto parou e eu também não fiz nenhuma cobrança e a coisa acabou se perdendo. Eu sei que teve um grupo ou dois que adiantaram alguma coisa, o resto não.

A comissão foi eleita na grande reunião, claro que houve indicações de pessoas, pois isso nunca é feito espontaneamente, mas a comissão foi eleita pela Assembleia da universidade (...). A ideia foi de fazer uma Assembleia universitária, pois ela tem poderes acima do Conselho, então a Assembleia delegou o poder estatuinte a uma Comissão.

É importante destacar, aqui, a falta de cobrança de resultados, assumida pelos próprios mentores do processo. Sem cobrança, as pessoas foram abandonando os objetivos previamente traçados.

De acordo com o Docente IV havia uma programação referente aos objetivos a serem alcançados para a criação do novo Estatuto, ou seja, havia uma proposta de organização, planejamento das ações a serem executadas, porém este planejamento não foi acompanhado de um calendário de execução destas ações.

Na década de 1990, eu era assessor da reitoria, quando no mandato do professor Mânlio 1996-99. Nós apresentamos como proposta durante a candidatura o compromisso em implementar o procedimento da Assembleia Estatuante, que se baseava em: eleger estatuintes da comunidade, criar uma agenda, formar grupos de trabalho, dividir em áreas temáticas, criar um documento básico para a condução dos debates e, a partir dos documentos gerados pelos grupos de trabalho, construir uma primeira minuta dentro de uma agenda.

Apesar da composição de uma Assembleia Constituinte e da criação dos grupos temáticos responsáveis por apresentar uma proposta estatutária nova para a Universidade, não foram estipulados prazos para que os trabalhos desenvolvidos por estes grupos e pela Assembleia fossem concluídos. Somente um dos grupos temáticos formados chegou a concluir seu trabalho já os demais não foram adiante com seus estudos acerca do que havia sido proposto.

De acordo com os relatos colhidos, pudemos perceber que o grupo temático que conseguiu progredir e chegou a apresentar uma proposta referente ao tema que lhe fora confiado teve como um de seus participantes o Docente IV. Observe o que ele falou sobre isto:

Éramos eu, Callado e Valdomiro (dos que estão aqui ainda), éramos do grupo estrutura de poder e nós fizemos uma proposta clara, completa que transformava a universidade e eu resgatei esta proposta para o debate do atual Estatuto. Era baseada na chamada UEPE (Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão) que substituiria os Institutos e criava uma estrutura administrativa que tinha um bloco auxiliar conjunto de forma vertical de gestão. Então, era uma gestão acadêmica e administrativa, mas com as responsabilidades bem definidas e que toda atividade de execução na administração das unidades era feita por técnicos administrativos. Eles seriam executores de um planejamento feito através da condução da direção acadêmica da unidade, isso eu tentei fazer de novo agora, mas lamentavelmente não foi à frente, eu como membro da comunidade.

Apesar do avanço do grupo citado anteriormente, o fato da Estatuante se tratar de uma tentativa de construção coletiva de um novo Estatuto com efetiva participação da comunidade universitária sem a intervenção direta da reitoria e demais componentes da estrutura da UFRRJ, fez com que os trâmites acabassem se perdendo e a ousada tentativa de se criar um novo Estatuto para a universidade em questão acabasse não acontecendo. Veja o que o Docente V declarou sobre esta questão:

Como já foi dito, surgiram questões que precediam a substituição do velho estatuto pelo novo. A desmotivação pela reforma do estatuto contaminava também os membros escolhidos para os trabalhos da Estatuante. Havia uma dificuldade enorme para agendar reuniões. Todos estavam “muito ocupados” com os seus afazeres acadêmicos. Acho até que havia uma espécie de “ressaca democrática”: não havia mais a ditadura nos ameaçando, tínhamos um “governo de esquerda” na Reitoria (aquela sensação de que já havíamos avançado suficiente). Muitos dos pontos a serem abordados pela Estatuante – tipo estrutura e funcionamento de órgãos administrativos (chamados de atividade meio) – contribuíam para a desmotivação; acho que o que mais motivava eram aqueles assuntos com “apelo político” mais candente e imediato. Gostaria de ouvir outras opiniões quanto a esta letargia. Mesmo assim, conseguimos fazer alguns eventos (e debates). Lembro-me de reuniões expressivas no anfiteatro Gustavo onde trazíamos representantes de outras universidades (UERJ, UFRJ, UFParaná) para falar sobre suas experiências (esse material foi gravado; deve estar com alguém). Numa ocasião foi deflagrada uma greve pela ADUR num momento de crise e nós, então, conseguimos aprovar os trabalhos da Estatuante como uma das tarefas que seriam desenvolvidas durante as atividades da greve. Tudo bem, mas na primeira reunião da Estatuante foi levantada a tese segundo a qual: “a Estatuante deveria ser construída com toda a comunidade universitária presente e participando e não num período de greve quando boa parte dos professores e funcionários iam para suas casas e os alunos (sem aula e com o bandejão fechado) também iam embora”. Havia uma parcela que considerava que o trabalho da Estatuante seria incompatível com a greve. Essa tese (“imobilista”) liquidou com as nossas iniciativas.

O fato da Estatuante não ter progredido e a tentativa da criação de um novo Estatuto ter sido frustrada na década de 1990 na Rural esteve ligada a uma série de fatores e não a um só

fator isolado, isso fica bem claro nas palavras dos docentes entrevistados. Cada um deles declarou qual o fator e/ou fatores que na opinião deles foi responsável pelo fracasso do processo Estatuinte. Exporemos abaixo a declaração de cada docente entrevistado acerca deste tema:

Não sei, não tenho assim uma idéia muito precisa, a primeira coisa é que eu acho que não houve muita mobilização. Apesar desta convocação, eu acho que quando saiu de lá, cada um foi para o seu lado, e não houve uma mobilização dos Institutos, essa foi à falha nossa, eu acho. Segundo, acho que os grupos também se atrapalharam, não avançaram porque havia uma característica muito interessante nas nossas lideranças daquela época, que vou tentar explicitar. Certa vez antes de tentar fazer esta mudança de Estatuto, nós tentamos fazer uma mudança de regimento aqui no IA (Instituto de Agronomia). Nós reunimos vários grupos e um professor nosso que adorava negócio de som, resolveu gravar as intervenções. Quando vi as gravações, fiquei impressionado, pois boa parte das nossas lideranças daquela época, pessoal ligado a ADUR, por exemplo, faziam raciocínio circular, não conseguiam chegar a lugar nenhum e eu tenho a impressão que estas comissões se perderam nesses raciocínios circulares. Eu tenho a impressão que muito se perdeu por aí, mas acho que, principalmente, não houve uma mobilização real. Aquela percepção que nós tínhamos de que era preciso romper com o passado e criar o novo, eu acho que não entusiasmou grande parte do pessoal, já esta agora teve uma participação muito maior, uma mobilização muito maior do que a que nós tivemos. Também naquela época não tinha internet, a internet ajuda muito na mobilização. (Docente I)

Eu acho que foi um certo desânimo dos delegados que não queriam ser delegados, eles queriam ver a Instituição toda fazendo o debate. Tanto é que a gente convocava várias reuniões com a comunidade e poucos compareciam. Acho que foi por aí, porque os prazos eram estabelecidos por nós mesmos. A falta de participação da comunidade no processo que causou o desânimo que levou ao fracasso do processo (Docente III)

Primeiro porque você conduzir de forma democrática, real, com uma prática rigorosamente representativa, participativa, é difícil num ambiente que você tem uma permanência efêmera. As pessoas não necessariamente ficam ou presentes ou interessadas o tempo todo e tudo aquilo que demora muito tempo acaba ficando vulnerável a esta dinâmica. E aí o estudante se formava e saía, o servidor se envolvia com alguma capacitação, o professor ia fazer alguma pós-graduação, como doutorado, que na época a Rural ainda não tinha tantos doutores quanto agora tem, as oportunidades dos programas apareciam, aí a pessoa tinha que largar tudo para se dedicar ao mestrado ou ao doutorado. As pessoas se desmotivavam, também, porque não tinham tanto tempo para ficar tão envolvidas e os grupos foram se “desmilinguindo”. O nosso, bravamente, conseguiu chegar ao final do trabalho, mas ele sozinho não resolvia. Agente até pensou em usar a estrutura de poder como eixo e criar uma minuta para as outras áreas, mas chegou-se a conclusão que isso seria contra o “espírito” da construção coletiva e resolveu-se parar e chegar aonde chegou e pronto (Docente IV).

Não sei ao certo a causa. Faltou a consciência da necessidade da mudança. Não conseguimos convencer a comunidade de que o velho estatuto (um legado da ditadura militar) não nos servia mais e também de que um novo, construído democraticamente, poderia dotar a UFRRJ dos instrumentos indispensáveis para a sua evolução. Curiosamente, não conheci outra experiência que tenha sido exitosa em qualquer outra universidade naquela época (Docente V).

Na verdade nenhum dos docentes entrevistados que apresentaram suas versões sobre o fracasso da Estatuinte na década de 1990 soube definir, com precisão, o motivo desse fracasso.

Eles levantaram um leque de possibilidades, mas nenhum deles soube indicar um motivo específico, pois todos demonstraram dúvidas a respeito dos fatores. . Apontaram questões como: a falta de mobilização e participação da comunidade universitária em torno do assunto (criação de um novo Estatuto para a UFRRJ); a efemeridade da participação dos representantes docentes, técnicos e discentes que acabavam se envolvendo em outras questões e perdendo o foco da Estatuinte; a falta de prazos claros estabelecidos para a conclusão dos trabalhos dos grupos temáticos; e a falta da consciência da real necessidade de mudança, ou seja, de substituição do antigo Estatuto por um novo que representasse o novo momento democrático vivenciado pelo país. Todas elas são, a nosso ver, relevantes como possibilidades para o fracasso. A estas gostaríamos de acrescentar mais uma, observada nas entrevistas: a falta de liderança no processo. Com a preocupação de fazer com que as discussões fossem essencialmente democráticas, a reitoria que a propôs abriu mão da liderança e não delegou esse poder a mais ninguém. Sem liderança para estipular o cumprimento de prazos e metas, os envolvidos no processo se desestimularam e alguns delegados começaram a achar que estavam trabalhando sozinhos e que o resultado não seria reconhecido como legítimo pela comunidade como um todo, nem pela própria reitoria. Aos poucos, foram abandonando seus grupos e não havia ninguém para cobrar nem o trabalho, nem os resultados. O prazo anteriormente estipulado de dois anos também foi deixado de lado, sem maiores cobranças. Estes foram os motivos levantados pela pesquisa para o fracasso do processo Estatuinte.

CAPÍTULO IV

A UFRRJ E AS POLÍTICAS PARA O NÍVEL SUPERIOR DO GOVERNO LULA DA SILVA.

RESUMO

O quarto capítulo da dissertação foi destinado às análises da UFRRJ no século XXI, destacando a política de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o processo de redação e aprovação da reformulação do Estatuto (2010) e do Regimento Geral (2011) da universidade em tela. Detivemo-nos na análise do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI, programa governamental para o ensino superior voltado especificamente para as universidades públicas, relacionando-o às alterações realizadas nos textos tanto do Estatuto quanto do Regimento Geral da Universidade Rural, aprovados nos anos de 2010/2011 respectivamente, o que demonstrou a relação direta entre as políticas públicas educacionais do ensino superior e os documentos norteadores da Instituição estudada.

ABSTRACT

The fourth chapter of the dissertation was intended to UFRRJ analyzes in the XXI century, highlighting the policy of the government of Luiz Inacio Lula da Silva (2003-2010) and the processo f drafting and approving the overhaul of the Statute (2010) and the General Rules (2011) university on screen. We stopped in yhe analysis of the Support Program for the Restructuring and Expansio of Federal Universities (REUNI), government program for higher education aimed specifically at public universities, relating to changes made in the texto f the statute as both the General Rules os the University Rural, approved in the years 2010/2011 respectively, which showed a direct relation ship between public policies in higher education and educational documents guiding the institution studied.

CAPÍTULO IV

A UFRRJ E AS POLÍTICAS PARA O NÍVEL SUPERIOR DO GOVERNO LULA DA SILVA.

1– Breve contextualização histórica e política sobre o ensino superior durante o governo Lula da Silva.

Inicialmente, em campanha para as eleições presidenciais, a coligação que se reuniu em torno do então candidato Luís Inácio Lula da Silva lançou o “Programa de governo 2002 – Coligação Lula Presidente. Uma escola do tamanho do Brasil”, que apresentava, entre seus principais destaques, o empenho na ampliação de vagas e matrículas no ensino superior, em especial o público. Já empossado, em seu primeiro ano de mandato, o governo por meio do MEC, divulgou o documento “Metas para a educação brasileira”. Entre as principais ações propostas nesse documento, estava a ampliação do número de bolsas de estudo, 30% delas para estudantes dos cursos de licenciatura e pedagogia. Ainda em 2003, no Seminário: “Universidade: por que e como reformar?” realizado pelo MEC/UNESCO/Congresso Nacional, foram indicados procedimentos destinados a possibilitar o acesso dos segmentos mais empobrecidos ao ensino superior, entre eles a adoção da educação à distância e a implantação de um sistema de cotas étnicas (LIMA, 2007).

Luís Inácio Lula da Silva foi eleito para ocupar o cargo de presidente da república no Brasil, dando início ao seu mandato no ano de 2003, carregando as expectativas de milhares de brasileiros que acreditavam que este governo seria diferente dos anteriores, pois a eleição de um presidente considerado de “esquerda” veio acompanhada de um sentimento de que as coisas mudariam no país. Principalmente os membros dos setores socialmente desfavorecidos acreditavam que a saúde e a educação públicas e gratuitas, dentre outros benefícios sociais seriam melhoradas e ampliadas. Já outros setores, como a classe média e grande parte dos intelectuais nacionais, esperavam que o governo assumisse posições que fizessem frente às artimanhas e benesses até então oferecidas ao capital que vinham, ao longo do tempo, expropriando uma série de direitos da população brasileira menos favorecida. Veja o que Medeiros (2012, p.88) afirmou sobre a expectativa em relação à eleição de Lula para presidente da República:

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, liderança forjada no movimento sindical dos metalúrgicos de São Paulo, assumiu a Presidência da República. Sobre seu governo repousavam expectativas de um desvio da rota traçada pelas políticas implementadas por seu antecessor, com a abertura de um espaço para mudanças estruturais, por meio de um amplo debate com a sociedade. Ao contrário, as primeiras investidas oficiais do governo de Lula demonstraram que os compromissos básicos, anteriormente assumidos com o capital internacional através do FMI, estavam mantidos: viabilizar as metas econômicas; continuar o processo de reformas dando continuidade às orientações das agências multilaterais, com objetivo de se ajustar as exigências do capital e continuar reestruturando o Estado brasileiro.

O que pudemos constatar com nossa pesquisa foi que o governo Lula, em muitos aspectos, deu continuidade ao mandato do antecessor Fernando Henrique Cardoso (FHC) que dera ênfase as medidas que beneficiavam o capital e seus representantes, tanto nas questões econômicas quanto nas sociais, políticas, dentre outras. Nossa visão é corroborada por Rodrigues (2011, p.80):

Os eixos norteadores da política governamental de Fernando Henrique Cardoso que incidiram negativamente no desenvolvimento social de nosso país continuaram e se aprofundaram no governo Luís Inácio Lula da Silva na medida em que os juros cada vez mais se vincularam à meta inflacionária, e a política fiscal buscou restringir ao máximo os gastos com a área social. Objetivamente esse processo resultou no aumento cada vez maior do poder financeiro da burguesia (brasileira e estrangeira) que compõe a pequena parcela da população nacional e na mesma proporção aprofundou as desigualdades sociais.

Analisando a configuração das políticas sociais, torna-se importante elucidar que a concepção adotada pelo governo Luís Inácio Lula da Silva não se difere da concepção hegemônica (principalmente a difundida pelo Banco Mundial) que conceitua as desigualdades sociais pelas diferenças internas da classe trabalhadora e não pelas contradições entre capital e trabalho. Nesse sentido, a política social foi focalizada nos níveis mais pobres da classe trabalhadora (nas “linhas de pobreza”) na medida em que era considerada tão somente a renda pessoal ou familiar, sem qualquer referência aos problemas estruturais da sociedade capitalista que geram tais desigualdades. Economicamente, tal concepção era muito viável, na medida em que a adoção de políticas sociais focalizadas, em detrimento das de cunho universal, exigiam menos recursos e, ao mesmo tempo, não deixavam de garantir a aprovação social da população que já estava há décadas sofrendo as reformas neoliberais iniciadas no Brasil na década de 1990. Estas reformas implantaram no Brasil políticas macroeconômicas que trouxeram consigo grande crescimento

do desemprego, da pobreza, precarização do trabalho, redução dos direitos sociais, etc. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 155156).

Como afirmado anteriormente, o governo Lula da Silva apresentou suas metas para a educação no Brasil, dentre elas as metas para o nível superior de ensino, iniciando com um plano de levantamento e análise deste mesmo nível que tinha como proposta dar início a uma Reforma da Educação Superior no país, seguindo os moldes direcionados por organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial. Para dar conta da proposta de uma reforma do ensino superior o governo estabeleceu um Grupo de Trabalho Interministerial

(GTI) criado pelo Decreto de 20 de outubro de 2003, que segundo Otranto (2006, p.43) estava “encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).”

Para tal foi divulgado o relatório final do GTI, extra-oficialmente, em dezembro de 2003. O documento foi composto de quatro partes, enfocando: ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da Reforma Universitária.

O texto inicia reconhecendo a situação de crise da educação superior brasileira, em especial das universidades federais, mas atribui o problema à crise fiscal do Estado, sem maiores aprofundamentos de sua origem. Em seguida, procura demonstrar que a crise já está atingindo também às instituições privadas, que viveram uma expansão recorde nos últimos anos e agora se encontram ameaçadas pelo risco da inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação aos seus diplomas. Após este preâmbulo, aponta as soluções: a) um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais; b) uma reforma universitária mais profunda (Brasil, 2003, apud OTRANTO, 2006, p. 19).

A partir das orientações contidas no documento produzido pelo GTI o governo Lula da Silva (2003-2010) iniciou o a implantação de uma série de políticas públicas voltadas para a expansão de vagas no ensino superior brasileiro, focadas principalmente nos cursos de graduação, implementadas através de variadas medidas legais.

Vale destacar que, como uma nova reforma universitária não se concretizou nos anos 1990, as demandas sociais nesse sentido se voltaram para o governo Lula, eleito em 2002 e no poder desde janeiro de 2003. Novos projetos de reforma, então, foram concebidos, tanto no âmbito da sociedade civil, quanto do governo. Antes mesmo que a Reforma Universitária planejada pelo governo federal se tornasse lei, novas diretrizes legais foram aos poucos sendo colocadas em prática através de uma série de decretos que serviram para agilizar medidas consideradas necessárias pelo Estado para implantar oficialmente as políticas públicas que viabilizariam seu projeto de reformulação e expansão do nível superior de ensino no país. Para que este processo fosse socialmente aceito e recebesse o apoio de grande parte da população brasileira foi atribuído a ele um “verniz democrático” de discussão e participação social nas decisões direcionadas à educação superior.

No bojo das políticas do governo Lula que estão em pleno acordo com as regras do mercado e na pauta de ampliação de vagas na educação superior, iniciou-se ainda no ano de 2003 o Projeto Expandir do Ministério da Educação (MEC), com previsão de investimento pelo governo federal de R\$ 592 milhões. O objetivo era expandir e interiorizar a educação superior no Brasil, criando, até 2006, 10 novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e 40 novos campi. Os dados dos Censos do INEP registram que em 2003, quando iniciou o Projeto Expandir, havia

121.455 vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior, e ao final do Projeto, em 2006, registrou 144.445 vagas. (INEP, 2003; 2006 apud RODRIGUES, V., 2011, p.95).

Em 2004, mais um documento foi divulgado: “Reforma da educação superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes”, reafirmando (como o próprio título expressa) passa a impressão de que quase nada do que se referia à reforma do ensino superior era imposto pelo governo, mas sim advindo de amplas discussões com representantes de segmentos sociais diferenciados. Houve, também em 2004, o início da execução do Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior, lançado pela Secretaria da Educação Superior para ser executado de 2004 a 2006, fundamentando as suas ações no incentivo à criação de *campi* descentralizados. Ainda neste mesmo ano deu entrada no Congresso Nacional o projeto de Lei nº 3.627/2004 que previa a instituição do sistema especial de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas, posteriormente bastante adotado em universidades federais (na íntegra ou parcialmente), inclusive na UFRRJ. A Universidade Rural vem conferindo uma bonificação extra nas notas do Enem (processo seletivo adotado para o ingresso de novos alunos) para candidatos oriundos de escolas públicas e reservando vagas nos cursos de licenciaturas para professores da rede pública do ensino básico. (SILVEIRA, 2011)

Já entre os anos de 2004-2005 o ministro da Educação do governo Lula da Silva foi Tarso Genro que sucedeu Cristovam Buarque e estabeleceu uma série de instrumentos legais que versavam sobre as mudanças inerentes ao ensino superior, objetivadas pelo governo Lula da Silva, dentre elas o PROUNI - Programa Universidade para Todos. O PROUNI foi proposto em 2004 pelo governo federal com a proposta de oferecer a alunos de baixa renda bolsas de estudo (integrais ou parciais) em faculdades privadas, concedendo a essas instituições isenção de alguns tributos fiscais. Outras medidas adotadas pelo governo nesta época foram: a ampliação da educação à distância na educação superior; a Lei de Inovação Tecnológica (Lei n.10.973, de 02/12/2004), criada junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia, que apresenta pontos sobre os incentivos à inovação e a pesquisa científica e tecnológica voltados para o setor produtivo; e a Lei das Parcerias Público-Privadas (PPP), regulamentada pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que instituiu as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública (OTRANTO, 2006).

No ano de 2005 o PROUNI foi então instituído através da Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005. Em relação ao PROUNI, Sguissard (2009, p.871) afirma que:

Quando o Executivo apresenta o Programa Universidade para Todos (PROUNI) para a sociedade, o que é mostrado é, sobretudo, a imagem de que, doravante, os muito pobres, os negros e os egressos das escolas públicas finalmente terão acesso à educação superior. Somente com esforço teórico e analítico, é possível concluir que a sua essência é o estabelecimento de Parcerias Público-Privadas também no campo da educação.

A partir de julho de 2005 o Ministério da Educação passou a ser gerido por Fernando Haddad que substituiu o então ministro Tarso Genro. As principais ações no período de 2005-2010 giraram em torno da instituição do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a continuidade do Programa Expandir, a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Além disso, o PROUNI continuou a ser ampliado e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) sofreu algumas alterações,

principalmente para atuar junto ao PROUNI no qual as bolsas parciais de 50% foram complementadas com o financiamento do FIES (RODRIGUES, 2011).

Depois de apresentarmos este panorama geral dos objetivos e metas estabelecidos, criados e postos em prática pelo governo Lula da Silva, via Ministério da Educação, no Brasil, passaremos a focar no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi instituído pelo Decreto de nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tendo como objetivos principais a ampliação do acesso à educação superior, no nível de graduação, especialmente no turno noturno, e a permanência dos alunos nas universidades, diminuindo assim as taxas de evasão das IFES.

O REUNI é considerado por muitos pesquisadores como um exemplo preocupante da diversificação da educação superior, que tem sido defendida em todos os documentos do Banco Mundial, desde a década de 1990, pois a chamada “universidade de pesquisa” é considerada nestes documentos como muito dispendiosa para países em desenvolvimento. Pesquisadores da área de política educacional defendem que a implantação do REUNI afasta as universidades de seu foco na qualidade e leva-as a se preocupar com a quantidade que permeou toda a proposta do Programa. O REUNI visa à ampliação de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES), com o discurso de proporcionar maior otimização dos seus recursos humanos. Para atingir os objetivos, o governo autorizou algumas contratações e ampliações da infraestrutura, supostamente respeitando a autonomia das IFES, já que estas tiveram a “opção” de aderir ou não aderir ao “Acordo de Metas” e estabelecer o “seu” plano de expansão para atingir as metas previstas. Na prática, constitui-se na operacionalização, dos contratos de gestão, ensaiados desde os anos de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso e, resumidamente, condicionando a liberação de recursos ao alcance das metas de expansão como: redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; aumento do número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificação das modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos Além disso, enfatiza a educação à distância, a criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e bacharelados interdisciplinares. Defende o incentivo à criação de um novo sistema de títulos, elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estímulo à mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (MANCEBO, 2010).

No *site* do Ministério da Educação há um *link* destinado ao REUNI, no qual é permitido acessar uma série de informações oficiais sobre o programa governamental. Neste *site*, o REUNI é descrito da seguinte maneira:

A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012.⁶

⁶ Disponível em www.reuni.mec.gov.br. Acesso em 10 de março de 2012.

Para entendermos melhor o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) é necessário conhecermos o seu objetivo que está explícito de maneira clara no artigo 1º do Decreto 6.069/07:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de **criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.** (grifo nosso)

Além dos objetivos traçados pelo governo federal para justificar o estabelecimento do REUNI, vale ressaltar também as principais diretrizes fixadas pelo Estado para este Programa:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (RODRIGUES, 2011, p.92)

É necessário ainda registrar que o REUNI foi lançado como um plano de adesão voluntária, e que cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), por decisão do respectivo Conselho Universitário poderia aderir ou não ao mesmo. Cada instituição que aderisse deveria elaborar um plano de metas com as ações que pretendia cumprir. Em contrapartida, as IFES receberiam recursos adicionais do governo federal via MEC condicionados ao cumprimento das metas acordadas. Porém, já havia na proposta inicial um limite neste repasse de verbas, referente a 20% do orçamento de custeio e pessoal do ano inicial da adesão e a duração total de cinco anos, com a ressalva de que este financiamento estaria condicionado à capacidade orçamentária do MEC.

Desta forma, percebemos que o REUNI foi apresentado pelo Estado às universidades públicas brasileiras enfatizando a garantia do direito de escolha das IFES em relação à adesão ao REUNI, supostamente garantindo a elas sua autonomia, porém a instituição que não aderisse ficaria praticamente fora dos investimentos financeiros feitos via MEC no setor. O temor de não ser contemplada com os investimentos prometidos pelo governo brasileiro, fez com que a enorme maioria das universidades federais brasileiras aderisse ao Programa, mesmo com a desconfiança e a mobilização contrária de grande parte das comunidades acadêmicas locais de cada uma destas instituições. Veja o que afirma a ADUR em carta aberta a comunidade sobre a adesão da UFRRJ:

De acordo com a Reitoria, com os recursos financeiros que o governo enviará, será possível fazer inúmeras melhorias na Universidade. Interessante perceber que, até o momento, a UFRRJ carece de muitos investimentos e precisa que medidas emergenciais sejam tomadas. O orçamento existente não dá conta daquilo que a instituição carece. Com a expansão, entrarão mais recursos, porém, será necessário garantir a manutenção de novos cursos e novos estudantes na casa. A Administração

Superior tem justificado que o PRE é importante porque a UFRRJ não pode ficar sem o recurso que o governo prometeu enviar. Porém, o que se questiona é que este dinheiro deveria ser enviado para sanar as questões que hoje são emergenciais para a instituição e não para que se criasse uma expansão em meio a um processo atropelado, manipulado e autoritário. (ADUR, 6/12/07, nº 103, p.2)

Podemos afirmar que “no enfrentamento dos dissensos, o governo artificializou consensos” por meio de estratégias baseadas na rápida aprovação de seus programas, decretos e leis. Neste processo, onde se liam “aprovações resultantes de amplas discussões nas bases”, na realidade, o que ocorreu na maioria das instituições foram “aprovações resultantes de acordos políticos diversos”. Assim foi, também, a aprovação do REUNI na UFRRJ (SILVEIRA, 2011, p. 179).

No item a seguir vamos nos ater ao modo como a adesão da Rural ao REUNI aconteceu, além de focarmos nos compromissos estabelecidos por esta instituição com o MEC, via Plano de Reestruturação e Expansão (PRE) firmado entre as partes.

2 – O REUNI na UFRRJ

O REUNI foi um dos programas voltado para a educação superior inseridos no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE desenvolvido no governo Lula da Silva. Ele foi criado para vigorar entre os anos de 2007/2012.

A adesão ao REUNI na UFRRJ, assim como em várias outras universidades públicas do país, gerou uma série de manifestações em sua maioria contrárias à adesão ao Programa. De acordo com Medeiros (2012, p.27):

Assim que foi anunciado o REUNI, sofreu uma série de questionamentos nas universidades federais, principalmente pelos setores organizados dos movimentos de docentes e de estudantes, enfaticamente, pela forma sob a qual foi decidida a adesão das universidades ao programa, com restrita participação da comunidade universitária à medida que a discussão ocorria no âmbito dos Colegiados da Administração Superior.

Na Rural grande parte da comunidade acadêmica se posicionou contra a atitude da Reitoria, apoiada pelo CONSU, de aderir ao REUNI. Estas manifestações contrárias à implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais não foram à toa, afinal de contas quem seria contra um plano que prevê a expansão do número de vagas nas universidades públicas nacionais? Quais os motivos que levaram grande parte da comunidade acadêmica, compreendendo: docentes, discentes e técnicos administrativos a desconfiarem e lutarem contra a adesão e a implantação deste plano?

Alguns indicadores podem ser levantados para responder às perguntas anteriores. Como exemplo, podemos destacar a duplicação no número de alunos por professor, que, provavelmente acarretaria uma sobrecarga de trabalho sobre os docentes das IFES levando a precarização do trabalho dos mesmos. Também o número de contratações de técnicos administrativos e de docentes previstos era bem menor do que o necessário para atender com qualidade aos novos discentes que as universidades iriam receber em função da expansão de vagas, o que acarretaria também a precarização e sobrecarga do trabalho dos técnicos administrativos, e a queda na qualidade do trabalho oferecido. Se tomarmos como base somente esses dois indicadores já é possível avaliar quanto a universidade pública federal brasileira poderia perder, principalmente no que diz respeito à qualidade da educação por ela oferecida à

sociedade brasileira, colocando em risco a sua excelência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, fato que só viria a favorecer a rede privada de ensino superior. Ademais o que se pode observar é que este aumento no número de vagas não seguiu um planejamento no oferecimento de novos cursos que tivesse levado em consideração as necessidades locais e/ou regionais, em consonância com as perspectivas profissionais das populações onde estão inseridos os *campi* universitários. Essa expansão sem critérios mais definidos poderia fazer com que as instituições crescessem quantitativamente, mas perdessem, talvez de forma irreversível, a qualidade conquistada por muitas, ao longo dos anos.

Todo esse quadro de incertezas e de instabilidade gerado pelo REUNI fez com que se multiplicassem, em várias IFES brasileiras, manifestações contrárias à sua implantação, apesar de ter sido sempre um desejo da sociedade brasileira que a universidade pública abrisse suas portas para a grande maioria da população do país. No entanto, esse desejo sempre foi fundamentado na qualidade do ensino por ela oferecido, e o medo de que essa instituição denominada de universidade pública, patrimônio da sociedade brasileira, pudesse se perder passou a permear a mente e as discussões dos envolvidos no processo. As primeiras reações contrárias emanadas das comunidades universitárias fizeram com que o governo agisse rápido na defesa de suas ideias, mobilizando as reitorias no processo de convencimento.

Na UFRRJ foram organizados alguns eventos antes da adesão da universidade ao REUNI, com o objetivo de discutir o programa. Num destes eventos que ocorreu no Instituto Multidisciplinar (IM) em Nova Iguaçu, uma mesa composta por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e UFRRJ expôs os motivos pelos quais estes docentes se colocavam contra a adesão das universidades ao REUNI. Leia a narrativa do *ADUR informa* (edição especial) número 102, de 26/10/07 sobre estes motivos:

Muitas críticas têm sido apontadas ao REUNI, dentre elas a possibilidade de os reitores, ao se submeterem às diretrizes do Programa, aceitando a expansão de vagas sem garantias mínimas do financiamento correspondente, premidos pelas metas impostas à graduação, cabem abdicando dos contratos em DE, da pós-graduação e da pesquisa, de acordo com o novo modelo que cabe às universidades dentro do projeto de inserção subalterna do país no contexto mundial da dita 'globalização'(...). A idéia de expansão universitária no quadro da autonomia significa a elaboração de uma proposta que realmente garanta as exigências e necessidade da universidade frente ao atual edital do REUNI. Desta maneira, cremos que podemos elaborar outro documento que, tal qual o atual, não vise ser uma aderência total ao Decreto 6.096/07; não afirmando como meta, por exemplo, 90% de aprovação nos cursos, necessária e prevista no decreto. Mas que também seja mais explícito em um programa de expansão da universidade. Neste sentido, cremos na possibilidade de cálculos reais do índice de professor-equivalente que necessitaremos alcançar para a abertura de todos os cursos previstos (de acordo com o diário oficial de 24 de julho de 2007, à UFRRJ cabe 1.012 professor-equivalente). Lembramos que devemos considerar neste cálculo a dedução de professores, devido à pós-graduação. Segundo o edital para concorrer ao REUNI, devemos deixar claro também os recursos necessários a nossa ampliação, de forma que não estabeleçamos metas genéricas que nos aprisionem futuramente nas demandas de avaliações quantitativas extraordinárias do Governo Federal.

O grupo de docentes que se posicionou contra o REUNI, está em consonância com a posição tomada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ADUR-RJ), também expressa na edição especial do *ADUR informa* número 102, de 26/10/07:

Aqueles que desaprovam o REUNI afirmaram que não compreendem a posição encampada pela Administração Superior, oriunda do movimento sindical e consciente

dos inúmeros ataques que as Universidades Públicas vêm sofrendo ao longo das últimas décadas. Explicaram também que o REUNI é mais uma das vertentes da já conhecida e combatida Reforma Universitária, uma vez que o governo Lula não rompeu com os compromissos assumidos com o capital estrangeiro e com o grande empresariado brasileiro – incluindo os donos de instituições de ensino superior privadas, que se proliferam pelo país.

Por essas e outras, a ADUR-RJ insiste: será que qualquer idéia IMPOSTA via DECRETO representa ganhos para a Universidade? Decreto não combina com democracia.

Assim como os docentes e a ADUR, um número expressivo de discentes da UFRRJ também se manifestou contrário à adesão da universidade ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, através da ocupação da Reitoria. Vale ressaltar que esse artifício (ocupação da Reitoria) havia sido utilizado como forma de pressão dos alunos, pela última vez, no ano de 2003, em função do aumento do preço do Restaurante Universitário, comumente denominado de “bandeirão”. Observe a narrativa dos fatos expressa no *ADUR informa* número 102, de 26/10/07:

Na manhã do dia 26, as escadas do prédio principal da UFRRJ, conhecido como “P1”, estiveram tomadas pelos alunos, que impediram o acesso dos professores e funcionários às salas e gabinetes. Eles gritavam palavras de ordem contra o REUNI. Ao final da tarde, os estudantes realizaram plenária, ainda na sala da Reitoria, e convidaram a ADUR-RJ e o SINTUR para apresentarem suas posições sobre o momento vivido pela UFRRJ.

Mesmo com tantas manifestações de membros da comunidade acadêmica, contrários à proposta do REUNI, e a solicitação de uma maior discussão sobre o assunto, antes de uma possível adesão ao Programa, amparada em decisão do Conselho Universitário (CONSU) a UFRRJ aderiu ao REUNI. A reunião do CONSU merece destaque, pois foi convocada e realizada às pressas, respeitando o prazo estabelecido pelo governo federal, mas desrespeitando o tempo de amadurecimento e reflexão da comunidade universitária. Veja a narração da ADUR sobre a realização “relâmpago” da 235ª Reunião do Conselho Universitário, descrita em *Carta Aberta a Comunidade Universitária*, de 06/12/2007:

Após ter sido apreciado pelo CEPE, o Plano de Reestruturação e Expansão da UFRRJ foi aprovado durante a 235ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário – CONSU, no último dia 30 de novembro, que tinha como intuito “apreciar os seguintes pontos de pauta: 1. Aprovação da ata da 234ª Reunião Ordinária; 2. Plano de Reestruturação e Expansão da UFRRJ; 3. Assuntos Gerais” - conforme explicitado na convocação de 27 de novembro.

A reunião começou pontualmente às 8h. A Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar (presidente da ADUR) e outros três conselheiros chegaram poucos minutos após o início da 235ª Reunião Ordinária do CONSU e depararam-se com a aprovação do PRE e com o encerramento da referida reunião – como dito pelo presidente do egrégio Conselho Universitário. A apreciação de um ponto de pauta tão importante (e igualmente polêmico) para o futuro de nossa Universidade Rural foi decidido em dez minutos – apesar da ata desta reunião informar que o PRE foi “posto em discussão”, tendo sido “aprovado por unanimidade o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, visando a inclusão da UFRRJ no Programa de Reestruturação e Expansão nas Universidades Federais – REUNI, do Governo Federal”.

Ainda segundo a ata, a reunião do CONSU, incluindo as deliberações sobre os três pontos de pauta supracitados, foi encerrada às 8h40min – horário contestado por alguns conselheiros na 153ª Reunião Extraordinária do CONSU, de 06/12/07, que

sustentaram que o término da 235ª Reunião do Conselho Universitário se deu às 8h14min.

O quadro apresentado acima que se refere à aprovação do REUNI pelo Conselho Superior da Universidade Rural está em pleno acordo com a afirmação de Medeiros (2012, p.29) referente aos argumentos utilizados pelas administrações superiores acerca da defesa do Programa em questão:

[...] os defensores do REUNI, sobretudo, as administrações superiores que defendiam a adesão ao programa, utilizaram como argumento a oportunidade de fortalecer políticas como a de expansão da oferta de vagas para o ensino de graduação; a contratação de docentes para ampliar seus quadros de efetivos; a melhoria da infraestrutura da universidade com a ampliação de verbas para custeio e capital, proporcionadas pelo REUNI.

Para os membros da administração superior, a aprovação do Plano de Reestruturação e Expansão (PRE) da UFRRJ pelo CONSU somente oficializou a proposta de expansão vinculada ao REUNI seguindo as orientações do MEC e o Plano de Reestruturação e Expansão (PRE) teve como objetivo nortear os rumos da expansão já em curso na universidade.

Na realidade, a UFRRJ, nos anos 2000, passou por dois momentos expansionistas. O primeiro (de 2000 a 2007) privilegiou a abertura de cursos em outros municípios do estado do Rio de Janeiro, marcando, então, a origem dos *campi* de Nova Iguaçu e Três Rios. Já o segundo momento (de 2007 a 2010) representou a efetiva implantação do REUNI na UFRRJ (SILVEIRA, 2011).

Em relação ao primeiro momento expansionista vamos avaliá-lo somente a partir de 2004, sob a égide do governo Lula da Silva (2003-2010). Como já citado anteriormente, desde 2003 o governo Lula colocou em prática o chamado Projeto Expandir, que tinha como objetivo expandir e interiorizar a educação superior no Brasil, criando, até 2006, 40 novos *campi*, e a UFRRJ estava inserida nesta proposta. A expansão da Rural, que tem sua sede no município de Seropédica, se direcionou, primeiramente, para o município de Nova Iguaçu onde foi criado o Instituto Multidisciplinar (IM), mais tarde reconhecido como *campus* da UFRRJ e, em seguida, para o município de Três Rios, que se consolidou como *campus* no ano de 2007.

Ainda sobre a questão da expansão dos *campi* da UFRRJ observe como ela ocorreu em Nova Iguaçu:

O aditamento do ato de credenciamento do *campus* de Nova Iguaçu permitiu a incorporação de duas turmas de Administração, oriundas do Consórcio Universidade Pública da Baixada, que passaram a integrar mais um entre os outros cinco cursos de graduação então criados, iniciados em 2006: Matemática, História, Pedagogia, Ciências Econômicas e Turismo. Foram organizados concursos públicos para docentes e técnico-administrativos, e as atividades acadêmicas eram realizadas nas instalações da Escola Municipal Monteiro Lobato, cedida, no horário noturno, pela Prefeitura de Nova Iguaçu, enquanto se processavam as obras para a construção do *campus* universitário. (...) Ainda que com precariedades iniciais, o recéminaugurado IM estreava com a oferta de dois novos cursos não existentes até então no *campus* sede: Turismo e Pedagogia (SILVEIRA, 2011, p. 222-223).

Explicadas a criação do IM e de seus dois inéditos cursos, cabe voltar o olhar para a origem do campus de Três Rios, consolidado em 2007, ocasião em que foi apresentado um projeto de ampliação da unidade, oferecendo à população daquela região cursos de graduação adequados às características sócio-econômicas e culturais daquela região. Vale destacar que

nenhuma delas estava associada ao mundo rural. Assim se construíram as bases do *campus* do Vale do Paraíba, com ampliação de vagas docentes e técnicas, e recursos para construção de uma sede própria, uma vez que funcionava em local improvisado e impróprio para o desenvolvimento de atividades acadêmicas (SILVEIRA, 2011).

Este primeiro momento da expansão não foi tão divulgado na Instituição, e a maior parte da comunidade universitária não sabia como estava se desenvolvendo o processo. Um dos docentes entrevistados para a coleta de informações a respeito da elaboração do Estatuto e Regimento dos anos de 2010-2011, que passou a integrar a administração universitária logo após essa primeira expansão, deu o seguinte depoimento que optamos por transcrever neste espaço, com o objetivo de enriquecer as informações contidas nesta dissertação.

Descobrimos [sobre a expansão] uma semana antes de tomar posse. Nós já estávamos eleitos, mas ainda não empossados. Nós descobrimos na última reunião de transição com o professor José Antônio, ao invés de seguirmos a pauta, o professor José Antonio se virou para mim e para a professora Ana Dantas e falou para nós que a Rural tinha recebido uma pilha de documentos que tinham que ser preenchidos em uma semana para que a universidade entrasse no programa de expansão do governo. A Rural naquela época tinha um programa chamado de Programa de Interiorização apoiado em uma estratégia, que eu considero extremamente frágil. Ela ampliava o número de vagas oferecendo turmas fora de sede em municípios do Estado do RJ. A estratégia qual era: fazia convênio com uma prefeitura que disponibilizava o espaço e a Rural criava uma turma fora de sede, ou seja, nós não tínhamos uma unidade fora da sede, tínhamos um convênio com uma prefeitura e tínhamos que disponibilizar docentes que fossem dar aulas e desenvolver atividades acadêmicas em instalações temporárias cedidas, e a prefeitura tinha que arcar com as despesas dos deslocamentos dos professores envolvidos, e dos materiais utilizados, além de pagar uma bolsa para os professores darem aula. Isso funcionou durante muitos anos, começou com Paracambi e se estendeu para Três Rios, Quatis, Volta Redonda e Nova Iguaçu.

O prefeito de Paracambi foi o primeiro a romper, pois viu que o investimento financeiro não valia a pena e os alunos de Paracambi tiveram que concluir seus cursos na Rural, em Seropédica, na sede.

Quando entrei [na administração] os outros quatro municípios ainda permaneciam com esta situação. Durante toda a campanha, em 2004, nas discussões feitas entre as quatro candidaturas à reitoria, nunca foi colocada a possibilidade de nós termos unidades fora de sede, nunca. Nem nos debates, nem nos conselhos, nem em lugar nenhum. E uma semana antes de nós assumirmos o reitor comunica isso a gente, informando que era para a gente criar uma unidade acadêmica em Nova Iguaçu. O reitor José Antônio afirmou que era um programa de governo que envolvia questões políticas ligadas a parlamentares de determinados municípios no Brasil inteiro e o “padrinho” em Nova Iguaçu era o Lindberg [Faria], enquanto que em Volta Redonda, era uma deputada. Em Volta Redonda a Unidade saiu, mas já havia uma unidade na cidade ligada a UFF voltada para a área de engenharia e em função disso, nós entramos num acordo com a UFF e nossa turma da Economia, em bloco, se transferiu para a UFF. O fato é que, quando nós assumimos, tivemos que resolver o problema dos quatro municípios conveniados com a Rural. Quando nos demos conta da situação, começamos a fazer contatos com o MEC para resolvermos o problema de garantir que todos os alunos da Rural terminassem seus cursos na Rural, mesmo se, na última hipótese, isso tivesse que ser em Seropédica. Vale destacar que nenhuma prefeitura tem obrigação de manter cursos no nível superior de ensino, por uma questão legal ligada a LDB.

No nosso primeiro mandato (2005-2008), nós fomos candidatos para uma universidade e fomos empossados para outra universidade e com responsabilidades já assumidas que tinham que ser cumpridas. Afinal, nós não podíamos abandonar os compromissos institucionais da universidade, mesmo não tendo sido assumidos por nós (Docente IV).

O mesmo docente entrevistado falou sobre a segunda fase da expansão, defendendo o REUNI e comparando-o com a primeira fase. Ele entendeu que o REUNI conseguiu dar à expansão da UFRRJ uma organicidade que até então não existia.

Na realidade aconteceu o seguinte: houve a fase 1 da expansão, ela foi longa, eu tive que enfiar à força junto da administração Três Rios, pois não era prioridade política do governo, pelo contrário, tinha tudo contra, por conta da proximidade de Três Rios com Juiz de Fora (UFJF). Afinal nós tínhamos 900 alunos em Três Rios e uma grande expectativa da comunidade de que a Rural continuasse lá e foi uma grande batalha para equacionar o problema de Três Rios. Aí surgiu o REUNI. Então, fiquei dois anos tentando resolver a fase 1 e logo depois me vem o REUNI. Então nós entramos na campanha para o segundo mandato com o REUNI como grande estrela, para o bem e para o mal. Em função da reação de alguns grupos mais à esquerda da universidade, que temiam ser o REUNI mais uma jogada do governo para privatizar a universidade, enfrentamos muita reação. No entanto, na percepção da administração superior, era a grande oportunidade que as universidades federais tinham de poder realmente pensar numa reestruturação e numa expansão estável, com base sólida, porque a expansão, do jeito que a Rural havia expandido antes “num peteleco desmoronava”, bastava mudar o prefeito ou o prefeito mudar de idéia ou qualquer outra situação, que aquilo tudo vinha abaixo, além de correr o risco de comprometer a qualidade do ensino na universidade. (Docente IV)

Com o objetivo de demonstrar o panorama da UFRRJ antes da expansão de vagas proveniente do REUNI, apresentamos abaixo uma tabela, com os cursos existentes e em funcionamento na universidade e suas respectivas cidades sede. Para isso observe a tabela 2:

Tabela 2: Cursos oferecidos pela UFRRJ e suas cidades sede.

Áreas	Campus	Cursos
Ciências Agrárias	Sede	Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia.
Engenharias	Sede	Engenharia Agrícola, Engenharia de Agrimensura, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química.
Licenciaturas	Sede	Ciências Biológicas, Ciências Agrícolas, Economia Doméstica (também bacharelado),
		Educação Física, Física, História (noturno), Matemática (também bacharelado), Química (diurno e noturno), Pedagogia (noturno).

Licenciaturas	Nova Iguaçu	História (noturno), Matemática (também bacharelado noturno), Pedagogia (noturno).
Ciências Exatas e da Vida	Sede	Geologia, Química Industrial, Matemática Aplicada e Computacional.
Ciências Sociais Aplicadas	Sede	Administração (diurno e noturno), Arquitetura e Urbanismo, Ciências Econômicas.
Ciências Sociais Aplicadas	Nova Iguaçu	Administração (noturno), Ciências Econômicas (noturno), Turismo (noturno).
Ciências Sociais Aplicadas	Três Rios	Administração (noturno), Ciências Econômicas (noturno)
Ciências Sociais Aplicadas	Quatis	Administração (noturno).

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI- PP.17-18.

Já em relação ao segundo momento de expansão da UFRRJ (2007-2010) podemos afirmar que este ainda está em andamento, pois os compromissos assumidos por esta universidade e pré-estabelecidos no PRE, têm prazo para serem cumpridos, até o final do ano de 2012.

De acordo com o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Rural, a Instituição deveria ampliar o número de vagas em alguns cursos onde estas eram consideradas insuficientes, assim como ampliar o número de cursos de graduação oferecidos na Instituição. Para demonstrar de maneira clara como isso se daria, consta do documento do PRE uma tabela com os números a serem cumpridos pela UFRRJ:

Tabela 3: Números referentes ao compromisso de expansão da UFRRJ com o MEC:

Curso	Local	Turno	2008	2009	2010	2011	2012	Novas matrículas
Arquitetura	Sede	Diurno	-	20	20	20	20	80
Eng. Química	Sede	Diurno	-	20	20	20	20	80
Geologia	Sede	Diurno	-	15	15	15	15	60
Eng. Florestal	Sede	Diurno	-	10	10	10	10	40
Biologia	Sede	Diurno	-	10	10	10	10	40
História	Sede	Diurno	-	40	40	40	40	160
<i>Biomedicina</i>	Sede	Diurno	-	-	-	40	40	80
<i>Farmácia</i>	Sede	Diurno	-	-	40	40	40	120

<i>Comunicação</i>	Sede	Diurno	-	-	45	45	45	135
<i>Ciências Sociais</i>	Sede	Diurno	-	45	45	45	45	180
<i>Sist. Informat.</i>	Sede	Diurno	-	-	20	20	20	60
<i>Hotelaria</i>	Sede	Noturno	-	-	45	45	45	135
<i>Química</i>	Sede	Noturno	-	05	05	05	05	20
<i>Filosofia</i>	Sede	Noturno	-	45	45	45	45	180
<i>História</i>	Sede	Noturno	-	10	10	10	10	40
<i>Letras</i>	Sede	Noturno	-	90	90	90	90	360
<i>Rel. Internac.</i>	Sede	Noturno	-	-	45	45	45	135
<i>Direito</i>	Sede	Noturno	-	-	50	50	50	150
<i>Belas Artes (lic.)</i>	Sede	Noturno	-	45	45	45	45	180
<i>Geografia</i>	Sede	Noturno	-	45	45	45	45	180
<i>Ciências Contábeis</i>	Sede	Noturno	-	-	45	45	45	135
<i>C. Econômicas</i>	Sede	Noturno	-	45	45	45	45	180
<i>Administração Pública</i>	Sede	Noturno	-	-	45	45	45	135
<i>Fisioterapia</i>	Sede	Noturno	-	-	40	40	40	120
<i>Fonoaudiologia</i>	IM	Noturno	-	-	40	40	40	120
<i>Fisioterapia</i>	IM	Noturno	-	-	40	40	40	120
<i>Letras</i>	IM	Noturno	-	-	90	90	90	270
<i>Direito</i>	IM	Noturno	-	-	50	50	50	150
Total	-	-	-	445	1.040	1.080	1.080	3.645

Fonte: UFRRJ, PRE, p. 11.

É importante estabelecer a comparação entre as duas tabelas para constatar o quanto a UFRRJ pretendia crescer no início do REUNI.

A UFRRJ cumpriu a maior parte do que foi estabelecido no seu Plano de Reestruturação e Expansão, porém a criação de cursos na área de saúde ainda é um desafio para esta universidade, devido à falta de estrutura física para adotá-los, além da carência quase total de docentes qualificados para atuarem nesta área, dentre outros fatores que transformam a criação destes cursos num grande desafio a ser vencido pela Rural. Em função disso, os cursos de Fisioterapia e Fonoaudiologia acabaram não sendo criados pela Instituição.

Alguns números registrados no site da UFRRJ e no relatório de Gestão do Decanato de graduação referente ao ano de 2010 demonstram como está a atual configuração da Universidade Rural em relação ao número de cursos e vagas oferecidos até o ano de 2011. Observe a tabela abaixo referente ao número de vagas oferecidas pela UFRRJ:

Tabela 4: Número de vagas oferecidas na UFRRJ

Ano	2007	2008	2009	2010	2011
Total de vagas oferecidas na UFRRJ	2.145	2.145	2.825	3.450	3.470

Fonte: UFRRJ, Relatório de Gestão 2010, p.1

Em relação ao número de cursos oferecidos pela Rural podemos afirmar que a Instituição ofereceu no ano de 2011 o total de 55 cursos de graduação divididos da seguinte maneira: 40 cursos na sede (Seropédica), 11 cursos no Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu e 4 cursos no *campus* de Três Rios. O aumento no número de cursos na UFRRJ se acentuou a partir do ano de 2009 com a criação dos seguintes cursos: História no turno vespertino, Ciências Sociais, Filosofia, Letras (Português/Literaturas, Inglês/Literaturas e Espanhol, Literaturas), Direito, Belas Artes e Geografia. No ano de 2010, se intensificou ainda mais, com a criação dos cursos de graduação a seguir: para o 1º semestre- Ciência da Computação, em Nova Iguaçu; Gestão Ambiental, em Três Rios; e em Seropédica os cursos de Comunicação Social/Jornalismo, Engenharia de Materiais, Hotelaria, Relações Internacionais e Sistemas de Informação. No 2º período letivo os cursos de Administração Pública, Ciências Contábeis, Farmácia e Psicologia, todos em Seropédica. Além de Geografia no campus de Nova Iguaçu. Atingindo desta maneira o número de 55 cursos oferecidos a partir do ano de 2010.

Podemos então afirmar que a criação da maioria dos cursos compactuada com o MEC pela UFRRJ foi cumprida e a expansão do número de vagas oferecidas pela Universidade Rural foi responsável por uma ampliação considerável do número de alunos e de matrículas da instituição. Porém, este cenário veio acompanhado de uma série de deficiências a serem superadas, como por exemplo, a falta de estrutura física para contemplar tamanha expansão, não só na sede em Seropédica, como nos demais *campi*, dentre outras questões. Vale ressaltar ainda que as questões relatadas anteriormente não são privilégio da UFRRJ e estão ocorrendo na grande maioria das universidades públicas do país que aderiram ao REUNI, se tornando assim um desafio a ser superado por todas elas.

3 - O novo Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ dos anos 2010/11.

Em consonância com as informações inseridas no capítulo anterior, podemos afirmar que, após a abertura política no Brasil, na segunda metade da década de 1980, várias mudanças foram sendo inseridas no Estatuto em vigor na UFRRJ, fazendo com que ele se transformasse numa “colcha de retalhos”, daí a necessidade sentida pela comunidade universitária, na década de 1990 de criar um novo Estatuto para a Rural, porém esta tentativa acabou frustrada naquela época, conforme já relatado. A partir dos anos 2000, com a entrada em vigor das políticas públicas para o nível superior, implementadas pelo governo Lula da Silva, que modificaram a estrutura organizacional das IFES brasileiras, mais uma vez a comunidade universitária da UFRRJ enxergou a necessidade de reformular seus principais instrumentos jurídicos: o Estatuto e o Regimento Geral, afinal a Universidade Rural já não estava mais cabendo nas linhas e entrelinhas destes documentos emanados da década de 1970.

Sobre o fato do Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ ter se tornado uma “colcha de retalhos” durante os longos anos em que esteve em vigor, os docentes I e III, afirmaram que:

Não sei, eu acho que estas coisas têm uma inércia muito grande, é muito difícil romper com o Estatuto, depois a gente tem o Ministério da Educação, questões jurídicas! Todo mundo percebe que é uma subida ladeira acima, então é preciso realmente um esforço muito grande, uma mobilização muito grande, senão o mais fácil é ir fazendo remendos. Outra coisa, é que na verdade, muita gente não quer se mexer da onde está, está confortável, numa zona de conforto, e uma reforma de Estatuto ou uma estatuinte, principalmente, é algo que mexe com todo mundo e com toda a estrutura de poder e isso aí encontra uma resistência muito grande. Acho que as pessoas só se envolvem mais quando há uma ameaça direta às suas posições, eu tenho a impressão que o que ajudou a fazer uma mobilização nesta última tentativa é que muita gente se sentiu ameaçada pelo crescimento da área de humanas, pelo REUNI, que era uma incógnita, então o pessoal achou melhor participar para ver o que estava acontecendo. (Docente I)

Acho que a reforma foi feita exatamente porque o Estatuto e o Regimento estavam retalhados. A Instituição foi trabalhando nas deliberações dos Conselhos. Em 1993 poderia ter se acertado isso com a Estatuinte, mas não se conseguiu. Demorou mais alguns anos para se conseguir fazer uma reforma que na verdade foi muito influenciada também pelo Plano de Reestruturação e Expansão (REUNI), se tornou quase que uma necessidade, pois o tamanho da universidade não cabia mais no Estatuto e Regimento em vigor na época (Docente III).

Em função desse panorama, foi iniciado um processo de reformulação estatutária e regimental nesta Instituição, visando adaptar estes documentos de fundamental importância institucional à nova estrutura da universidade em questão. Além disso, havia o compromisso de dar conta de um antigo “sonho”, frustrado nos anos 1990, de libertar finalmente a UFRRJ dos ditames da ditadura militar, durante a qual foram gestados o Estatuto e Regimento Geral que vigoraram na UFRRJ até os anos 2010/2011.

No início dos anos 2000, a comunidade universitária retomou a discussão a respeito da necessidade de reformulação dos principais instrumentos legais da UFRRJ para que esta pudesse se adequar às novas demandas da política educacional para o nível superior que vinham sendo colocadas em prática pelo governo Lula da Silva. Em função disso, foram constituídas na universidade comissões que tiveram a incumbência de estruturar uma proposta de renovação para o Estatuto e para o Regimento Geral da Rural. Proposta que posteriormente foi submetida a audiências públicas, nas quais a comunidade universitária como um todo foi instada a propor sugestões de alteração, que eram discutidas e aprovadas ou rejeitadas em plenárias instituídas para esse fim.

A Comissão que dinamizou o processo, neste primeiro momento, foi instituída pelo Reitor da Universidade UFRRJ, através da Portaria nº 169, de 27 de fevereiro de 2009. Ela foi composta pelos seguintes membros: a) Aloísio Jorge de Jesus Monteiro (Docente Seropédica-Presidente), Celia Regina Otranto (Docente, Seropédica), Lígia Cristina Ferreira Machado (Docente Nova Iguaçu); José Angelo Ribeiro Moreira (Docente, Três Rios); Carlos Frederico de Menezes da Veiga (Técnico, Campos dos Goitacazes); Paulino Farias Alves Júnior (Procurador Geral). Vale ressaltar que o representante de Campos dos Goitacazes é um técnico, engenheiro agrônomo, em virtude daquela unidade não contar com docentes, somente com pesquisas específicas na área agrônômica, desenvolvidas por técnicos altamente qualificados. Observe o que o Docentes IV afirmou sobre a incumbência desta comissão criada pela reitoria:

Então, não deu para fazer a reformulação (do Estatuto e Regimento) no primeiro mandato, mas nós terminamos o primeiro mandato com uma minuta pronta (Docente IV).

Ter nomeado uma Comissão foi uma proposta audaciosa do reitor, porque a reforma, legalmente, teria que ser feita pelo CONSU. Por esse motivo, a minuta emanada do trabalho da Comissão foi, posteriormente, encaminhada ao CONSU. Em relação à estratégia do trabalho desenvolvido pela Comissão transcrevemos, abaixo, a fala de um dos entrevistados, que dela fez parte.

O primeiro objetivo, que era o objetivo fundamental, era fazer com que toda a comunidade universitária participasse do debate, tanto os setores administrativos como os setores acadêmicos. Então, foi montada uma comissão que contava com a participação de docentes, técnicos administrativos e estudantes uma vez que própria Comissão decidiu pela sua ampliação, incluindo a representação de três organizações da Rural: ADUR, SINTUR e DCE. Queríamos uma comissão ampla, para fazer um amplo debate sobre a reforma do Estatuto. Não era uma Estatuinte, era simplesmente a reforma do Estatuto, para dar conta de todo o processo de transformação, de expansão que a universidade vivia e que o Estatuto antigo não dava conta. (Docente VI)

Conforme as palavras do integrante da Comissão, ela própria solicitou sua ampliação para contemplar um representante da Associação de Docentes da Universidade Rural (ADURRJ); um do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRRJ (SINTUR) e um do Diretório Central dos Estudantes (DCE). O processo de discussão ocorreu de forma democrática, seguindo um calendário que englobou os meses de abril a outubro de 2009. No decorrer deste período, foi cumprido um cronograma que envolvia discussões com toda comunidade universitária, na qual todos tinham a oportunidade de apresentar suas sugestões, que eram debatidas na plenária. Ocorreram, ainda, reuniões nos diferentes *campi*, além de outras nas unidades administrativas de Seropédica – os Institutos. Após a conclusão das ações previstas no cronograma, o documento contendo a proposta do Estatuto foi concluído e aprovado em reunião específica para este fim, pela comunidade universitária. Na sequência, este documento foi entregue ao Reitor Ricardo Motta Miranda, que o encaminhou ao Conselho Universitário (CONSU), pois de acordo com o Estatuto em vigor naquele momento (Estatuto da década de 1970) o documento que estabelecia a proposta preliminar para um novo Estatuto para a Universidade Rural teria que ser aprovado pelo Conselho citado. Sobre este processo de formação da comissão e tramitação e aprovação do documento que serviria de base para a reformulação do Estatuto da UFRRJ, o Docente IV afirmou que:

A comissão foi parte escolhida, parte indicada. As pessoas que foram convidadas foram: eu e a professora Celia Otranto. Os demais, referentes às representações, vieram por indicação dos *campi*. Contávamos, então, com uma representação de Seropédica, uma do IM, uma de Três Rios e uma de Campos dos Goytacazes. A professora Celia era a pessoa que tinha maior competência para discutir isso junto comigo, que também sou professor de política educacional, como ela, mas que estava tratando muito mais da articulação política do processo. Ela era uma pessoa com a qual eu podia dialogar por entender também das leis, mas enquanto assessor da reitoria eu estava tratando muito mais da articulação política. Acho que o processo foi um processo aberto, as plenárias foram abertas, as contribuições que chegaram, vieram dos setores e acho que a gente conseguiu promover um amplo debate. Avalio que o trabalho foi super bem feito, tanto que não houve nenhuma resistência por parte de nenhuma sessão sindical, nem da organização estudantil. O documento final retratou exatamente o debate. Por exemplo, várias pessoas que faziam parte da comissão, inclusive eu, a professora Celia e os membros da ADUR, SINTUR e DCE, mesmo nós, perdemos algumas propostas que tínhamos feito por acharmos ser o melhor caminho e, simplesmente, perdemos. No entanto, fizemos absoluta questão de colocar

no papel, claramente, o que foi fruto do debate. Então, pode até não ter ficado aquele Estatuto maravilhoso, mas aquele Estatuto foi o resultado de amplo debate que aconteceu aqui na Rural. Apesar de não ter contado com toda a participação da comunidade que desejávamos, os debates foram bem amplos, e envolveram grande parte da comunidade. Recebemos contribuições de todos os *campi* e de vários setores de Seropédica. Todas foram votadas, democraticamente e as decisões foram todas respeitadas no nosso documento final. Disso eu não tenho a menor dúvida.

No CONSU, a proposta de Estatuto sofreu mudanças significativas, pois os diretores dos Institutos, membros deste Conselho, tomaram para si a redação do documento, convocando novas reuniões de discussão e criando uma nova comissão, chamada de comissão de sistematização. Em relação a esta questão veja o que disse o Docente IV:

Não pode haver um Estatuto institucionalizado, sem ser votado pelo conselho maior da universidade, porque o Conselho Universitário está acima do reitor. Então, isso não pode simplesmente ser um trabalho do reitor, porque senão o reitor estaria “atropelando” o Conselho Universitário. E o governo federal, através do Ministério da Educação, quer o referendo do Conselho Supremo que é o Conselho Universitário, então ele tinha que ser protocolado junto ao CONSU. Chegando ao CONSU, os membros que o integravam decidiram pela constituição de uma nova comissão para rever o documento. O Conselho não acatou integralmente o documento enviado. O que me causou grande satisfação e à professora Celia também é que ao final deste processo, que aconteceu no Conselho Universitário, foi produzido um jornal com um texto da ADUR reivindicando que o Estatuto fosse mantido como ele foi feito pela comissão inicial. O próprio movimento organizado reivindicando que aquele Estatuto que havíamos elaborado, apesar de todas as divergências que estavam nele, fosse mantido, pois era um documento respaldado pelos próprios movimentos sociais, isso para mim foi uma enorme satisfação. Mas aí o Conselho Universitário achou por bem, e ele tem autonomia para fazer isso, montar outra comissão e aí o Estatuto foi alterado em diversos pontos daquele produzido pela comissão.

O principal ponto de desacordo com os diretores foi a extinção dos Institutos como unidades administrativas da UFRRJ. Nossa avaliação preliminar é que a reação foi ocasionada pela mudança que isso significaria na estrutura de poder da Universidade, o que não agradou aos diretores. Essa avaliação pôde ser confirmada através das entrevistas que nos dispusemos a fazer. O Docente II confirmou o medo da mudança e se referiu à criação dos CEPEAs.

Havia uma proposta inicial de mudança na estrutura, de Institutos passarem para Centros, mas isso não se manteve. Manteve-se a estrutura dos Institutos porque houve uma forte resistência especialmente dos setores mais antigos da Instituição, algumas áreas se sentiram “engolidas” pelas áreas de maior poder. A maior resistência foi das ciências agrárias. E também nas ciências humanas a idéia de que haveria um centro único e que as unidades fora de sede não seriam sede de um Centro acabou sendo uma idéia que desagradou profundamente. Então a estrutura que estava pensada inicialmente de alteração dos Institutos para Centros foi derrotada por estes “medos” de mudança. O CEPEA foi uma mudança parcial neste sentido, de certa forma, ele mudou alguma coisa neste sentido, mas sem tirar a autonomia das unidades (Docente II).

Os CEPEAs (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão por Áreas) já constavam da proposta da primeira Comissão, que defendeu sua criação em consonância com as unidades divididas por área que substituiriam os Institutos. A Comissão instituída pelo CONSU conseguiu abortar a ideia de acabar com os Institutos, mas manteve o CEPEA, um Conselho que visa agrupar uma determinada área de conhecimento para a discussão e definição de políticas a ela

inerentes. O CEPEA visa agregar grupos com interesse em uma determinada área de estudo e ampliar a participação dos coordenadores de curso nas decisões relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão da UFRRJ. O Docente II complementou o assunto com o seguinte depoimento.

O que eu sinto de mais significativo são os CEPEAs porque o objetivo é democratizar a relação de poder na Instituição e o CEPE era um Conselho que não representava a nova Instituição, a diversidade da nova Instituição. Havia uma concentração em áreas que não expandiram e a criação dos CEPEAs permitiu a reorganização. De toda a reforma a “jóia da coroa” é o CEPEA, porque ele permite estabelecer políticas acadêmicas por área do conhecimento e proporciona uma representação mais equânime no CEPE. Para cada cinco cursos de graduação presencial ou à distância e de pós-graduação *strictu sensu*, um coordenador participa do CEPE. Dessa forma, você leva todo o poder para a área realmente acadêmica, pois um coordenador de curso representa ensino, pesquisa e extensão. Então, se nós trabalhamos verdadeiramente a indissociabilidade e cada vez mais nós temos que lutar por isso, o coordenador está levando consigo esta representação e o CEPE passa a ter uma proporção clara dos cursos, cada cinco cursos, um representante no CEPE, uma maneira simples e clara de haver uma proporcionalidade.

Ainda em relação às diferenças entre a proposta da primeira Comissão e do CONSU e da reação à extinção dos Institutos, o Docente IV assim se pronunciou:

Um das questões foi a proposta da extinção dos Institutos se não me engano, foi uma proposta que não foi aceita. Os diretores de Institutos quiseram manter os Institutos, o que revelou o receio de mexer na relação de poder na íntegra porque, a partir do momento que você vai ter unidades diferenciadas, por área, como proposto anteriormente, inclusive diminuindo o número de cargos, alteraria, significativamente a estrutura de poder. Por isso, quiseram manter esta organização (de Institutos), aí criaram uns colegiados por área, os CEPEAs, ou seja, uma coisa que a gente não queria fazer, que era dividir o administrativo do acadêmico, acabou acontecendo. Então administrativamente continuam existindo os Institutos e do ponto de vista acadêmico e político foi montado um conselho. Estas foram algumas estratégias, alguns desdobramentos para a manutenção do *status quo* do poder que a Rural tem. As relações de poder iriam ser modificadas por conta de uma estrutura de poder diferente, essa estrutura de poder diferenciada buscava mudar as relações de poder. Isso é um dos pontos que eu me lembro. Na realidade o poder fica na mão de quem está administrando, ele não é compartilhado com a perspectiva acadêmica. Acaba sempre acontecendo que o viés acadêmico-científico fica refém do administrativo. Esse era um dos debates centrais da filosofia de outra proposta de universidade, que não logrou êxito. Mas, para não perder o seu nicho de poder, não poderia sair um Estatuto como foi proposto pela comissão inicial, afinal a agronomia é a agronomia, a floresta é a floresta, nada de ciências agrárias. Queriam mudar o Estatuto, mas não queriam mudar a estrutura que foi montada lá na época do período militar, porque os poderes já estavam assentados. E quem compunha o Conselho Universitário eram os diretores dos Institutos (Docente IV).

O mesmo docente declarou que tinha uma proposta pessoal de mudança que apresentou à primeira Comissão e nos debates que a ela se seguiram, mas que não foi à proposta escolhida pela maioria.

Eu tinha uma proposta, que é minha que eu defendi, mas eu até não queria interferir muito para as pessoas não confundirem que o reitor estava querendo obrigar a alguma coisa, mas a minha proposta estava à disposição. Ela é uma proposta pessoal não é da administração. Resgatava a UEPE (Unidade de Ensino Pesquisa e Extensão) que meu grupo havia aprovado na década de 1990, durante o fracassado processo Estatuinte. A

minha proposta mexia em tudo, ela era bem revolucionária, mexia em tudo, mexia na estrutura de poder mesmo, dava poder para o técnico administrativo cumprir com o seu papel, pois é ele que tem que ter responsabilidade para responder pelo seu trabalho, de ser o chefe. O diretor, o gestor, e a cultura do não trabalho teriam que se ajustar a isso, pois esta cultura é a grande inimiga do serviço público brasileiro. Porque a hierarquia no meio acadêmico público, ela confunde as coisas, ela leva a uma segregação, ninguém é mais do que ninguém e a responsabilidade é de todos. A minha proposta revolucionava isso. Se ela fosse aceita ela ia mudar tudo, toda a universidade como ela é hoje, me daria muito trabalho se isso acontecesse. Mas enfim, isso é uma página virada, a partir do momento que o Estatuto foi votado e aprovado eu sou o defensor número um do Estatuto, hoje o Estatuto da Rural que eu vou defender até o fim do meu mandato é este depois estou livre, leve e solto. (Docente IV)

As questões que envolveram a formação de uma comissão responsável por encaminhar as discussões da comunidade universitária acerca da reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da UFRRJ e o papel centralizador assumido pelo Conselho Universitário em relação à reformulação da proposta apresentada por esta Comissão após um longo período de discussão, junto aos membros que representavam a comunidade universitária, foi também alvo do nosso estudo e fez parte das perguntas inseridas na entrevista. A resposta do Docente IV ao tema, passamos a transcrever a seguir:

Na realidade, a comissão cumpriu com o trabalho dela. Antes da comissão teve uma pessoa que era um professor aposentado da Rural e que tinha sido procurador chefe na época do Mânlio, que foi presidente da ADUR, o professor Laélio que era jurista. A administração superior o contratou, (como serviços prestados) para ele desenvolver e apresentar uma minuta que fosse uma reforma do Estatuto da época. Visava ajustar o Estatuto para a nova realidade que na verdade era uma realidade de transição. Quando a administração contratou o Laélio Nunes de Lima, a fase 1 não tinha nem terminado ainda, ela ainda estava em andamento, e o REUNI também, era uma grande transição. Aí o Laélio fez um trabalho que a administração até não usou tanto, mas foi um trabalho importante, porque a preocupação era ter um jurista para que deixasse fora do novo documento nenhuma demanda legal, pois as demandas legais precisam ficar claras. Depois disso é que foi montada uma comissão e esta comissão tinha como objetivo construir a minuta que era só este o objetivo da comissão, era construir a minuta. Depois nós tivemos a condução que era construir a minuta e conduzir junto com a administração toda a estratégia do debate e isto foi feito. Quando todo trabalho foi concluído e sistematizado, foi enviado para o Conselho. Aí sim a responsabilidade era do Conselho, porque pelo Estatuto em vigor quem mudava o Estatuto era o Conselho.

Vale ressaltar que a primeira Comissão levou em consideração o texto redigido pelo prof. Laélio Nunes de Lima, assim como uma adequação do Estatuto à LDB de 1996, feita pela profa. Celia Regina Otranto. Assim que a proposta preliminar do Estatuto sistematizada por essa Comissão criada pela reitoria através da Portaria nº 169, de 27 de fevereiro de 2009 foi entregue ao CONSU, o processo em andamento iniciado em abril de 2009 foi retardado. O Conselho estabeleceu uma nova comissão – Comissão de sistematização das propostas para reforma do Estatuto – que propôs um novo calendário e iniciou um novo processo para o estabelecimento da reformulação do Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ. Sobre a criação desta Comissão de Sistematização o Docente II prestou alguns esclarecimentos:

O Conselho Universitário inicialmente criou uma comissão composta por um representante da reitoria (um pró-reitor), dois diretores de Institutos, um representante do SINTUR e um representante do corpo discente. Depois das manifestações em Nova Iguaçu o número de membros da comissão foi estendido de cinco para onze, entraram:

três representantes das pró-reitorias acadêmicas e um representante de cada *campus* fora de sede.

O novo calendário instituído pela comissão de sistematização se referia às datas propostas para audiências públicas que tinham como objetivo abrir espaço para a expressão da comunidade universitária e seriam realizadas entre os meses de agosto e setembro de 2010 em variados locais da Universidade em questão. Seguindo o que estava estabelecido no cronograma a comissão de sistematização entregou uma proposta para a reformulação do Estatuto da UFRRJ ao CONSU em 29 de setembro de 2010. Sobre a criação da comissão de sistematização pelo CONSU, o Docente II, membro da referente comissão declarou:

O CONSU garantiu o máximo de transparência no processo, ele designou uma comissão de sistematização, obrigando a fazer audiências públicas ao longo do processo do Estatuto e do Regimento. Houve mais de 30 audiências públicas no conjunto da Instituição, que abrangeu todos os *campi* e todos os regimentos setoriais. Procuramos dar o máximo de transparência e divulgação (tendo um lugar na página da Rural específico para a reforma). A participação da comunidade em algumas audiências foi muito grande, em outras, pequena. A participação nos *campi* fora de sede foi muito maior do que no *campus* sede, especialmente em Nova Iguaçu, onde houve uma mobilização muito boa, uma participação muito grande, lá houve uma discussão maior em relação à extensão de prazo para a discussão do Regimento. Isso deu mais qualidade, a comissão foi ampliada depois das manifestações em Nova Iguaçu e ficou muito melhor. A comissão que antes tinha cinco membros passou a ter onze.

O Conselho se debruçou em debater, mas respeitou profundamente o que veio das bases, respeitou o tempo todo, então não houve nenhuma alteração significativa, só de forma e de redação mesmo, não houve nenhuma alteração significativa do que veio das audiências públicas.

Após a entrega da proposta de reformulação feita pela comissão de sistematização ao CONSU foi iniciada uma segunda etapa de audiências públicas realizadas durante o mês de novembro de 2010 com o objetivo de registrar a expressão da comunidade universitária. Depois disso, a comissão fez uma ata de cada audiência pública e entregou ao CONSU para que o mesmo votasse o texto do Estatuto entre os dias 29 de novembro e 10 de dezembro de 2010.

O Estatuto da UFRRJ foi aprovado pelo CONSU em 13/12/2010 e passou a vigorar a partir da deliberação nº 014/CONSU de 28/04/2011 já as reformulações referentes ao novo Regimento Geral foram aprovadas em 11 de outubro de 2011 pelo CONSU.

3.1- Os Textos dos Atuais Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ

Iniciaremos a seguir uma análise do atual texto do Estatuto da UFRRJ buscando destacar em seus artigos a presença das políticas públicas para o ensino superior, iniciadas no governo Lula da Silva e continuadas pelo governo Dilma Roussef, apontando algumas medidas firmadas pelo REUNI.

Vale também ressaltar que o Estatuto e o Regimento Geral não são os únicos documentos que demonstram as relações diretas da Rural com as políticas públicas para o ensino superior postas em prática pelo governo Lula. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRRJ, elaborado em 2006, traz o seguinte trecho: “consolidar e ampliar a expansão da UFRRJ, fundamentada em ensino, pesquisa e extensão, de modo articulado com as políticas públicas da

área” (UFRRJ, PDI, 2006, p.24) que deixa bem clara a necessidade de articular as ações da universidade em questão com as políticas governamentais para o âmbito educacional.

Retornando a proposta de análise do Estatuto, logo no artigo 1º devemos destacar o reconhecimento da UFRRJ como uma universidade centenária já que neste Estatuto, diferentemente do Estatuto anterior (1974), a história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro tem como marco inicial o ano de 1910 com a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV). Observe este fato na redação do referido artigo:

Art. 1º- A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sediada no Estado do Rio de Janeiro, originária da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), criada em 20 de outubro de 1910, transformada em Universidade Rural no ano de 1943, denominada Universidade Rural do Rio de Janeiro em 1960, reorganizada em 1962 com o nome Universidade Rural do Brasil e transferida em 1967 para o Ministério da Educação, quando assumiu a atual denominação, é autarquia de regime especial, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

É possível inferir que a presença da profª Celia Regina Otranto na primeira comissão institucional nomeada pelo Magnífico Reitor, em 2009, incumbida de propor minuta para a Reforma do Estatuto e Regimento Geral da Instituição, tenha contribuído para a redação deste primeiro artigo. A docente vem pesquisando a história da Rural desde 1996, contribuindo na redação correta da história da Instituição em vários documentos. Este foi um dos artigos que o CONSU manteve do texto da comissão inicial.

No artigo 2º podemos identificar como se dá a normatização e a organização legal da UFRRJ, demonstrando a relevância dos documentos analisados nesta pesquisa: o Estatuto e o Regimento Geral desta universidade.

Art. 2º – A Universidade, com autonomia administrativa, didático-científica e de gestão orçamentária e patrimonial, **é regida pela legislação federal, pelo presente Estatuto, pelo Regimento Geral**, pelos regimentos e deliberações dos órgãos da Administração Central e das unidades acadêmicas. (grifo nosso) § 1º – A autonomia administrativa consiste em:

- I – elaborar e reformar o próprio Estatuto e o Regimento Geral;** (grifo nosso)
- II – aprovar os regimentos de suas unidades;**
- III – normatizar os processos de escolha de dirigentes.**

Devemos também enfatizar a presença de algumas palavras que se repetem várias vezes ao longo do texto do Estatuto refletindo sua relevância para a Universidade. Dentre estas palavras destacam-se: inovação tecnológica, gestão (orçamentária, patrimonial, pedagógica, dentre outras), desenvolvimento socioambiental e educação à distância. Estas palavras podem indicar as preocupações dos legisladores com as mudanças sociais, uma vez que nenhuma delas esteve tão presente e com tanto destaque no Estatuto anterior. Podem demonstrar a pertinência à atualidade e servir como uma das “provas” para a necessidade de reformulação do documento anterior.

Nos artigos 3º e 4º que tratam dos objetivos da UFRRJ faremos a análise de alguns pontos que merecem destaque por enfocarem a adequação do Estatuto à realidade nacional e internacional. Vejamos:

Art. 3º – A UFRRJ tem por objetivos gerais: gerar, sistematizar, socializar e aplicar o saber científico, tecnológico, filosófico e artístico, **através do ensino, da pesquisa e da extensão indissociavelmente articulados**, ampliando e aprofundando a formação

do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na valorização da paz e da qualidade da vida. (grifos nossos)

Art. 4º – Ao promover o seu desenvolvimento visando à sua inserção nos cenários nacional e internacional, a UFRRJ mantém o caráter de universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural do País e para a formulação das políticas públicas e sociais, visando à formação de profissionais com autonomia para o aprendizado contínuo, socialmente referenciado para o mundo do trabalho e capazes de atuar na construção da justiça social e da democracia, com os seguintes objetivos específicos: (grifo nosso)

IV – contribuir para o processo de desenvolvimento regional e nacional, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos ao nível de suas necessidades; (grifo nosso)

V – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à socialização das conquistas e benefícios, resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição; (grifo nosso)

VI – promover a educação presencial, à distância ou em qualquer outra modalidade, desde que aprovadas nas instâncias competentes; (grifo nosso)

No artigo 3º fica claro mais uma vez a ênfase na indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão, demonstrando que as universidades públicas não devem promover um em detrimento dos outros e sim se comprometerem com a promoção dos três.

Já no artigo 4º verificamos que, além de explicitar que a UFRRJ não visa só a sua inserção no âmbito nacional, mas também no âmbito internacional demonstrando reflexos da integração global nos objetivos do ensino superior, também enfatiza a manutenção do caráter público, gratuito e de qualidade da instituição. No inciso IV observamos uma das orientações das políticas públicas para o ensino superior oriundas do governo Lula da Silva que é a regionalização via interiorização dos novos *campi* das universidades públicas brasileiras, objetivando o desenvolvimento destas localidades via formação de mão-de-obra de acordo com as necessidades locais. No inciso V observamos o destaque para as ações de extensão que tem recebido uma atenção maior nas esferas universitárias, pois têm como objetivo levar para as comunidades do entorno os benefícios que vêm sendo desenvolvidos pelos quadros da universidade. Já no inciso VI, devemos destacar a presença da modalidade de educação à distância que vem se proliferando no país, principalmente nas instituições privadas de ensino superior, com destaque para os cursos de pós-graduação *latu sensu*, também em pleno acordo com as políticas públicas federais para o ensino superior, praticadas desde o início do governo de Lula da Silva.

Em relação ao art. 5º inserido no capítulo III – Dos Princípios – vale ressaltar o inciso

VII que afirma o “compromisso com a melhoria das **condições democráticas de acesso e permanência** nos seus diversos cursos”. Este item do Estatuto está em pleno acordo como o artigo 2º inciso I do REUNI que estabelece: “**redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso**, especialmente no período noturno.” (grifos nossos).

Também no artigo 6º do Estatuto identificamos o compromisso da Universidade com mais uma das metas estabelecidas pelo REUNI, que aqui transcrevemos para facilitar a comparação: “fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para **a ampliação do acesso e permanência na educação superior**, no nível de graduação, (...)” (BRASIL, 2007). O art. 6º do Estatuto trata da expansão da UFRRJ através do reconhecimento dos espaços criados fora de sua sede, situada na cidade de Seropédica, não mais como Institutos somente, mas como novos *campi*, que levaram a universidade a ampliar o número de cursos e vagas oferecidas, principalmente na graduação. Observe o texto do referido artigo:

Art. 6º – A administração da Universidade é feita através de uma Administração Central, das Unidades Administrativas e das Unidades Acadêmicas, integradas nos *campi* universitários.

Parágrafo Único – Sem prejuízo de outros *campi* que possam vir a ser criados, a Universidade mantém quatro *campi*, assim designados: *Campus* de Seropédica, *Campus* de Nova Iguaçu, *Campus* de Três Rios e *Campus* de Campos dos Goytacazes.

No art. 7º podemos observar que a estrutura administrativa central da universidade também sofreu alterações para se adaptar às demandas atuais. Em função disso, observamos a criação dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão de Área – CEPEAs. Os CEPEAs servem para integrar as áreas de pesquisa da UFRRJ. Foram incorporados da proposta emanada da Comissão instituída pelo Reitor, em 2009. As Assembleias Universitárias já existiam no Estatuto anterior, e foram mantidas na nova versão.

Já no art. 10, parágrafo 2º vê-se que, diferentemente do que estava registrado no Estatuto anterior, agora está explicitado o que já vinha acontecendo na instituição, ou seja, a permissão de uma única recondução ao cargo de reitor e vice-reitor para mais um mandato de quatro anos.

Relacionado no art. 13 que trata da competência do CONSU está prevista a elaboração e aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) constante no inciso VII. É importante ressaltar o PDI, pois ele também está incluído nas políticas públicas governamentais criadas pelo governo Lula da Silva. O PDI é o documento de planejamento de uma instituição de ensino superior, seja ela pública ou privada, é o espaço em que se delineiam seus objetivos de longo prazo e as medidas reais necessárias à consecução de tais objetivos. Segundo regulamentação do MEC, as universidades brasileiras devem apresentar seus Planos de Desenvolvimento Institucional para um período de cinco anos. Ainda de acordo com o art.13, devemos destacar que cabe também ao CONSU: aprovar modificações do Estatuto e do Regimento Geral (inciso III) e elaborar e aprovar o Regimento Geral (inciso IV). Essa atribuição do CONSU, que já estava explicitada no Estatuto anterior, justificou o encaminhamento da primeira proposta emanada da Comissão para o CONSU, onde sofreu modificações.

Vale destacar ainda a ênfase dada no Estatuto para a avaliação de propostas sobre convênios, ajustes, acordos e outras formas de colaboração universitária com **entidades públicas ou privadas**, nacionais ou estrangeiras (inciso XIX). Não podemos deixar de comentar o fato das universidades públicas estarem cada vez mais envolvidas em acordos com entidades privadas, o que pode levar a um perigoso caminho de privatização interna destas instituições públicas, mais uma vez em decorrência das políticas para o ensino superior, iniciadas e/ou intensificadas pelo governo Lula da Silva, que não só permitem como incentivam tais acordos beneficiando muito mais os “parceiros” privados do que as universidades públicas.

Ademais, no art. 14, observamos a descrição da composição do CONSU, que apresenta algumas mudanças em relação ao Estatuto anterior. Dentre elas, vale ressaltar que foi excluído do Conselho o representante da Confederação Nacional de Agricultura que, apesar da UFRRJ já estar vinculada ao MEC desde 1967, permaneceu no Estatuto anterior como um dos membros do CONSU. Outra mudança significativa para a democratização das decisões foi à inclusão de

dois representantes dos técnicos administrativos como membros do CONSU, representação esta que não constava do Estatuto anterior.

Apesar de já citada anteriormente, devido a ser reconhecida pelos entrevistados como a maior mudança na Universidade após a aprovação do Estatuto e Regimento, vale aqui dar maior destaque à criação dos CEPEAs que, conforme já informado, são os Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão de Área. Vejamos o que diz o Estatuto.

Art. 25 – O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Área (CEPEA) é o órgão superior que estabelece a política acadêmica por área de conhecimento, deliberando sobre todos os assuntos relativos a atividades de ensino, pesquisa e extensão da área, nos limites das normas estabelecidas pelo CEPE.

Os CEPEAs foram criados com o intuito de organizar melhor as atividades referentes ao ensino, pesquisa e extensão da UFRRJ. Para isso, foram criados cinco CEPEAs nesta universidade, como expresso no artigo 53 do Estatuto.

Art 53 – Sem prejuízo de outros colegiados que possam vir a ser criados, há na Universidade cinco CEPEAs, assim designados:

- a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Área de Ciências Agrárias (CEPEA-CA);
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Área de Ciências Biológicas e da Saúde (CEPEA-CBS);
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Área de Ciências Exatas, da Terra e Engenharias (CEPEA-CETE);
- d) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Área de Ciências Humanas, Letras e Artes (CEPEA-CHLA);
- e) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Área de Ciências Sociais Aplicadas (CEPEA-CSA).

A análise dos CEPEAs criados demonstra que a área de ciências humanas, letras e artes, juntamente com a de ciências sociais aplicadas passaram a ter mais importância dentro da Universidade Rural, estando agora numericamente maior que a área de agrárias que até então, era a maior e mais destacada área desta Instituição. Esta supremacia numérica da área de ciências humanas e sociais junto à área de ciências humanas, letras e artes tem se mostrado responsável por uma nova relação de forças e de poder dentro da universidade em questão, dado este de extrema relevância que não podíamos deixar de comentar. Isso demonstra mais uma vez a influência da política de ensino superior estabelecida pelo governo Lula da Silva via REUNI que privilegiou a ampliação com o oferecimento dos cursos de licenciatura. Um exemplo da influência dos pressupostos do REUNI na UFRRJ é que o Instituto de Ciências Humanas e Sociais atualmente congrega mais de 50% dos alunos e dos cursos desta universidade, demonstrando como ela se afastou de sua tradição agrária.

Durante as entrevistas realizadas com alguns docentes da Universidade Rural perguntamos a eles se achavam que as reformulações do Estatuto e do Regimento Geral da universidade em questão tinham relação direta com o REUNI. Abaixo, transcrevemos algumas respostas:

Eu acho que sim, eu acho que o REUNI com este crescimento horizontal acelerado, ele criou uma expectativa de mudança na estrutura de poder e isso assusta as pessoas e elas se mexem quando essas coisas acontecem. E eu acho que o REUNI mexeu nisso aí. De repente a universidade tomou um rumo diferente e cresceu de modo extravagante, mais para um lado do que para outro e eu acho que isso fez com que as pessoas parassem para pensar: o que está acontecendo? De resto, eu não gosto muito do REUNI não, mais eu acho que teve este efeito. Eu senti isso aqui na minha área,

área tradicional, antiga da universidade, o pessoal ficou com os dois pés atrás quando viu aí a universidade crescendo, criando tudo quanto é licenciatura. É claro que as pessoas perceberam a ameaça às estruturas de poder montadas (Docente I).

É mais uma variável, pois já se tinha esta questão da reforma e ela foi acelerada por este momento da reestruturação e da expansão. Já tinha uma história em andamento e o “copo vazou” com a chegada do REUNI (Docente III)

Total. Porque era muito mais fácil manter esta estrutura do jeito provinciano que sempre foi. O REUNI quando entrou através do Programa de Reestruturação e Expansão (PRE), criou uma série de conflitos, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista acadêmico-científico. O pessoal das ciências agrárias, por exemplo, na época da construção do PRE que também foi feito por uma comissão com representação de cada Instituto queria que Nova Iguaçu seguisse a tradição da Rural (ciências agrárias), pois era muito mais fácil manter do jeito que estava. Então, se não fosse o REUNI, talvez a gente não tivesse mexido neste Estatuto. Com o REUNI as demandas não só aumentaram, as demandas se diferenciaram principalmente porque os dois *campi*, Três Rios e Nova Iguaçu, foram na linha das ciências humanas, e esse povo que entrou tem uma perspectiva crítica muito grande. Talvez se fossem cursos das ciências agrárias a coisa tivesse seguido outro rumo, provavelmente. Mas o fato é que principalmente o IM é um Instituto combativo, participativo, Três Rios também, mas tem dificuldade de acesso e enfrentou muitos conflitos neste período. É muito mais novo e enfrentou conflitos bem mais graves que o IM. Então, estes dois Institutos tiveram demandas não só aumentadas, mas também diferenciadas. E como atender estas demandas para uma universidade que nunca tinha vivenciado isso? De repente começa a se tornar uma universidade com vários cursos, em várias áreas do saber (Docente IV)

Já em relação à análise do Regimento Geral podemos destacar uma série de artigos e incisos que também remetem as políticas públicas estabelecidas pelo governo Lula da Silva. Alguns dos pontos que serão destacados a seguir também estão presentes no Estatuto, afinal estes documentos apesar de apresentarem um significado específico são complementares entre si.

Merece destaque o art. 5º, que estabelece como será organizada a estrutura dos *campi* que compõem a UFRRJ. Este artigo é importante, pois a nova realidade das universidades brasileiras transformadas em instituições *multi campi* gera a necessidade de alteração regimental, para que os *campi* fora da sede possam se organizar e estruturar de maneira adequada, evitando uma série de problemas para um funcionamento adequado. Muitas instituições que criaram *campus* fora de sede e não reformularam seus Estatutos e Regimentos estão sofrendo as consequências. O Regimento Geral da UFRRJ assim definiu a estrutura deliberativa de seus *campi*:

Art. 5º – Cada um dos *campi* mantem um órgão executivo, denominado Diretoria do *Campus* e um órgão de deliberação coletiva, denominado Conselho de *Campus* – CONCAMP.

A criação da Diretoria do Campus e do CONCAMP tem como principal objetivo auxiliar a Administração Central da universidade refletindo as necessidades e projetos vinculados à realidade específica de cada *campus* que compõe a estrutura da Universidade Rural.

Ainda em relação à estrutura *multi campi* da UFRRJ, destacamos o artigo 16 que define o que é um *campus*: “o campus é um espaço físico, territorial e arquitetônico onde são desenvolvidas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.” Esta definição é

importante para balizar o que se entende por *campus* universitário na instituição em questão. E também os artigos 58 e 60 que definem o CONCAMP e suas competências.

Art. 58 – O CONCAMP é um órgão colegiado deliberativo que tem por **objetivo ampliar os debates e apresentar soluções a respeito da definição de políticas de gestão administrativa e financeira do *campus***, para garantir o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. (grifo nosso) **Art. 60** – Compete ao CONCAMP:

- I** – elaborar o Regimento Interno do *Campus* e submetê-lo à aprovação do CONSU;
 - II** – propor a criação, o desmembramento, a fusão, a extinção e a alteração de órgãos vinculados à administração do *campus*;
 - III** – definir o funcionamento administrativo do *campus*, em consonância com as normas da Universidade;
 - IV** – apresentar a proposta orçamentária do *campus*, elaborada em conjunto com as unidades acadêmicas e administrativas e prever seu plano de aplicação;
 - V** – organizar o processo eleitoral para escolha do Diretor e do Vice-Diretor do *Campus*, respeitado o disposto neste Regimento;
 - VI** – aprovar as contas e apresentar o relatório de gestão da Diretoria do *Campus*.
- Parágrafo Único** – As decisões do CONCAMP admitem recurso ao CONSU.

Toda esta preocupação expressa no Regimento Geral (RG) da UFRRJ em relação à estrutura organizacional dos *campi* que compõem a instituição está em pleno acordo com a política de expansão física, principalmente em direção ao interior, e de ampliação de vagas, colocada em prática pela gestão do presidente Lula.

Retomando a avaliação do RG, vale registrar o artigo 13 que fala das competências do Pró-reitor de Graduação e é composto por quinze incisos. Dentre eles destacamos os incisos X, XI e XV que apresentam pontos relacionados aos preceitos do REUNI como: estratégias de permanência discente na universidade até a conclusão do curso de graduação (incisos X e XI) e democratização do acesso à universidade para todos os níveis sociais brasileiros (inciso XV). Veja o texto dos incisos citados abaixo:

Art. 13 – Compete ao Pró-Reitor de Graduação:

- X** – estimular, criar e apoiar programas de apoio pedagógico a docentes e discentes com o objetivo de melhorar o ensino-aprendizagem;
- XI** – estimular a mobilidade nacional e internacional de discentes de graduação; **XV** – promover políticas de acesso e permanência que propiciem a inclusão de diferentes segmentos da população na educação superior.

Já os artigos 37 e 38 demonstram uma característica que deve ser ressaltada em relação à UFRRJ, que é a garantia da participação não só dos docente e discente nos órgãos colegiados da universidade, mas também dos técnicos administrativos que não gozavam deste direito anteriormente na UFRRJ, e ainda não têm reconhecida a participação nos conselhos superiores em várias instituições universitárias do país. O artigo 37 diz que: “os representantes docentes, discentes e técnico-administrativos **são eleitos** para os colegiados diretamente **pelos pares**.” (grifo nosso) E o artigo 38 afirma que:

Art. 38 – Preservando-se como critério básico que o número de representantes dos discentes e dos técnico-administrativos não ultrapasse, respectivamente, em vinte por cento e em dez por cento do colegiado, o cálculo do número de representantes das categorias docente, discente e técnico-administrativa junto aos colegiados segue as seguintes fórmulas, sempre se utilizando do resultado somente a parte inteira.

Este artigo do RG da UFRRJ está em perfeita consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que em seu artigo 56, referente à existência de órgãos colegiados deliberativos nas universidades, determina, no parágrafo único, que “Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes”. O Regimento da Universidade determina que os 30 % restantes serão distribuídos da seguinte forma: 20% para os discentes e 10% para os técnicos administrativos.

Em relação à discussão levantada anteriormente sobre a condução da atual reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da UFRRJ pelo CONSU apesar da composição de uma comissão incumbida da preparação de um texto base para a reformulação estatutária da instituição destacamos os incisos III, IV, VII, XII e XXVI do artigo 41 sobre as competências do CONSU de elaborar/aprovar documentos de destaque da universidade.

Art. 41 – Compete ao CONSU:

III – aprovar modificações do Estatuto e do Regimento Geral;

IV – elaborar e aprovar o Regimento Geral;

VII – elaborar e aprovar o Projeto de Desenvolvimento Institucional;

XII – aprovar o Relatório de Gestão da Universidade;

XXVI – deliberar sobre questões omissas no Estatuto e nos diversos regimentos da Universidade.

Cabe ainda mencionar como ficou a estrutura da UFRRJ, expressa no art. 63 e parágrafos 1º, 2º e 6º:

Art. 63 – A estrutura acadêmica da Universidade se organiza em unidades de ensino superior, denominadas Institutos e em subunidades denominadas Departamentos, que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão e em unidades de educação básica, técnica e tecnológica.

§ 1º – Os Institutos são unidades acadêmico-administrativas, onde se articulam as Coordenações de Cursos e os Departamentos Acadêmicos.

§ 2º – Aos Institutos estão vinculados todos os cursos de graduação e de pósgraduação oferecidos pela Universidade.

§ 6º – O Departamento, de caráter acadêmico-administrativo e indivisível em sua organização, é a menor fração da estrutura universitária e instância básica de articulação docente, oferecendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço de agregação, aprofundamento e discussão de docentes, discentes e técnicos.

Ainda em relação aos Institutos que compõem a estrutura acadêmica da UFRRJ está o art. 68, com a determinação a respeito dos 11 atuais Institutos desta universidade. No Estatuto/Regimento Geral anteriores a mesma universidade era composta por nove Institutos. Grifamos no art.68 os dois novos Institutos da Rural.

Art. 68 – Sem prejuízo de outras unidades que possam vir a ser criadas, há na Universidade onze Institutos, assim designados:

a) Instituto de Agronomia;

b) Instituto de Biologia;

c) Instituto de Ciências Exatas;

d) Instituto de Ciências Humanas e Sociais;

e) Instituto de Educação;

f) Instituto de Florestas;

g) **Instituto Multidisciplinar;**

h) Instituto de Tecnologia;

i) **Instituto Três Rios;**

j) Instituto de Veterinária;

k) Instituto de Zootecnia.

Parágrafo Único – Os departamentos que integram as unidades acadêmicas constam de relação anexa a este Regimento.

É importante mencionar que dos três novos *campi*, somente dois se constituíram em Institutos. O *campus* de Campos de Goitacazes não se transformou em Instituto porque não oferece ensino, pesquisa e extensão, não conta com um corpo docente e só apresenta em seu quadro, técnicos voltados para as atividades de pesquisa. É uma diferenciação da UFRRJ, ter um *campus* que não conta com ensino, pesquisa e extensão.

O Regimento Geral da UFRRJ tem também três artigos considerados relevantes para este estudo, por se referirem à educação à distância, outro tema que mereceu destaque especial na política educacional para o nível superior do governo Lula da Silva. São os artigos 106, 107 e 108 que definem a modalidade EAD na Rural. Observe-os:

Art. 106 – Entende-se por Educação a Distância (EAD) a modalidade semipresencial na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensinoaprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação, com discentes, docentes e tutores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Art. 107 – Cursos de Educação a Distância são aqueles que apresentam mais de vinte por cento de sua carga horária curricular na forma de atividades na modalidade EAD.

Art. 108 – A criação e funcionamento dos cursos na modalidade EAD deve seguir os mesmos trâmites e diretrizes definidos para a modalidade presencial.

Parágrafo Único – O Colegiado dos Cursos de EAD deve ter representação dos tutores presenciais e a distância eleita pelos pares.

A modalidade de educação à distância na UFRRJ vem crescendo bastante nos últimos tempos. A universidade aderiu ao Consórcio CEDERJ composto pelas principais Universidades Públicas do Rio de Janeiro, no qual cada uma delas oferece na modalidade à distância cursos de graduação, de extensão e até de pós-graduação *latu sensu*. A UFRRJ oferece atualmente através do Consórcio CEDERJ os cursos de graduação em Administração e licenciatura em Turismo. A expansão desta modalidade de ensino está em pleno acordo com os objetivos do REUNI de aumento no número de vagas no ensino superior. Ela garante além da ampliação do número de cursos e vagas, a diminuição de custos com espaço físico e contratação de docentes, o que é muito bem visto pelo governo federal que vem incentivando cada vez mais a ampliação da rede de cursos de graduação, pós-graduação, extensão dentre outros, entre as universidades públicas nacionais.

CONCLUSÕES

Ao finalizarmos esta pesquisa, percebemos que as conclusões foram tomando forma ao longo do estudo, mais especificamente ao final de cada capítulo. Por esse motivo, optamos por apresentar uma pequena retrospectiva de cada um deles, de forma a explicitar o que foi concluído ao longo do processo.

Buscamos com a presente pesquisa desenvolver um estudo que relacionasse a história da UFRRJ com as políticas públicas para o ensino superior no Brasil em determinados recortes temporais. Para tanto, usamos como elementos de análise a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e seus Estatutos e Regimentos Gerais, por considerarmos que a legislação interna da Universidade poderia fornecer os elementos que precisávamos para associar a Instituição com as diretrizes impostas pela política educacional.

Este se constituiu no primeiro capítulo da dissertação: a explicitação das principais categorias de análise do estudo: Estatuto e Regimento Geral, Política Educacional e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A aproximação com momentos da história, através da apresentação de breve contexto histórico do período temporal pesquisado em cada um dos capítulos desenvolvidos, proporcionou um enriquecimento do texto da dissertação já que auxiliou não só na compreensão das políticas públicas para o ensino superior colocadas em prática naquele momento histórico como no entendimento de cada um dos períodos vividos pela instituição foco desta pesquisa.

História e política caminharam lado a lado para que pudéssemos ter uma visão mais abrangente do tema. Utilizamos várias obras publicadas sobre os registros da história da universidade em questão para que pudéssemos entender mais profundamente a história desta instituição que me desafiei estudar desde sua origem no ano de 1910 quando ainda se chamava Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) e pertencia ao Ministério da Agricultura. As primeiras conclusões, ao final deste capítulo foram que a Instituição em questão conta com uma trajetória bem peculiar, uma vez que pertenceu ao Ministério da Agricultura desde sua origem, no ano de 1910 até 1967, quando foi transferida para o Ministério da Educação. A transferência gerou insegurança, conforme demonstrado ao longo do texto, por ter passado de instituição de maior destaque no Ministério da Agricultura, para uma das de menor importância no Ministério da Educação. A necessidade vital de se adequar ao novo Ministério pode ter sido um elemento gerador da incorporação das políticas públicas nos seus primeiros documentos internos da década de 1970.

No segundo capítulo da dissertação focamos nosso estudo no período da ditadura militar no Brasil, compreendido entre os anos de 1964/1985. Neste momento de nossa história foi colocado em prática um projeto de reforma universitária corroborado através de legislações específicas. Um dos objetivos mais claros do governo militar neste período foi à ampliação do acesso ao ensino superior, através da expansão do setor privado de ensino neste nível educacional. As políticas educacionais da época traçaram uma nova característica organizacional para as universidades públicas brasileiras diretamente relacionadas com uma série de orientações internacionais que tinham como base a racionalização e a produtividade além do disciplinamento de toda a comunidade universitária seguindo os padrões da Doutrina de Segurança Nacional. Todo este cenário demonstrava que o governo ditatorial militar tinha como objetivo adequar o modelo educacional do nível superior de ensino ao modelo econômico que vinha implementando no nosso país.

No bojo destas mudanças estava inserida a UFRRJ que como as demais universidades públicas nacionais teve que se adequar às exigências advindas da reforma universitária colocadas em prática durante a ditadura. Em função não só das novas exigências impostas pela legislação educacional para o ensino superior, mas também pela transferência de vínculo do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação no ano de 1967.

Em torno deste panorama, a UFRRJ se viu obrigada a reformular seus principais documentos institucionais: seu Estatuto e Regimento Geral. Depois de uma série de tentativas de aprovação das reformulações inseridas nestes documentos pela universidade em questão, finalmente nos anos de 1974/1975 foram aprovados pelo MEC o Estatuto e o Regimento Geral da UFRRJ, respectivamente. Concluímos que os documentos aprovados refletiam nitidamente em seus textos os ditames da lei 5.540/68 – Lei de Reforma Universitária, e da legislação que a complementou, deixando evidentes as influências das “orientações” dos Organismos Internacionais relacionadas ao produtivismo e ao racionalismo e às questões disciplinadoras e autoritárias próprias de um governo ditatorial. Acreditamos que, como a Instituição quase deixou de ser universidade, em virtude de sua tradição agrária, pairava sobre ela o medo da perda de *status* caso as diretrizes legais não fossem seguidas integralmente.

Já no terceiro capítulo da pesquisa nos propusemos a tentar identificar quais os fatores levaram à frustração da tentativa de criação de um novo Estatuto para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, batizada de Estatuante, ocorrida na década de 1990. Para tanto, devido à escassez de registros escritos sobre o tema, optamos por desenvolver entrevistas semi-estruturadas, com docentes da universidade que tivessem participado de alguma forma deste processo de tentativa de criação de um novo Estatuto para a Universidade Rural. Mais uma vez devemos destacar a importância da relação do momento histórico vivido pelo país com o momento vivenciado pela universidade em tela. Afinal vivíamos naquele período um momento de abertura pós- ditadura militar, no qual as instituições estavam se reorganizando dentro dos novos moldes democráticos, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Todo este cenário impulsionou o início da chamada Estatuante que teve como objetivo principal a ousada tentativa de criação de um novo Estatuto para a UFRRJ. No entanto, essa tentativa, apesar de ter sido instituída por uma assembleia universitária e ter contado com a participação dos três segmentos da Instituição, não logrou êxito. Nossos estudos, amparados pelas entrevistas feitas com os docentes, nos levaram a concluir que a tentativa foi frustrada em decorrência de uma série de fatores, dentre os quais podemos citar: a falta de um cronograma definido; a dispersão dos membros que compuseram os grupos responsáveis por desenvolver os eixos temáticos que formariam o Estatuto; a falta de cobrança por parte da reitoria da época; a

pouca mobilização dos atores envolvidos no processo – alunos, professores e técnico-administrativos. Nos relatos ficou subentendido ainda a falta de liderança política no processo. Depois de instaurada a Estatuinte, ninguém cobrava os resultados de forma mais direta, com prazos definidos de conclusão do trabalho. Além disso, podemos destacar ainda a falta de liderança no processo da Estatuinte, o que pode ter sido o principal fator do insucesso deste processo que era entendido como uma ruptura entre o velho (autoritário) e um novo Estatuto (democrático).

Apesar de ser difícil definir qual o fator que determinou o fracasso da Estatuinte, podemos afirmar que os relatos orais dos entrevistados contribuíram muito para o registro deste momento de destaque para a história da Universidade Rural já que a ausência de registros escritos criou uma lacuna na história desta instituição que corria o risco de desaparecer com o tempo. Uma contribuição da tentativa fracassada que não pode ser negada é que muito do que foi discutido naquela época não se perdeu, ficou guardado na mente de vários participantes e retornou no momento de discussão dos atuais Estatutos e Regimentos aprovados recentemente. Isso ficou claro na fala de alguns entrevistados conforme pode ser comprovado nos relatos inseridos ao longo deste texto.

No quarto capítulo, desenvolvemos um trabalho relacionando as políticas públicas para o ensino superior do governo Lula da Silva, com destaque para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com a reformulação do Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ nos anos 2000. Para tanto, mais uma vez iniciamos o capítulo com o contexto histórico nacional referente ao período no qual o Brasil foi governado por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) focando este contexto tanto na parte educacional quanto na relação entre as políticas educacionais e o projeto econômico-social implementado por tal governo. A partir desta análise alcançamos o REUNI e passamos a focar nosso estudo na influência deste Programa na UFRRJ desde a sua aceitação na universidade em questão até a relação e presença das características do Programa que se mostraram explícitas nos textos que compõem os novos Estatuto e Regimento Geral reformulados nos anos de 2010/2011 respectivamente.

O surgimento do REUNI em 2007 estabeleceu uma nova realidade para as universidades públicas nacionais. O Programa instituído pelo governo oferecia às universidades brasileiras o direito de adesão ou não ao mesmo, porém as instituições que ficassem de fora não gozariam dos investimentos financeiros oferecidos pelo governo federal. A Universidade Rural, assim como a maioria das demais universidades do país, aderiu ao Programa, mesmo sob um forte movimento contrário desenvolvido por membros da sua comunidade universitária. A partir deste panorama foi possível analisar que a adesão da reitoria da UFRRJ ao REUNI foi apenas mais uma ação no contexto de reformulação de sua política interna em atendimento às orientações da política do governo para a educação superior.

Após a adesão da UFRRJ ao REUNI, criou-se o seu Plano de Reestruturação e Expansão (PRE) no qual foram estabelecidas as metas que deveriam ser cumpridas para que a Rural recebesse os incentivos governamentais vinculados ao REUNI. Este quadro transformou profundamente a estrutura organizacional, acadêmica e administrativa da universidade em questão fazendo com que mais uma vez fosse levantada a necessidade de reformulação de seus principais documentos norteadores: o Estatuto e o Regimento Geral. Podemos afirmar com segurança que o estabelecimento do REUNI foi o estopim necessário para dar início ao processo de reformulação estatutária e regimental da Rural, pois as mudanças decorrentes das exigências do Programa mudaram a “cara” da instituição que passou a ser uma universidade *multicampi*,

com um número bem maior e mais diversificado de cursos de graduação e pós-graduação, uma estrutura física ampliada, dentre outras características que trouxeram à tona a necessidade de adequação a uma nova realidade que não poderia ser contemplada com um Estatuto e Regimento da década de 1970.

Para dar conta de todo este cenário de mudanças foi iniciado um processo de discussão com a comunidade universitária sobre os rumos a serem seguidos pela reformulação dos documentos em questão. Para tal, foram realizadas várias audiências públicas, abertas a comunidade em geral, seguindo um cronograma previamente definido. Após a conclusão do cronograma foi apresentada pela comissão responsável uma minuta do texto do Estatuto, porém grande parte do que foi apresentado neste texto não agradou o Conselho Universitário (CONSU) que, por direito, nomeou membros do seu conselho para compor uma comissão de sistematização a fim de refazer o texto base para o Estatuto da UFRRJ. Foi iniciado, então um novo processo, agora sob o comando de membros indicados pelo CONSU, que criou um novo cronograma, proferiu novas audiências públicas e ao final do período planejado apresentou um novo texto para a reformulação do Estatuto. Este novo texto, não propunha mudanças tão profundas como a abolição dos Institutos, por exemplo, nem mexia muito com as estruturas de poder já definidas na universidade. O texto proposto pela comissão de sistematização, após avaliação do CONSU foi aprovado no final do ano de 2010 e se constituiu no novo texto reformulado do Estatuto da UFRRJ.

Concluimos que os novos documentos internos da Instituição serviram para atender às demandas da UFRRJ. Ela já não cabia mais no texto anterior. O texto inicial sobre o qual detivemos nossa análise se constituía em uma verdadeira “colcha de retalhos”, pois continha os resquícios da ditadura militar e vários “remendos” para atender às determinações legais, que foram surgindo ao longo dos anos, inclusive a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O Estatuto e o Regimento aprovados não afetaram de forma considerável a estrutura de poder já instalada na Instituição, por esse motivo, não enfrentou resistências que pudessem comprometer o andamento do processo. Outro fator que pode ter colaborado para o êxito do último processo que culminou com os novos Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ foi o estabelecimento e completo cumprimento dos cronogramas estabelecidos, tanto pela primeira comissão designada pelo reitor, quanto pela segunda comissão formada no Conselho Universitário.

Nos dois processos os documentos deles emanados seguiram fielmente as diretrizes da política educacional vigente em cada um dos períodos. No primeiro caso, na década de 1970, pela insegurança gerada pela mudança ministerial. No segundo caso pela adesão irrestrita ao REUNI, que trouxe consequências irreversíveis para a UFRRJ, que serão sentidas ainda por muitos anos.

O futuro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro após este período de tantas mudanças, ainda é incerto. Não sabemos quais as consequências futuras da grande expansão no número de vagas e de cursos da instituição, nem da transformação desta universidade em instituição *multicampi*. Também ainda não poderemos mensurar como se darão as mudanças estabelecidas pelos novos, Estatuto e Regimento Geral, como este novo quadro se refletirá nas estruturas de poder, e na organização administrativa, pedagógica e funcional da UFRRJ. Estes questionamentos só poderão ser respondidos com o passar do tempo e abrem caminho para novos trabalhos de pesquisa acerca deste tema.

Depois das análises apresentadas, esperamos que esta dissertação possa contribuir para o aprofundamento dos estudos acerca da história e memória da Universidade Federal Rural do

Rio de Janeiro, tanto pela análise da sua legislação interna, como pela descrição da experiência da Estatuínte, que ainda não havia sido registrada em nenhum documento público. Acreditamos que a associação da história da instituição com as políticas educacionais para o ensino superior, colocadas em prática pelo Estado brasileiro, tanto durante a ditadura militar como na década de 1990, além dos anos referentes ao governo Lula da Silva possam servir de referência para outros estudos voltados para história e política da educação superior.

REFERÊNCIAS

ADUR INFORMA. Informativo da Associação dos docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2007-2010.

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Cortez, 1982.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINI, Gianfranco. Dicionário de Política. Trad. De José Ferreira e outros. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª Ed., 1986.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília: 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em maio de 2011.

_____. LEI Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Brasília: 1968. Disponível em: <http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2FInep%2Fprolei%2FDocumento%2F7444909606155278325>. Acesso em maio de 2011.

_____. Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei 5.540/68 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 fev. 1969.

_____. Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967. Institui Comissão Especial para propor medidas relacionadas com os problemas estudantis. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 1967.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nº 248, Seção 1, p.27-833, 23 dez. 1996.

BOSCHETTI, Vânia Regina. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 27, 2007, p.221-229.

CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira. *Educação Superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Introdução. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. CPDA/UFRRJ, n.3, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr de. *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. *Algumas reflexões sobre a pesquisa históricossociológica tendo como objeto a educação da população brasileira*. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís. (organizadores). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 65-78.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DURHAM, Eunice R. *Educação superior, pública e privada*. Trabalho apresentado no Seminário sobre Educação no Brasil organizado pelo Centro de Estudos Brasileiros, 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Quarenta anos da reforma universitária: significado, questões e desafios**. In: MANCEBO, Deise, OLIVEIRA, João Ferreira de, CATANI, Afrânio Mendes, JÚNIOR, João dos Reis Silva (organizadores). *Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente*. São Paulo: Xamã, 2009, p.63-91.

_____. *Universidade Modernizada à Universidade Disciplinada: Acton e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

FÁVERO, Osmar. (org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas, S. P: Editora Autores Associados, 1996.

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

_____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. - *Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história*, Revista da UFG, Goiás, Ano VII, No. 2, 2005.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2005.

GODOY, Arilda S. *Pesquisa qualitativa- tipos fundamentais*, IN Revistas de Administração de Empresas, v.35, n.3, Mai/Jun. 1995, p.20-29.

GONÇALVES, Reinaldo; FILGUEIRAS, Luiz. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GRILLO, Heitor V. Silveira. Discurso do Diretor da Escola Nacional de Agronomia. Prof. Heitor V. Silveira Grillo. In: Boletim da Escola Nacional de Agronomia, nº1. Jubileu Comemorativo de sua fundação 1913-1938. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Agronomia, 1938, p. 9-19.

HADDAD, S. (Org.) *Banco mundial OMC e FMI: o impacto das políticas educacionais*. Sao Paulo: Cortez, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). *Sinopses estatísticas da educação superior – Graduação - 2006*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em novembro de 2011.

_____. *Sinopses estatísticas da educação superior – Graduação - 2003*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em novembro de 2011.

LEHER, Roberto. **Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente**. In: FÁVERO, Osmar (org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: Eduff, 2005, p. 211-245.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. Documento/Monumento,. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi,. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v.1: Memória-História.

LIMA, Kátia Regina de S. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

MANCEBO, Deise (org.) *Reformas da Educação Superior: cenários passados e contradições do presente*. São Paulo: Xamã, 2010.

_____. *Diversificação do ensino superior no Brasil e qualidade acadêmico-crítica*. In: OLIVEIRA, João Ferreira de, CATANI, Afrânio Mendes, JÚNIOR, João dos Reis Silva (organizadores). *Educação superior no Brasil: em tempos de internacionalização*. São Paulo: Xamã, 2010b, p.37-53.

MARTINS, C.B. *Privatização: a política do estado autoritário para o ensino superior*. Caderno Cedes, São Paulo, n.5, p.43-61, [1982].

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao Refluxo*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina, FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente 1964/1992*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. *A universidade no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, nº 14 p.131-150, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. *A legislação educacional: uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira*. In: *Navegando pela História da Educação Brasileira*. LOMBARDI, J C; SAVIANI, D; NASCIMENTO, M I (org.) Campinas, S. P: Graf. F E: HISTEDBR, 2006. p. 1-15. (CD-Rom, disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_072.html).

MOROSINI, M. C. *Enciclopédia de pedagogia universitária: Glossário: educação superior*. Brasília: INEP; RIES, 2006. vol. 2

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. *O Estado e a privatização do ensino – mecanismos de sustentação da empresa privada de ensino*. Revista Educação & Sociedade, nº 15 p. 66-74, 1983.

NUNES, C., CARVALHO, M., M., C. *Historiografia da educação e fontes*. 15ª ANPED: Caxambu, 1992.

OLIVEIRA, Ana Lúcia V. Santa Cruz. *et al.* Memória da Rural. In: *Revista Universidade Rural*, Série Ciências Humanas, volume 18, n. 1-2, dez., p. 57-71, 1996.

OLIVEIRA, Ana Lúcia V, DAMASCENO, Caetana Maria, ALVES, José Cláudio Souza e NÓBREGA, Luciana de Amorim. Memória da Rural. *Revista Universidade Rural*. Série Ciências Humanas, n. 1-2, v.18, jan. dez./1996.

ORSO, Paulino José. *A Reforma Universitária dos anos de 1960*. In: SAVIANI, Dermeval, SILVA JR, João dos Reis, NOSELLA, Paolo, ORSO, Paulino José (org). *Educação, sociedade de classe e reformas universitárias*. Campinas: Autores Associados, 2007.

OTRANTO, Celia Regina. *Testemunhos Oraís Complementando a Historiografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. Anais do IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação “Rituais Espaços e Patrimônios Escolares”. Lisboa-Portugal: Editora do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, julho de 2012, p. 199.

_____. *As políticas educacionais dos anos de 1960 e suas implicações na Universidade Rural do Brasil/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia-GO. Disponível em CD Rom e no site www.celia.na-web.net. Acessado em outubro de 2011.

_____. *Uma viagem no túnel do tempo: A Ditadura Militar vista de dentro da Universidade*. Seropédica: Editora da UFRRJ, 2010.

_____. *A Autonomia Universitária no Brasil*. Seropédica: Editora da UFRRJ, 2009.

_____. *A Reforma da Educação Superior no governo Lula da Silva: da inspiração à implantação*. In: JÚNIOR, João dos Reis Silva, OLIVEIRA, João Ferreira de, MANCEBO, Deise. (organizadores). *Reforma Universitária: dimensões e perspectivas*, São Paulo: Editora Alínea, 2006b, p.43-58.

_____. A Globalização e a Educação Superior Brasileira. In: SOUZA, Donaldo Bello; FERREIRA, Rodolfo (Orgs.). *Bacharel ou Professor? O processo de reestruturação dos cursos de formação de professores no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000, p. 4153.

_____. *A Nova LDB da Educação Nacional: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança*. In: **Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas**, vol. 18, n. 1-2, dez. 1996.

MEDEIROS, Luciene das Graças Miranda. *O Reuni uma nova regulação da política de expansão da educação superior: o caso da UFPA*. Belém: Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal do Pará, 2012. Tese (Doutorado em Educação).

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Graal, 1988.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

RODRIGUES, Fabiana de Moura Maia. *A Reestruturação dos Cursos de Pedagogia e Normal na Ditadura Militar (1965-1985): o caso da Faculdade Nacional de Filosofia e do Instituto de Educação do Estado da Guanabara*. Dissertação (Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/PPGEduc, 2011.

RODRIGUES, Viviane de Souza. *O Reuni como estratégia da contra-reforma da educação superior*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal Fluminense, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação).

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2010.

_____. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. *A Nova Lei da Educação: Trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2006b.

_____. **O Debate teórico e metodológico no campo da História e sua importância para a pesquisa educacional**. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís. (organizadores). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006c, p. 7-15.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade brasileira no Século XXI*. São Paulo: Cortez, 2009.

SHIROMA, Eneida O.; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SHIROMA, E.; CAMPOS, R.; GARCIA, R. *Subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos sobre política educacional*. Florianópolis: Perspectiva, v. 23, n. 2, p. 427-446, 2004.

SILVA, JR., João dos Reis. *Pragmatismo e populismo na educação superior nos governos FHC e Lula*. São Paulo: Xamã, 2005.

SILVA, JR., João dos Reis, SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil – reformas do Estado e mudanças na produção*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SILVEIRA, Ana Lúcia da Costa. *A UFRRJ do tempo recente: relações entre a oferta de graduações e a sua vocação rural*. Seropédica: (Tese de doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

SIQUEIRA, Angela C. de e NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). *Educação Superior: uma reforma em processo*. São Paulo: Xamã, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ. *Estatuto*. Seropédica: UFRRJ, 1974. Disponível em www.ufrj.br/soc/Estatuto/Estatuto%20UFRRJ%20Home%20Page.pdf. Acesso em 20 de Agosto de 2011.

_____. *Regimento Geral*. Seropédica: UFRRJ, 1975. Disponível em www.ufrj.br/.../Regimento%20Geral%20UFRRJ%20Home%20Page. Acesso em 20 de Agosto de 2011.

_____. JORNAL PARTICIPAÇÃO. Informativo da Assessoria da Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí, v.1, n.3, p. 1-4, nov./dez de 1993.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI*. Seropédica: UFRRJ, 2005. Disponível em www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=PDI. Acesso em 15 de Novembro de 2011.

_____. *Estatuto*. Seropédica: UFRRJ, 2010. Disponível em <http://www.ufrj.br/soc/estatuto.php>. Acesso em 12 de Outubro de 2011.

_____. *Regimento Geral*. Seropédica: UFRRJ, 2011. Disponível em <http://www.ufrj.br/soc/Delib%20015-2012%20CONSU%20-%20ESTATUTO%20e%20REGIMENTO.pdf>. Acesso em 12 de Outubro de 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Reforma Universitária: ecos de 1968**. In: MANCEBO, Deise, OLIVEIRA, João Ferreira de, CATANI, Afrânio Mendes, JÚNIOR, João dos Reis Silva (organizadores). *Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente*. São Paulo: Xamã, 2009, p.93-112.

APÊNDICES

Apêndice A

Entrevista com o Docente I

1- Qual o seu nome completo?

Manlio Silvestre Fernandes.

2- Há quanto tempo é professor-pesquisador da UFRRJ?

Desde o segundo semestre de 1974.

3- Em que período foi reitor da UFRRJ?

De 1992 a 1996.

4- Foi só um mandato?

Antigamente não tinha esta história de reeleição, que aliás é um processo que gera corrupção na minha opinião. Era só um mandato. Ofereceram para a gente a reeleição, o Conselho de Reitores (ANDIFES) não aceitou. Na ANDIFES naquela época tínhamos Nilton Lima, etc, gente de muito bom nível, não era como este pessoal invertebrado de hoje.

5- Do que constava a sua plataforma eleitoral?

Isso é muito complicado... Esta foi à primeira administração, a primeira proposta de administração realmente depois da Ditadura, não que as anteriores estivessem ligadas ao processo repressivo, mas eram pessoas ainda ligadas ao modelo antigo, como o Hugo Resende. Era uma proposta de renovação total, de democratização e de ênfase na atividade de pesquisa científica que andou quase sendo destruída na Rural.

6- Você acha que a quase destruição da atividade científica na Rural ocorreu por quê? Isso

em grande parte foi efeito da Ditadura, pois eles desmantelaram a Rural, principalmente o sistema de pesquisa. Desmantelaram prendendo mesmo, botando para fora, o atual presidente da Capes foi uma das vítimas. Então, aqueles grupos de pesquisa que existiam aqui foram todos desmantelados, pois este pessoal era muito ligado à esquerda. Alguns eram da esquerda festiva, outros eram ligados mesmo ao partido comunista, então eles desmantelaram tudo. E tem o episódio trágico do professor Américo Grossman. O reitor da época fez uma denúncia idiota, pois o Grossman não tinha nada a ver com a subversão, mas ele era um “espinho na garganta” do grupo medíocre que ascendeu. É a tal coisa, a cúpula foi embora, foi desmantelada, aí os *backbenchers* da universidade se uniram, então, quando eu cheguei aqui eles estavam no comando. Inclusive quando eu cheguei ainda tinha uma meia dúzia de coronéis por aí, veterinários coronéis, que davam aula na zootecnia, na veterinária, a universidade estava num nível de mediocridade muito grande (a universidade nunca teve num nível de excelência, as

antigas escolas de agronomia e veterinária em algum tempo tinham um nível de excelência, a universidade quando foi criada já não tinha um nível de excelência). O SNI coloca isso muito bem na minha ficha, ela é muito interessante, pois lá eles me elogiam muito, seja quem for que estava dando a informação daqui, me elogia como professor, como pesquisador, como pessoa séria, mas o “cara” do SNI acrescenta que eu estava numa instituição que já foi importante na agricultura, mas hoje está plenamente decadente, isso foi há uns 15 anos ou 20 atrás. Eles não me mandaram todas as informações, evidentemente, quem foi que denunciou, quem foi que mandou me prender, isso não tem. Mas o fato de que no *campus* da Rural tinha gente informando o SNI o tempo todo até uns cinco anos atrás, é um negócio impressionante, nós éramos vigiados aqui e denunciados o tempo todo.

7- A reformulação do Estatuto e Regimento Geral da Rural foi um dos pontos que compuseram a sua plataforma eleitoral durante a sua campanha para o cargo de reitor da universidade? Por que este assunto foi levantado?

Havia uma percepção, como há ainda hoje de que a Rural estava mal arrumada, a distribuição dos departamentos e dos cursos por Institutos foi feita antes de minha chegada aqui, ela foi feita com fins exclusivamente políticos (era para dar apoio para não sei quem), alguém queria ser reitor, precisava arrumar uma agronomia que juntasse isso com aquilo, alguém precisava de não sei o que, então ficou uma coisa difícil de operar, a coisa mais dramática que a gente tinha aqui, acho que ainda tem até hoje são os colegiados de curso que não se conseguia nunca reunir. Um colegiado de que todo mundo que dava uma disciplina participava, então para reunir um colegiado era preciso reunir umas 30 pessoas, então nunca se reunia, era aquela coisa e não havia a unidade em torno de temas, este era um grande problema que a gente queria resolver. O que são ciências agrárias? Como é que se junta a parte básica com a parte aplicada? Então, a reforma era para tentar fazer isso. A outra coisa importante na reforma já que a gente estava vindo com uma proposta de governo da universidade que fugia aos parâmetros implantados no período da ditadura, era que se democratizasse o processo de tomada de decisão, isso até hoje ainda está todo mundo atrás de como é que faz e ninguém consegue realmente fazer. Não era uma aspiração só nossa aqui na Rural, na verdade a grande maioria das universidades federais nessa mesma época tentou fazer algum tipo de reforma, mas só uma ou duas conseguiram, o resto não conseguiu terminar, era sempre uma dificuldade muito grande. Mas, a ideia era basicamente essa, mudar a coisa para adaptar aos novos tempos, novos métodos, coisa deste tipo. Havia o problema também das vinculações da pós-graduação e da graduação, havia uma percepção naquela época que era mais ou menos correta, de que a pós-graduação estava se tornando um casulo dentro da universidade, com uma conexão direta entre a pró-reitoria e o curso de pós-graduação e isso passava ao largo do Instituto e do Departamento, não era formalmente assim, mas na prática era isso que acontecia. Isso era outra coisa que estava se tentando desmanchar. Isso foi uma ideia que não foi inventada na Rural, eu acho que CAPES e CNPq contribuíram muito para isso, ao invés de tentar melhorar a universidade - vamos pegar um ou outro grupinho aqui que esteja melhorzinho, a gente investe neles e faz de conta que a coisa está funcionando - isso era outra proposta que se tinha: mudar este esquema. Tornar a envolver Institutos e Departamentos nas atividades de graduação e pós-graduação e pesquisa.

8- Mesmo o processo não indo à frente você acha que houve alguma mudança no período em que você foi reitor, dentro destas críticas que você mesmo teceu?

A única coisa que eu considero que tenha sido uma modificação importante no período em que fui reitor foi o processo de avaliação que nós começamos, foi bem feito, está aí uma das poucas coisas bem feitas, um programa de computador bem organizado que veio de fora da Rural inclusive. Nós deixamos de lado esta ideia pouco viável de tentar avaliar professores isoladamente, mas avaliar o departamento dele e punir ou beneficiar o departamento pela produção, pela produtividade, pela qualidade. Então cabia ao departamento se livrar dos indivíduos improdutivos ou desaparecer, ia mais ou menos nesta direção. Ao lado disso, nós fizemos uma avaliação com os estudantes, pegávamos de surpresa os estudantes na hora em que saíam, quando estava terminando o ano, então não dava tempo de elaborar muito as respostas, eles diziam aquilo que vinha na cabeça naquela hora, isso foi muito importante. O que me impressionou quando eu li os primeiros resultados desta avaliação com os estudantes é que eles bateram em cima daqueles lugares que nós sabíamos que eram ruins mesmo na universidade, o método funcionava, era interessante, isso foi a única mudança que nós implantamos que eu achei importante, mas que foi imediatamente desativada, porque mexeu com muita gente na universidade. Teve de tudo, teve avaliação que o cupim comeu (comeu só a avaliação), teve revolta, teve reclamação... mas, eu acho que foi a única mudança que eu considero realmente importante, isso fora claro que quando você leva um grupo para administrar uma universidade, o comportamento e o padrão ético deste grupo estabelecem uma referência, as pessoas sabem o que podem fazer e o que não podem. Uma coisa muito interessante foi quando nós conseguimos dinheiro para recuperar os alojamentos da universidade, era muito dinheiro, um sujeito, um coronel ligou para minha chefe de gabinete e disse que o ministro tinha interesse que uma firma, e deu lá o nome de uma empresa, participasse daquela obra, aí a pobre da minha chefe de gabinete, toda trêmula, veio falar comigo e disse, professor o que eu faço?, Eu disse: da próxima vez que ele telefonar anota o nome dele e diz que eu vou telefonar diretamente para o ministro para saber qual o interesse que o ministro tem, mas não foi preciso, pois o sujeito nunca mais telefonou, esses camaradas somem, eles sabem aonde põem o pé e a mão. Então, eu acho que a cúpula da universidade estabelece um padrão, um padrão ético, de comportamento, uma maneira de agir que estabelece uma norma na universidade ou pelo menos as pessoas sabem que aquilo é que deveria ser a referência, e claro, que quando você tem uma administração que é permissiva a universidade se torna permissiva e às vezes, isso é irreversível, é o que eu acho que está acontecendo conosco agora.

9- Você se lembra como foi organizada a Estatuinte?

Vagamente, a primeira coisa de que eu me lembro é que fizemos uma grande reunião na quadra coberta na qual reunimos toda a universidade, obrigatoriamente. Havia um registro como se fosse livro de ponto, então todo mundo foi obrigado a tomar conhecimento, todos os professores e técnicos da universidade, estudantes, só representantes dos diretórios. Mas todos os técnicos e professores obrigatoriamente participaram da instalação da Estatuinte, era uma Estatuinte não era uma reforma do Estatuto. Era uma Estatuinte, era criar um Estatuto completamente novo, a autorização que foi dada pelos Conselhos e essa reunião grande foi para isso. Depois daí saiu uma comissão, essa comissão, eu acho que Constantino presidia, e essa comissão não foi adiante de jeito nenhum. Eu acho que eu também não me interessei muito mais depois, foi dividida em grupos, mais ou menos assim, e um ou outro fez alguma coisa e depois o resto parou e eu também não fiz nenhuma cobrança e a coisa acabou se perdendo. Eu sei que teve um grupo ou dois que adiantaram alguma coisa, o resto não.

10- Você tem isso arquivado? Pode dizer onde a gente pode encontrar este material? Você tem condição de ver se isso ainda existe?

Consultar o professor Constantino. Eu talvez até tenha, porque eu tenho uma porção de papelada que eu teria que abrir e ver se ainda tenho algum dado disso. Deve ter ficado com as pessoas que participaram, comandaram... eu não sei se em algum lugar isso foi depositado, mas eu tenho a impressão que não. Posso ver, vou checar uma papelada e se encontrar alguma coisa, eu aviso.

11- Você poderia especificar bem a diferença entre a Estatuínte e a reforma estatutária? Pelo que entendo do ponto de vista puramente pragmático, pois não entendo de legislação nenhuma, na Reforma você modifica algumas coisas dentro do atual Estatuto para torná-lo diferente. Na Estatuínte, você faz um novo Estatuto. A ideia da Estatuínte era fazer um novo

Estatuto, não era reformar o anterior. Daí esta movimentação toda e a autorização que o Conselho deu para criar uma Assembléia Estatuínte. Então esta grande concentração de professores e funcionários era uma Assembleia Estatuínte que criou uma comissão e era esta comissão que deveria fazer isso, mas era uma Assembleia que tinha autoridade para fazer o novo Estatuto para a universidade. A comissão foi eleita na grande reunião, claro que houve indicações de pessoas, pois isso nunca é feito espontaneamente, mas a comissão foi eleita pela Assembleia da universidade. Eu não me lembro como era a participação dos estudantes, mas eles participaram também, eu sei que não era todo mundo, mas participaram todos. A ideia veio exatamente do fato de ser um momento de rompimento, nós não queríamos a continuidade, nós queríamos romper com o Estatuto anterior. Mas, a ideia foi de fazer uma Assembleia universitária, pois ela tem poderes acima do Conselho, então a Assembleia delegou o poder estatuínte a uma comissão.

12- Por que na sua opinião, a tentativa de reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da Rural fracassou na década de 1990?

Não sei, não tenho assim uma ideia muito precisa, a primeira coisa é que eu acho que não houve muita mobilização. Apesar desta convocação, eu acho que quando saiu de lá, cada um foi para o seu lado, e não houve uma mobilização dos Institutos, essa foi a falha nossa, eu acho. Segundo, acho que os grupos também se atrapalharam, não avançaram, havia uma coisa muito interessante nas nossas lideranças daquela época; uma vez antes de tentar fazer esta mudança de Estatuto, nós tentamos fazer uma mudança de regimento aqui no IA (Instituto de Agronomia), nós reunimos vários grupos e um professor nosso que adorava negócio de som, resolveu gravar as intervenções e depois eu vi e fiquei impressionado, pois boa parte das nossas lideranças daquela época, pessoal ligado a ADUR, por exemplo, faziam raciocínio circular, não conseguiam chegar a lugar nenhum e eu tenho a impressão que estas comissões se perderam nesses raciocínios circulares, eu tenho a impressão que perdeu-se muito por aí, mas acho que principalmente não houve uma mobilização, aquela percepção que nós tínhamos de que era preciso romper com o passado e criar o novo, eu acho que não entusiasmou grande parte do pessoal, já esta agora teve uma participação muito maior, uma mobilização muito maior do que a que nós tivemos. Também naquela época não tinha internet, a internet ajuda muito na mobilização.

13- O senhor tem algum documento emanado dessa tentativa de reforma que possa emprestar para integrar minha dissertação?

Eu tenho a impressão que não, mas eu vou dar uma olhada, eu não sei com quem ficou, mas eu tenho a impressão que Constantino deve ter. Pode ser que eu me engane, tenho que perguntar para Ricardo Miranda que também participou, se quem fazia a coordenação geral não era o Constantino, eu tenho a impressão que era.

14- Quais os fatores que levaram a universidade a preservar o mesmo Estatuto e Regimento Geral, mesmo remendados, por mais de 35 anos?

Não sei, eu acho que estas coisas têm uma inércia muito grande, é muito difícil romper com o Estatuto, depois a gente tem o Ministério da Educação, questões jurídicas! Todo mundo percebe que é uma subida ladeira acima, então é preciso realmente um esforço muito grande, uma mobilização muito grande, senão o mais fácil é ir fazendo remendos. Outra coisa, é que na verdade, muita gente não quer se mexer da onde está, está confortável, numa zona de conforto, e uma reforma de Estatuto ou uma Estatuante, principalmente, é algo que mexe com todo mundo e com toda a estrutura de poder e isso aí encontra uma resistência muito grande. Eu acho que as pessoas só se envolvem mais quando há uma ameaça direta às suas posições, eu tenho a impressão que o que ajudou a fazer uma mobilização nesta última tentativa é que muita gente se sentiu ameaçada pelo crescimento da área de humanas, pelo REUNI, que era uma incógnita, então o pessoal achou melhor participar para ver o que estava acontecendo. Eu tenho a impressão que isso empurrou muito o pessoal e também quando o pessoal percebeu que não se ia a lugar nenhum, todo mundo voltou e se acomodou, porque é melhor ficar como estava. Acho que este é o grande problema, porque na verdade não se muda a estrutura, quando se elege os diretores, os reitores. Agora nós temos professores postulando a candidatura não a reitor, mas a pró-reitor, o que na minha opinião é um negócio obscuro, absurdo e a ADUR é responsável por isso. A ADUR inventou junto com o SINTUR este negócio de chapa completa, a Rural é uma das poucas exceções onde se faz isso. O pessoal está fazendo campanha para reitor e para pró-reitor. Agora não tem mais o problema de um reitor ser eleito e o ministro nomear outro, então está na hora de acabar com a chapa completa que eu considero uma imoralidade. Nesta segunda campanha do Ricardo, eu falei contra este sistema de chapa completa e me lembro que o Valdomiro fez um discurso com a defesa da tradição da Rural. Hoje muitos dos nossos professores que estavam à esquerda em algum tempo, quando a realidade se moveu e eles não. Eles agora estão à direita, imaginando que ainda estão à esquerda. Um dia nós tínhamos que discutir o conceito de esquerda e direita na Rural, e discutir o conceito de Revelle quando ele diz que esquerda e direita não são entidades ontológicas, são topológicas. As pessoas estão à esquerda ou à direita e isso depende de como o resto se move, e o Brasil é um exemplo disso. O Brasil se mexeu, o que antes estava à esquerda agora está à direita, mas continua se imaginando à esquerda.

15- Qual a diferença entre o processo estatuinte da década de 1990 e a atual reforma do Estatuto e Regimento da Rural?

Houve uma mobilização boa (todas as manifestações que saíram por escrito, desta vez eu guardei no meu computador), houve muita contribuição, contribuições muito boas que não foram aproveitadas, eu acho que quando foi para o Conselho Universitário a reforma foi “sequestrada”, por dois ou três conselheiros que fizeram uma bobagem qualquer. Na minha opinião a única coisa que mudou realmente foi que subchefe passou a ser vice chefe e decano passou a ser pró-reitor e criaram este “troço” intermediário que é só burocracia e expectativa de CD e de gratificação, mas sequestraram!, É impressionante isso. Quanto à participação, a

comunidade disse o que queria e isso chegou no Conselho e os caras sequestraram tudo, foi o típico sequestro dentro do Conselho Universitário, por pura omissão da Reitoria e acabou saindo essa coisa. Daqui a trinta anos a gente faz outra reforma!

16- E o que você acha disso que saiu? Qual é a sua avaliação?

Eu acho que não resolveram os problemas centrais. Os Institutos que nós tínhamos, com todas as suas deformações continuam com todas as suas deformações. A burocracia vai aumentar enormemente, pois nós temos conselhos intermediários para todo lado, algumas instituições vão ficar inviáveis, por exemplo, as coordenações da pós-graduação pelo tamanho que ficaram agora não dão mais para reunir. Ou duas ou três pessoas assumem e tomam conta ou não se reúnem mais. E esses conselhos intermediários na minha opinião são só para atrapalhar a vida da universidade e eu não vi democratização nenhuma na estrutura de poder, para mim continua a mesma coisa, do mesmo jeito, nós continuamos indo diretamente à reitoria quando queremos qualquer coisa, ou seja, as ideias foram boas, havia proposta de reorganização, algumas propostas quando surgiram eram absurdas, depois foram diminuindo e chegaram a algo razoável (criasse Centro, junta isso, junta aquilo...), mas isso foi tudo jogado no lixo lá da reitoria, meteram as mãos pelos pés e fizeram o que bem entenderam e ficou por isso mesmo. **17- Você acha que o REUNI teve alguma relação com a reformulação do Estatuto? Tem alguma coisa nesta reformulação que reflete esta política do governo Lula?**

Eu acho que sim, eu acho que o REUNI com este crescimento horizontal acelerado criou uma expectativa de mudança na estrutura de poder e isso assusta as pessoas e elas se mexem quando essas coisas acontecem, eu acho que o REUNI mexeu nisso aí. De repente a universidade tomou um rumo diferente e cresceu de modo extravagante, mais para um lado do que para outro e eu acho que isso fez com que as pessoas parassem para pensar: o que está acontecendo? De resto, eu não gosto muito do REUNI não, mas eu acho que teve este efeito. Eu senti isso aqui na minha área, área tradicional, antiga da universidade, o pessoal ficou com os dois pés atrás quando viu aí a universidade crescendo, criando tudo quanto é licenciatura. É claro que as pessoas perceberam que é uma ameaça às estruturas de poder montadas.

18- E na década de 1990 teve alguma política pública que você considera que foi importante para as reformas da época?

Não, que eu me lembre, não. Nós pegamos um período muito ruinzinho para a universidade, elas ficaram muito abandonadas. No governo Fernando Henrique, o Paulo Renato fez uma política muito boa para o ensino básico (1º e 2º graus), mas ele tinha horror à universidade, por alguma razão, ele se pudesse fechava a universidade, o GED foi um exemplo disso, o GED na sua forma original tinha como ideia tirar as pessoas dos laboratórios de pesquisa e mandar todo mundo para o quadro negro, ele queria destruir a universidade, não sei o porquê, ele foi professor, reitor da Unicamp... Ele maltratou muito as universidades, nós vivíamos em atrito constante com o MEC.

Então não houve nada, a não ser a atitude defensiva de um governo que não tinha interesse na universidade, a verdade é essa. Inclusive em termos financeiros, se você compara a avalanche de dinheiro que Lula colocou nas universidades e comparar a Fernando Henrique é uma diferença enorme. Se o MEC tivesse outro ministro que não fosse o Fernando Haddad muita coisa realmente teria sido feita, pena que o Haddad achou que podia ser candidato a presidente da República e resolveu criar uma universidade atrás da outra para o Lula falar que tinha criado mais universidades que o Fernando Henrique. Mas o fato é que o Lula jogou dinheiro no

sistema, com essa ou com aquela intenção, se tivesse tido um bom ministro da educação, alguém com estatura suficiente para tomar o freio na boca, teria feito muita coisa. Mas eu sou otimista, uma coisa que eu aprendi nos Estados Unidos foi que Lincoln criou em cada estado uma escola agrícola que uns anos depois foram apelidados maldosamente de *cowncolleges*, ou seja, colégios de vacas, esses colégios de vacas hoje são as grandes universidades americanas, então eu acredito muito na capacidade de crescimento e recuperação do sistema universitário, mesmo no Brasil.

19- Você poderia indicar outras pessoas para nós entrevistarmos sobre este assunto? Com certeza, o Constantino, Ricardo Miranda, Valdomiro, mas Constantino deve se lembrar de todo mundo. A papelada com os registros deste período deve estar nas mãos de alguém. A pessoa mais provável para ter esta papelada em mãos é Constantino Campos, mas eu também vou dar uma olhada nos meus papéis. E eu sou bom de esquecer coisas, mas eu guardo e anos depois encontro.

Obrigada pela concessão da entrevista!

Você gostaria de acrescentar alguma coisa que não tenha sido perguntada anteriormente?

O que eu gostaria de recuperar e que deve ter ficado com Miguel Ângelo da ADUR são os documentos dos anos da avaliação (estes documentos ficaram registrados na universidade também). Os dois anos pelo menos em que fizemos a avaliação dos estudantes e dos departamentos. Nós fizemos avaliação dos Departamentos, nós os qualificávamos e dizíamos se ele deveria ou não sofrer expansão, a ideia era que departamentos pouco produtivos ou estagnados não deveriam expandir, muito ao contrário, deveriam ter restrição das vagas; na medida em que fossem saindo docentes nós não reporíamos as vagas. Miguel tem estes dados, pois foi ele que coordenou isso tudo e o modelo de informática que ele montou com o pessoal do Fundão no Rio foi muito bom e isso deve ter ficado registrado, pois nós passamos isso para a outra administração. Passou na época para o José Antônio, então, isso deve ter ficado registrado, deve existir alguma informação sobre isso.

Eu estava vendo o Boletim da ADUR e estava vendo as reclamações da Geociências, da Educação Física, eu me lembro que estes eram os pontos que já eram difíceis que já eram complicados na época em que eu era reitor, e que surgiram diretamente nas avaliações, os estudantes identificaram na hora onde é que estavam os problemas e estavam lá na Geociências, na Educação Física, na Física que é um problema permanente, então este material deve existir oficialmente na Universidade, mas o Miguel com certeza tem cópia. O Miguel se aposentou largou tudo e foi embora e eu não sei se ele levou este material com ele, este sim era um material interessante, fez uma radiografia da universidade. O Miguel participou da Estatuinte, mas não sei se ele fazia parte das comissões.

É bem capaz de Roberto Moreira ter participado da Estatuinte e de ter algum documento, pois ele guarda tudo.

Apêndice B

Entrevista realizada com o Docente II

1- Qual o seu nome completo?

Antônio Carlos Nogueira.

2- Há quanto tempo é professor-pesquisador da UFRRJ? Há 30 anos.

3- Quais os principais pontos que você considera importante para a reformulação do Estatuto e do Regimento que foram feitos pelo CONSU?E quais pontos colocados pelo Conselho para esta reformulação?

O que eu sinto de mais significativo são os CEPEAs porque o objetivo é democratizar a relação de poder na Instituição e o CEPE era um Conselho que não representava a nova Instituição, a diversidade da nova Instituição, então havia uma concentração em áreas que não expandiram e a criação dos CEPEAs permite não só criar, de toda a reforma a “jóia da coroa” é o CEPEA, porque ele permite estabelecer política acadêmica por área do conhecimento e fazer uma representação, e a composição do CEPE é uma representação dos CEPEAs; para cada cinco cursos de graduação presencial ou à distância e de pós-graduação *strictu sensu*, um coordenador participa do CEPE, então você leva todo o poder para a área realmente acadêmica, pois um coordenador de curso representa ensino, pesquisa e extensão. Então, se nós trabalhamos verdadeiramente a indissociabilidade e cada vez mais nós temos que lutar por isso, o coordenador está levando consigo esta representação e o CEPE passa a ter uma proporção clara dos cursos, cada cinco cursos, um representante no CEPE, uma maneira simples e clara de haver uma proporcionalidade.

4- Seria uma descentralização do poder?

É uma descentralização, é uma democratização, você democratiza a relação de poder, porque esta relação de poder, o CEPE, por exemplo, distribui vagas de docentes, então é um órgão de extrema importância na casa. Por exemplo, você chega no CEPEA de Ciências Agrárias, há dez cursos de pós-graduação *strictu sensu* e cinco cursos de graduação, então lá a pósgraduação vai ter dois representantes no CEPE e a graduação vai ter um; isso torna as coisas mais claras, então você está expressando não só as áreas do conhecimento, mas também os esforços de pós-graduação e da graduação.

5- Você não acha que a criação do CEPEAs pode criar uma maior burocratização na Instituição?

Não acho não, eu acho que houve uma descentralização de poder, acho que são poucas as atividades que tem uma instância adicional, são muito poucas, por exemplo, um concurso público a banca fica no CEPEA, todas as atividades concernentes àquele concurso ficam no CEPEA, então é o CEPEA que aprova o concurso, no final só para homologar o concurso é que se aciona o CEPE, é que o concurso público é algo que realmente tem uma implicação maior, como os programas pedagógicos dos cursos, isso sim chega até o CEPE, mas o cotidiano do ensino, da pesquisa e da extensão ficam a cargo do CEPEA; então, ao contrário, você não burocratizou, você descentralizou, tornou cinco colegiados funcionais, ao invés do CEPE que não é funcional. Ele tem uma pauta amarrada que não tem jeito de sair e de qualidade duvidosa, porque muitos assuntos são tratados ali sem que as pessoas participantes tenham conhecimento daquela área e no CEPEA não, nele necessariamente os coordenadores de cursos conhecem a área, por mais diversa que seja a área, por mais diversidade que haja, na hora que você chega com um programa de educação (concernente ao PPGEduc ou ao CPDA) que estão no mesmo CEPEA, por mais que haja dúvidas, há um diálogo entre as humanidades como um todo e na verdade nas humanidades nós dividimos as Ciências Sociais Aplicadas das Ciências Humanas, Letras e Artes, então há uma facilidade de diálogo, de você ter política acadêmica. Nós temos uma área na qual nós somos ainda muito precários na universidade, a área de saúde, então no CEPEA Ciências Biológicas e Saúde, lá é o *locus* onde se vai discutir para onde nós vamos crescer, que dia nós vamos chegar ao curso de medicina. Acho que uma universidade plena nesta área tem que chegar na medicina, então nós vamos caminhar como? Isso só na área do conhecimento consegue se fazer com mais consistência, daí o entusiasmo que eu tenho com a criação dos CEPEAs.

6- Você acha que esta opção pela criação dos CEPEAs tem a ver com a expansão da universidade através do REUNI e das políticas criadas pelo governo Lula da Silva?

Creio que sim, porque a universidade de alguma forma antes da expansão, ela tinha áreas já consagradas e que a estrutura funcionava, mesmo sendo antigo o Estatuto, mas com a expansão se tornou impossível, tanto que nos anos 1990 houve uma tentativa de se fazer um processo estatuinte (eu fui estatuinte em 94), fui eleito para a área de extensão, e nós não conseguimos sair do regimento, não conseguimos nem aprovar o regimento da Estatuinte, ficamos quatro meses, até morrer a Estatuinte. Nove eram as comissões como um todo, mas eu não sei de nenhuma que tenha levado o processo adiante.

O maior ganho que eu vejo e eu estou na luta deste processo o tempo todo, já estou neste processo há quase três anos e continuo no processo, pois estou na comissão de normatização dos regimentos agora, até novembro, vamos estar neste processo de reformulação de todos os regimentos, mas o maior ganho foi realmente dar poder aos coordenadores de curso. Nos

CONSUNIs só os chefes de departamento participavam, agora os coordenadores de curso, todos tem assentos nos CONSUNIs, todos participam do CEPEA, um de cada cinco participa do CEPE e um de cada CEPEA participa do CONCUR (Conselho de Curadores). Então, o poder está na mão dos coordenadores de cursos. Quando se fala assim: é uma sobrecarga para o coordenador, é importante perceber que o poder está nas coordenações de curso e não na pessoa do coordenador, porque na verdade o coordenador tem um vice e tem todos os docentes do colegiado que podem representar a coordenação. Então, o poder está nas mãos das coordenações de curso, não é uma sobrecarga para o coordenador, em cima de uma pessoa.

E há outro grande ganho, porque os técnico-administrativos não tinham representação em nenhum órgão da Instituição. E agora, até onde vai o meu conhecimento, a Rural é a única universidade onde os técnicos tem 10% de representação em todos os Colegiados Acadêmicos e/ou Administrativos: no Colegiado de Curso, no Colegiado do Departamento, no CONSUNI, no CEPEA, no CEPE, no Conselho Universitário, no Conselho de Curadores, em todos os lugares, os técnicos tem a representação máxima que a lei permite (10%), porque é a máxima que a lei permite, pois a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) exige que todos os Colegiados sejam compostos por um mínimo de 70% de docentes; a lei, desde o período da ditadura, garante 20% para os discentes; então só sobraram 10% que em quase todos os outros lugares são ocupados pelos docentes. Aqui não, aqui todo o limite é ocupado pelos técnicos em todos os lugares. E isso altera qualitativamente, pois são pessoas que entendem muito mais o funcionamento da Instituição do que a maior parte do corpo docente. Então, isso não é uma concessão, não é que estejamos sendo legais, não é nada disso, estamos proporcionando qualidade acadêmica para a Instituição.

7- Como ocorreu este atual processo de reformulação do Estatuto e do Regimento Geral no CONSU?

O CONSU garantiu o máximo de transparência no processo, ele designou uma comissão de sistematização, obrigando a fazer audiências públicas ao longo do processo do Estatuto e do Regimento. Houve mais de 30 audiências públicas no conjunto da Instituição, então todos os *campi* todos os regimentos setoriais também, a deliberação é embasada em audiências públicas em todos os *campi*, quer dizer o máximo de transparência e divulgação (tendo um lugar na página da Rural específico para a reforma). A participação da comunidade em algumas audiências foi muito grande, em outras, pequena. A participação nos *campi* fora de sede foi muito maior do que no *campus* sede, especialmente em Nova Iguaçu, onde houve uma mobilização muito boa, uma participação muito grande, lá houve uma discussão maior em relação à extensão de prazo para a discussão do Regimento. Isso deu mais qualidade, a comissão foi ampliada depois das manifestações em Nova Iguaçu e ficou muito melhor a comissão; antes tinha cinco membros, agora tem onze.

O Conselho se debruçou em debater, mas respeitou profundamente o que veio das bases, respeitou o tempo todo, então não houve nenhuma alteração significativa, só de forma e de redação mesmo, não houve nenhuma alteração significativa do que veio das audiências públicas.

8- Quem participou mais ativamente desta reformulação?

Houve uma participação mais forte de maneira geral do corpo docente, os técnicos participaram menos e o corpo discente, a mobilização massiva só aconteceu em Nova Iguaçu. **Você acha que isso se deve a que?** Ao momento do movimento estudantil daqui, eles não estão num

momento estudantil de pouca mobilização mesmo e como o tema não levava nenhuma ameaça, ela foi muito pequena e o movimento discente não se sentiu muito motivado para participar, pois é uma coisa muito burocrática, um processo de discussão de Regimento, mas houve algumas reuniões no Gustavão em que chegou a haver uma mobilização um pouco maior, diferente das reuniões feitas nos Institutos, mas o movimento mesmo ocorreu em Nova Iguaçu pelas próprias características de um *campus* que não estava implantado ainda, pelas deficiências que eles sentiam, então naturalmente eles se sentiram mais ameaçados.

9- Você acha que esta maior participação discente em Nova Iguaçu está ligada ao REUNI, ou seja, a uma expansão pouco planejada?

Sem dúvida. Você coloca 160 professores, 2.000 alunos, num *campus* e nem o *campus* existe ainda, você não tem estruturação nenhuma. Só em março de 2013, Nova Iguaçu terá um diretor de *campus*, por enquanto é tudo ligado à direção do Instituto. Não era para ser misturado e não houve esse cuidado de implantação dos serviços básicos nos *campi* por parte da Reitoria da universidade. Isso é uma crítica que eu faço à administração central da Instituição, pois ela poderia ter criado a diretoria do *campus*, mas não criou e isso gerou muito descontentamento, quer dizer, as funções não deixaram de ser executadas. A administração central continuou dando a segurança, a infraestrutura, mas não institucionalizou e este era o grande temor da comunidade, deles ficarem relegados a um segundo plano, com questões que eles tinham muita dificuldade, questões práticas, como por exemplo, para protocolar um processo tinham que vir à sede, o que é inacreditável! São questões muito básicas que não foram resolvidas, em função destes problemas, a mobilização foi enorme, teve audiência pública com trezentos participantes, o que é raro acontecer aqui.

10- Por que o CONSU tomou para si a responsabilidade da reforma desconsiderando um processo anterior? Você acha que isso aconteceu?

O processo anterior não existiu, foi uma boa intenção, aliás no processo anterior o reitor convocou todos os servidores da casa e não funcionou, foi um processo muito frustrante. Neste recente, foi levado ao CONSU uma proposta da gestão da reitoria cumprindo um compromisso de campanha, que era fazer uma reforma ágil no ano de 2009; claro que isso não foi cumprido, mas o processo foi deflagrado de imediato, no segundo mandato, no qual se tinha este compromisso. Foi iniciado em março e em junho já foi deflagrado o processo. O processo referente à reforma do Estatuto foi concluído no final de 2010 e o Regimento Geral concluiu-se tudo finalmente no dia 23 de março de 2012. Então, o processo foi longo, mas foi produtivo, eu sinto que ficou bom!

11- O que já está em vigor?

O Estatuto e o Regimento no formato atual estão em vigor desde maio do ano passado (Estatuto) e o Regimento Geral só entrou em vigor agora. **Mas esta estrutura já está funcionando?** Está tudo funcionando, todos os CEPEAs já tem presidente eleito, eles foram eleitos nos dias 9, 10 e 11 de abril de 2012. Houve uma reunião de instalação de cada CEPEA, na qual foi eleito o presidente, os representantes junto ao CEPE, o representante junto ao CONCUR e aprovados os editais para a representação dos docentes, dos discentes e dos técnico-administrativos. Em maio já haverá reuniões ordinárias dos CEPEAs, o calendário com as reuniões deste ano já está pronto. Houve uma reestruturação dos colegiados de cursos, que passaram a eleger seus coordenadores no novo formato; então, foi se construindo uma base. Os

colegiados de cursos fizeram a escolha de qual CEPEA eles queriam participar e ainda há quatro colegiados que estão indefinidos, então ainda há quatro cursos sem CEPEA, porque isso envolve questões de área, há alguns impasses ainda a serem dirimidos.

12- Quais as maiores dificuldades operacionais que ocorreram neste processo?

Acho que foi conciliar esta realidade *multicampi*, conciliar esta diversidade, porque nós temos três *campi* onde há ensino, pesquisa e extensão, um *campus* onde há pesquisa e extensão que ainda não tem ensino, como é que a gente une esta diversidade e a faz representada; nós ainda temos três níveis de ensino: fundamental, médio e superior; me parece que nós conseguimos conciliar bem, colocando no CEPE o ensino fundamental, o ensino médio e a pesquisa com a representação do *campus* onde ainda não há ensino. Operacionalmente, a dificuldade foi conseguir pensar e integrar os *campi*, fazer uma estrutura de uma universidade realmente *multicampi*.

13- O Estatuto e o Regimento foram para aprovação no Conselho Nacional de Educação? Por quê?

Não, porque no meu entendimento e da procuradoria da Rural não é necessário que a reforma passe por lá, sendo suficiente que a divulgação fosse feita no boletim interno da Rural, no *site* e pelo Rural Semanal (em papel). Isso já é divulgação suficiente para entrar em vigor porque a reforma (reformulação) não requer que seja submetida ao CNE.

14- Ainda falta alguma coisa para ser aprovada?

Faltam todos os regimentos internos, desde o código disciplinar que já tem comissão reformulando, o regimento das unidades universitárias, o regimento da Reitoria, seis regimentos: um de cada pró-reitoria, um regimento de cada *campus*, o regimento da graduação, o regimento da pós-graduação, o regimento da extensão, o regimento dos colegiados superiores. Todos deverão ficar prontos até outubro de 2012.

15- Quais as principais reações da comunidade?

A principal reação realmente que até mudou o prazo para o regimento que era exíguo, o prazo foi mudado de 30 de junho para 30 de setembro em função da reação da comunidade de Nova Iguaçu. Acabou sendo aprovado em outubro porque a reação foi que tinha que se repensar a universidade como um todo; que o que estava colocado no Estatuto não dava conta da realidade *multicampi*, então a reação foi para que a universidade se repensasse enquanto realidade *multicampi*; foi uma forte reação em Nova Iguaçu, até com apitação, com nariz de palhaço, com cara pintada, um movimento muito bonito e transformador, porque alterou até a composição da comissão de sistematização incluindo representantes dos *campi* e das pró-reitorias acadêmicas e deu mais qualidade ao trabalho.

16- Como se formou a comissão de sistematização?

O Conselho Universitário inicialmente criou uma comissão composta por um representante da reitoria (um pró-reitor), dois diretores de Institutos, um representante do SINTUR e um representante do corpo discente. Depois das manifestações em Nova Iguaçu o número de membros da comissão foi estendido de cinco para onze, entraram: três representantes das pró-reitorias acadêmicas e um representante de cada *campus* fora de sede.

17- O que você considerou fundamental e mais importante em toda esta mudança? Os CEPEAs, o poder nas coordenações como um todo e a representação dos técnicoadministrativos.

18- O que você acha que se manteve?

Havia uma proposta inicial de mudança na estrutura, de Institutos passar para Centros, mas isso se manteve. Manteve-se a estrutura dos Institutos porque houve uma forte resistência especialmente dos setores mais antigos da Instituição, algumas áreas se sentiram “engolidas” pelas áreas de maior poder. A maior resistência foi das ciências agrárias. E também nas ciências humanas a ideia de que haveria um centro único e que as unidades fora de sede não seriam sede de um Centro acabou sendo uma ideia que desagradou profundamente. Então a estrutura que estava pensada inicialmente de alteração dos Institutos para Centros foi derrotada por estes “medos” de mudança. O CEPEA é uma mudança parcial neste sentido, de uma certa forma ele mudou alguma coisa neste sentido, mas sem tirar a autonomia das unidades.

19- Quais as principais contribuições que este Estatuto vai trazer para a Rural a fim de garantir uma expansão com qualidade?

A expansão que houve até agora foi de voluntarismo. O que aconteceu no processo do REUNI na Rural foi que 60% das entradas novas no campus de Seropédica estão no ICHS. Não houve qualquer planejamento estratégico, não se procurou saber o que a sociedade brasileira precisa. O Instituto de Tecnologia, que tinha plenas condições de criar o curso de engenharia civil e de produção, que são cursos estratégicos que o Brasil precisa, a Rural não criou por quê? Porque a direção do Instituto de Tecnologia não quis e como não tinha direcionamento, quem quis fez, quem não quis não fez. Nós criamos tudo que propusemos (ICHS). Já os cursos na área biológica, de engenharia não quiseram criar cursos, então não criaram. Então tudo que as áreas quiseram foi criado e o que o CEPEA vai fazer, criar políticas acadêmicas por área do conhecimento. O que é importante criar agora para a consolidação das humanidades? É fazer uma verticalização, não dá para criar mais graduações neste momento, enquanto nós não consolidarmos os cursos criados, enquanto nós não criarmos consistentes programas de pesquisa e de extensão, em cada um desses cursos criados criar uma pós-graduação que é o que realmente sustenta a pesquisa, por isso, nós temos que estruturar uma política clara de pós-graduação, consolidar estas áreas e verticalizar. Nós alcançamos alguma qualidade (nas humanidades), porque nós priorizamos a contratação de professores doutores. No ICHS hoje só não conseguimos doutores em sua maioria na área de Ciências Contábeis, Artes e Hotelaria. Mas, considerando o conjunto das humanidades, já criamos neste movimento o PPGEduc, o programa de Psicologia que já nasce verticalizado, a graduação em Ciências Sociais já criou um mestrado em Ciências Sociais, a graduação em Letras está criando dois mestrados nesta área em 2012, na História foi criado o mestrado, conseguimos aprovar em 2011 mais um programa, de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas; então, eu vejo que as humanidades estão nascendo verticalizadas e eu acredito que a expansão está se dando com qualidade.

20- Você acha que todos os âmbitos necessários para uma expansão com qualidade estão sendo atingidos (contratação de professores, técnicos, criação de infraestrutura e espaço físico)?

Não, eu acho que a estrutura física é que está retardada. Eu nunca vi programas serem criados com uma estrutura física já pronta para atender. Acho que no serviço público cria-se a demanda

para depois conseguir cobrir esta demanda. No mais, eu acho que está indo bem, se a construção do prédio definitivo do ICHS está embargada na justiça, nós fizemos uma reforma do espaço físico que nós temos (foi um plano B). Enquanto isso, estamos ocupando os espaços ociosos da universidade, principalmente no turno da tarde e da noite, mas assim com qualidade, pois as salas de aula que estão sendo ocupadas tem qualidade. O discurso de que a expansão é sem qualidade, eu não aceito porque, primeiro, o quadro docente, que é a essência da qualidade, está sendo colocado com qualidade, realmente nós conseguimos contratar um quadro docente qualitativamente bom, e mesmo que a infraestrutura esteja muito mais lenta que a chegada de professores e alunos, ela vem se fazendo, os equipamentos estão chegando, os laboratórios estão atrasados, mas estamos cobrindo buracos do jeito que dá. Por exemplo, o laboratório da Comunicação ainda não está pronto, então nós alugamos um laboratório em Campo Grande e os alunos não vão deixar de ter aulas no laboratório, não é a realidade ideal, mas eles não vão deixar de ter aula em estúdio real de rádio e TV. Então, eu não vejo que seja sem qualidade. Eu nunca vi ser diferente, eu nunca vi nas universidades públicas a estrutura física estar pronta para depois iniciar os programas. Quando criamos o CPDA, em junho de 1976, participei do grupo da Fundação Getúlio Vargas que passou cal nas paredes para tirar o mofo e iniciar as aulas no Solar da Imperatriz, Horto Florestal.

21- O que o grupo que participou das comissões gostaria de mudar e não conseguiu que fosse mudado?

Os Centros. Eu concordo com a Célia Otranto, faltou conseguir a implementação dos Centros por área do conhecimento.

22- O que foi mais difícil mudar?

A implementação dos CEPEAs porque a velha relação de poder no CEPE, as áreas que mantinham o poder resistiram fortemente a esta mudança. Eles viram que iam perder poder. Hoje a área de ciências humanas já tem sete vagas dentre os coordenadores que compõem os CEPEAs e pode chegar a oito de quinze, o que mostra uma mudança na tradição da universidade e na estrutura de poder. É uma mudança total, antes as ciências humanas tinham dois representantes no CEPE e agora tem sete membros fixos.

23- Você sabe de algum local ou alguém que tenha algum registro por escrito sobre a Estatuinte de 1990? Ou pode indicar alguém para nós entrevistarmos?

A pessoa mais organizada nisso, e que foi o executivo disso foi o Ricardo Miranda. Mas você deve entrevistar o Mânlio Silvestre, Ricardo Miranda, Valdomiro Neves Lima, o Eduardo Callado, todos foram estatuintes e como foi um desgastante processo de tentativa de aprovar regimento, ficar quatro meses para tentar aprovar o regimento da estatuinte foi tão exaustivo que ninguém chegou a caminhar muito. Mas quem caminhou mais foi o Ricardo Miranda porque ele era o “primeiro ministro” da administração que estava propondo. Ele era assessor da administração do Mânlio. O Ricardo Miranda é a pessoa que mais sabe deste período.

24- Você tem alguma lembrança da década de 1990 da Estatuinte que você gostaria de falar, você tem alguma memória deste momento?

Não, porque o processo não aconteceu mesmo, porque como nós gastamos o tempo inteiro nas normas do regimento da Estatuinte, as comissões temáticas não chegaram a funcionar; talvez a comissão do Ricardo Miranda tenha chegado a funcionar, é a única que eu tive notícia que

funcionou. **Por que você acha que não foi para frente?** Porque as comissões se perderam em pensamentos e concepções sobre a universidade e acabaram não focando no principal objetivo, mas na verdade não tenho como precisar qual o motivo da Estatuinte não ter ido adiante.

25- Numa das entrevistas já realizadas um professor afirmou que um grupo tomou para si a reformulação do Estatuto e do Regimento Geral, tomando conta de todo o processo. Você acha que isso aconteceu?

De forma alguma, isso é uma ideia equivocada de que um grupo tenha se apropriado do processo, como disse anteriormente foi tudo bem claro e transparente. O movimento de Nova Iguaçu surgiu da desconfiança de que a Comissão do CONSU tinha se apropriado deste processo, daí o aumento do número de participantes da comissão de sistematização e o direito de participação de quem deflagrou este processo. Isso nos levou a pensar de forma mais ampla a universidade *multicampi*. Fomos acusados de centralização por estarmos à frente do processo, mas em nenhum momento houve manipulação; mas uma comissão tinha que estar à frente do processo, isso é inevitável e é o que viabilizou o bom êxito.

Apêndice C

Entrevista realizada com o Docente III

1- Qual o seu nome completo?

Valdomiro Neves Lima.

2- Há quanto tempo é professor-pesquisador da UFRRJ?

Desde março do ano de 1977

Considerações Iniciais

Nesta fase de 1990 foi quando se tentou o processo da Assembléia Estatuinte que estava acontecendo em algumas outras universidades também, várias tentaram, mas nenhuma conseguiu concluir. Era uma tentativa de fazer de uma forma mais ampliada a discussão dos documentos da universidade, mas ela se esbarrou no próprio processo que não conseguiu dar conta. Quem avançou mais neste projeto foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mas mesmo assim lá também não se concluiu um Estatuto via Estatuinte.

3- O que foi a Estatuinte e porque ela foi proposta?

A Estatuinte já era uma vontade da comunidade universitária desde 1988/1987 por aí quando começou a busca pela abertura do regime militar, como ainda as universidades estavam estruturadas sob aquela lei 477 para o movimento estudantil e a Lei de Reforma Universitária de 1968 foi feita num período autoritário, tinha um viés de muito centralismo e decisões concentradas nos reitores, com decisões muito pessoais mesmo, o reitor era uma figura muito poderosa. Então, este Estatuto nosso aqui da Rural, no caso de 1974, ele passou no período de abertura por várias modificações, então havia muitas deliberações dos Conselhos Superiores alterando muitos artigos dele, então na verdade, ele já estava uma “colcha de retalhos”, não era mais aquela coisa inicial, mas ele ainda guardava muito ranço desta época. **Então foi mesmo uma tentativa de romper com aquela estrutura anterior que representava o regime militar?** Com certeza. Essa foi à base que levou ao movimento da Estatuinte no Brasil todo. A Rural também estava neste movimento e foi um movimento encampado pela organização do movimento docente em princípio, pois este movimento começou em 1989 e o atual sindicato nacional era a antiga associação de docente que foi fundada em fevereiro de 1989 que é a atual ANDES.

4- Você se lembra como se deu a estruturação da Estatuinte?

Aí tem um problema da minha parte, pois eu sei que a Estatuinte foi tentada ser montada na gestão do professor Adriano Perak antes em 1992, mas ele não conseguiu, pois era uma reitoria que ainda guardava muito da questão da hierarquia e da aplicação do Estatuto anterior e eles tinham muita dificuldade em propor qualquer alteração, mas principalmente o CEPE que era um Conselho mais aberto que recebia representação docente, no meu caso, eu fiz a representação dos professores assistentes (1987) e eu estava também presidindo a representação da associação docente da Rural e agente já estava aí neste movimento de buscar uma abertura e ainda foi proposto em várias ocasiões neste Conselho, alguma coisa que nos levasse a aprofundar um pouco mais a mudança desses diplomas legais (Estatuto, Regimento Geral) e a partir daí já se passou a ter um certo movimento que acabou em 1992 quando houve a eleição do professor Mânlio e ele era uma das pessoas que compunha este movimento, então quando ele entrou na reitoria, ele colocou a discussão da Estatuinte para a comunidade e isso já estava colocado no processo eleitoral, embora eu não tenha vivido isso porque eu só participei de uma reunião, pois viajei e fiquei no exterior durante 15 meses, então eu não participei da eleição e quando eu cheguei aqui em 1993 ele já estava eleito e aí eu lembro que na época da Estatuinte agente discutiu muito em cima dos documentos de Santa Catarina tanto na questão da organização de poder na universidade como na organização acadêmica, então tinha dois grupos atuando mais fortemente nesta época, o grupo da estruturação de poder e o grupo da estruturação acadêmica, eu era do grupo da estruturação acadêmica, o grupo criou muitos documentos, mas as coisas se perderam afinal as coisas eram manuscritas e eu até tentei buscar alguma coisa, mas não encontrei. Então, este processo foi organizado em 1993 pelo Mânlio e por algum acaso eu descobri que eu tinha um jornal que foi o único jornal que saiu em novembro/dezembro de 1993, que era o Jornal Participação, que era o jornal da gestão do Mânlio onde ele colocava exatamente a questão da eleição dos delegados para a composição da Assembleia Estatuinte em 15 e 16 de dezembro, e o editorial dele tem o título de: É tempo de Estatuinte. Este é o documento que deu início ao processo da Estatuinte, mas a coisa acabou degringolando e não andou. Na verdade ficou aí uma semente destas coisas que acabou influenciando a reformulação

do Estatuto e Regimento de agora, afinal o professor Ricardo Miranda era assessor do Mânlio à época e ele que dirigiu o grupo de estrutura de poder e ele era muito entusiasta da organização de Santa Catarina que eram as unidades de ensino, pesquisa e extensão, as chamadas UEPES e ainda nesta reforma que foi feita agora aqui ele tinha esta ideia de fazer as UEPES em substituição a todos os departamentos acadêmicos, então foi uma coisa que esbarrou no tradicionalismo da Academia, agente acha que a Academia aceita muitas ideias novas, mas na verdade ela é muito tradicional. E estas questões dos departamentos é uma coisa que não se conseguiu mexer e foi muito difícil o debate com os departamentos porque a referência são as instituições fora do país onde o departamento é a unidade básica, que cada área deve estar localizada no seu departamento, que é um debate difícil e agente até tenta que os departamentos trabalhem em conjunto em algumas coisas, mas é uma tarefa difícil.

No caso do grupo da Estatuinte que trabalhou a estrutura acadêmica, eu até acho que ele andou um pouco mais, pois como havia um debate no CEPE agente conseguia trabalhar mais junto com as coordenações de curso, então fluíu um pouco mais, mas também não teve um resultado final e eu não sei se é porque o Mânlio não cobrou porque o modo como a assembleia tentou trabalhar era realmente com bastante independência da reitoria, então ela criou os seus mecanismos de ação e achou que iria chegar numa resultado, mas ela mesma não conseguiu dar conta do volume de coisas que tinha que fazer e acho que faltou uma maior participação da comunidade que votou nos candidatos, mas depois delegou a eles as decisões e não participou mais e não era esta a intenção da Estatuinte, era manter a comunidade discutindo e isso deu um certo desânimo nos grupos, porque eles sentiram que receberam uma delegação e não era esta a ideia, afinal fazer por delegação era só fazer nos Conselhos Superiores mesmo. **Você lembra quantos grupos se formaram?** Eu lembro bem desses dois grupos que chegaram mais adiante e construíram mais algumas coisas por escrito e acho que tinha um grupo que estava discutindo infraestrutura, mas do resto não me lembro.

5- Qual a diferença entre a Estatuinte e a reforma de um Estatuto?

A Estatuinte era uma ideia de ter uma maior participação da comunidade, uma coisa assim mais ampliada que passasse ao largo de uma reforma estrutural enquanto que a reforma não, a reforma foi feita usando os mecanismos da estrutura, ela passou pelos Conselhos Departamentais, pelos Departamentos, então foi uma discussão também envolvendo a comunidade, mas usando o viés da estrutura e a Estatuinte queria exatamente não fazer isso. Talvez esse caminho que tenha impedido de se chegar a um resultado.

6- Por que, na sua opinião, a Estatuinte não foi adiante?

Eu acho que foi um certo desânimo dos delegados que não queriam ser delegados, eles queriam ter a Instituição fazendo o debate. Tanto é que agente convocava várias reuniões com a comunidade. Acho que foi por aí, porque os prazos eram estabelecidos por nós mesmos. A falta de participação da comunidade no processo que causou um desânimo.

7- Houve participação dos técnico-administrativos e dos discentes?

Discutiu-se muito a questão de ser uma representação de paridade, uma paridade levando em consideração os percentuais de representação de cada segmento. Uma relação que agente usava muito era em cima do número de estudantes, de técnicos e de docentes.

8- Quais os fatores que levaram a universidade a preservar o mesmo Estatuto e Regimento Geral, mesmo remendados, por mais de 35 anos?

Acho que a reforma foi feita exatamente porque o Estatuto e o Regimento estavam retalhados. A Instituição foi trabalhando nas deliberações dos Conselhos. Em 1993 poderia ter se acertado isso com a Estatuinte, mas não se conseguiu. Demorou-se mais alguns anos para conseguir se fazer uma reforma que na verdade foi muito influenciada também pelo Plano de Reestruturação e Expansão (REUNI), se tornou quase que uma necessidade, pois o tamanho da universidade não cabia mais ali.

9- Qual a relação da política externa para o nível superior (REUNI) com a reforma do Estatuto e Regimento?

É mais uma variável, pois já se tinha esta questão da reforma e ela foi acelerada por este momento da reestruturação e da expansão. Já tinha uma história em andamento e o “copo vazou” com a chegada do REUNI.

10- O que você destacaria de positivo e de negativo na atual reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da Rural?

De positivo é ter concluído os seus trabalhos num tempo bom, em torno de um ano e meio de discussão, ter conseguido fechar e depois levou para os Conselhos, é um fato positivo e também permitiu nesta situação uma participação bem maior dos segmentos e também uma descentralização, pelo menos teórica, descentralização de poder que está lá e que a comunidade tem que exercê-la agora. Seriam os CEPEAs, os CONSUNIs que são avanços no caminho da descentralização. Todos os *campi* passam a ter seu Conselho Administrativo, os CEPEAs que são os CEPES de área e os CONSUNI, então aumentou muito a participação, se você juntar aí todos estes Conselhos é um percentual grande da comunidade opinando. O negativo é difícil, agente vai poder acompanhar com a participação, ao longo do tempo, porque o que tinha de negativo foi resolvido durante o processo que existia uma tentativa de fazer uma coisa muito rápida, muito ligeira, mas a própria comunidade na discussão ampliou o prazo, afinal quem esperou trinta anos, espera mais três meses sem problemas. Assim nos permitiu ampliar mais as discussões e ajustar algumas coisas que não estavam muito certas.

11- Na sua visão, a tradição agrária da Rural ficou um pouco apagada em função da atual reformulação?

Eu acho que a universidade tem a história dela e a história dela começou desse jeito, mas o momento atual também é parte da história, então ela é uma Instituição que está em movimento, então não sei se é permitido falar em tradição, podemos falar em origem, a origem foi assim, mas hoje o que está aí é o conjunto que ela tem, e eu acho que isso foi bom para todas as áreas, na medida que você aumenta o número de áreas, você tem mais conhecimento colocado no ambiente e a universidade vai crescer. Acho que a gente tem que entrar mais na área de saúde que é uma dívida social aqui nesta região que não tem nada público na educação na área de saúde e isso vai ajudar também. Hoje agente já vê projetos integrados entre as áreas o que faz o conhecimento ficar cada vez mais distribuído. O crescimento maior na área de humanas tem a ver com o programa de expansão, mas o nosso plano buscou fazer um crescimento em todos os níveis, por exemplo, os cursos de pósgraduação estão previstos desde o início e quem tinha mais gente em pesquisa aqui eram as áreas mais tradicionais até porque tinha mais gente, então na

medida em que começa abrir as outras áreas, o diálogo e a interação tendem a aumentar, mas é difícil porque a academia é tradicionalista.

12- Como se deu a atual reforma do Estatuto e do Regimento Geral?

Eu acho que pelo histórico, lá de 1993 até chegar neste momento, era o que realmente era possível fazer e com uma participação que teve “altos e baixos”, teve unidades que foi feito dentro da estrutura e teve unidades onde a participação foi muito boa e tiveram temas que chamaram mais a atenção e atraíram mais gente. A participação em Nova Iguaçu foi maior porque a reforma tinha um impacto mais direto por ser um *campi* novo. É um aprendizado novo para a Instituição, ela não tinha esta experiência antes, mas o Estatuto do jeito que está começa a fazer esta construção bem. O Estatuto em vigor agora dá um pouco mais de autonomia aos *campi* fora da sede. O outro passo mais importante agora seria a discussão da descentralização orçamentária, isso é uma coisa que está nas entrelinhas, mas se você normatizar. Aqui se usou muito o R do REUNI de reestruturação, porque a universidade estava sem recursos, então o recurso que veio teve que cobrir um passivo que existia, então muitos cursos que foram abertos na década de 1990, início dos anos 2000 estavam muito precarizados, muitos professores substitutos, então o REUNI deu conta da gente acertar isso que estava aí num passivo. Foi muita discussão antes da aplicação do REUNI aqui, apesar de todos aqueles problemas que aconteceram no país todo, mas foi muita discussão.

13- A seu ver a expansão via REUNI na infraestrutura, contratação de docentes e técnicos, ela ocorreu com qualidade na UFRRJ?

Acho difícil responder esta pergunta agora. Acho que precisaria formar pelo menos a segunda turma destes cursos depois do REUNI e que é uma discussão que a Academia quer fazer muito rapidamente e eu acho que é muito complicado fazer uma avaliação do meio, afinal às primeiras turmas iniciaram em 2009 e ainda não se formaram e esta formação será muito diferenciada em relação a cada curso. Uma coisa que agente conseguiu dar conta que foi uma coisa importante foi à parte de pessoal, todos os cursos estão com o seu corpo docente com um baixo nível de precarização, a maioria são efetivos, nós baixamos de 20/21% o índice de professores substitutos para 5,6% então foi uma mudança bastante forte. E nós estamos apostando que as mudanças começam pelos “cérebros” e estamos fazendo também os prédios com todas as dificuldades de obras públicas, estamos com vários prédios com problemas envolvendo as empresas que trabalham como se estivessem construindo qualquer coisa, então várias obras estão paradas porque estamos colocando as empresas na justiça porque não cumpriram o contrato. E tem obras que tem sido entregues agora, com alguns problemas que terão que ser revistas. Uma das coisas que nós podemos destacar de forma positiva é agente já ter conseguido avançar na área da pós-graduação que nem imaginaríamos a três anos atrás, por exemplo, tem mestrado em psicologia que é um curso de graduação novo (de 2010). Esse é um lado positivo da expansão, eu acho prematuro com três anos fazer este tipo de avaliação. Se avaliarmos todos os casos das universidades referentes ao REUNI no país e compararmos com a Rural veremos que tem coisas bem melhores e outras piores. Tem também a história das Instituições que tem que ser levadas em conta.

14- Tem alguma coisa que você acha que poderia ter mudado no Estatuto e no Regimento Geral que não foi?

A questão que envolve algum mecanismo que permitisse uma articulação entre as áreas de conhecimento, o CEPEA é uma ideia, mas ele é um Conselho, talvez na prática para isso acontecer talvez tivesse que ter alguma coisa que fizesse esta indução. A estrutura do departamento como ela existe, ela olha muito especificamente a área dela, não acho isso uma coisa ruim, é uma coisa que pode existir, ela pode usar este conhecimento para fazer esta ponte entre as áreas através dos CEPEAs. É quase inevitável que se busque esta interação.

15- Você acha que o REUNI tem alguma relação com a atual reformulação do Estatuto e do Regimento?

Acho que sim, em função do tamanho, do dimensionamento da Instituição, ele foi o estopim.

16- Você acha que esta atual reformulação do Estatuto e do Regimento está ligada diretamente a gestão do professor Ricardo na reitoria?

De certa maneira sim, acho que esta gestão carrega um pouco da história desta Instituição, já que ele participou ativamente da Estatuinte. E era um compromisso de campanha que estava na Carta Compromisso proposta já para o primeiro mandato, mas não foi possível fazer no primeiro mandato, por isso que eu digo que o REUNI foi a gota d'água, aí no segundo mandato ele não teve mais como segurar, aí a coisa foi e aconteceu e foi até o fim.

Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar, principalmente sobre a década de 1990?

Acho que o Ricardo vai poder te ajudar bastante, pois ele deve ter bastante memória sobre este momento.

Apêndice D

Entrevista realizada com o Docente IV

1- Qual o seu nome completo?

Ricardo Motta Miranda.

2- Há quanto tempo é professor-pesquisador da UFRRJ? Desde dois de janeiro de 1975.

3- Em que período foi reitor da UFRRJ?

1º mandato: início em 8 de março de 2005 até 2008.

2º mandato: 2009-2012. Há 7 anos e alguns meses. Ainda é o reitor da UFRRJ.

4- Estou fazendo uma pesquisa a respeito das reformas do Estatuto e Regimento Geral da Rural desde a década de 1970 até os dias de hoje e relacionando estas reformas às políticas públicas para o ensino superior no país. Você participou ativamente sobre a Estatuinte da década de 90. Certo? O que você pode me contar sobre esta época?

Eu não participei na década de 1970, pois eu era aluno da Rural, eu participei como membro da comunidade, mas naquela época da ditadura não tinha espaços criados para a discussão coletiva. Então, em 70 eu estava terminando agrotécnica (escola agrícola, aqui na Rural) e iniciando o vestibular para agronomia para o ingresso em março de 1971. Eu soube que teve uma LDB, soube que teve modificações, mas não participei em momento algum de discussão nenhuma apesar de ter sempre envolvimento na política interna como estudante.

Na década de 1990, eu era assessor da reitoria, quando no mandato do professor Mânlio 9699, nós apresentamos como proposta durante a candidatura o compromisso em implementar o procedimento estatuinte. O procedimento estatuinte consistia em eleger estatuintes da comunidade, criar uma agenda, formar grupos de trabalho, dividir em áreas temáticas, criar um documento básico para a condução dos debates e a partir dos documentos gerados pelos grupos de trabalho construir uma primeira minuta dentro de uma agenda. Isso deve estar nos documentos que a Célia deve ter.

Não tem, estamos com dificuldades para encontrar documentos do período.

A ADUR deve ter isso. No arquivo pessoal de alguns de nós você deve conseguir juntar tudo. Lá na agronomia na minha sala, eu tenho um arquivo pessoal que deve ter grande parte disso, pois eu fui coordenador da Estatuinte.

Se você pudesse disponibilizar isso para nós seria excelente.

As pessoas que você deve procurar para disponibilizar isso: Valdomiro, Antônio Constantino de Campos e a ADUR, pois ela fez um evento no qual ela reproduziu os anos de ADUR e lá deve ter isso.

5- Disseram-me que o seu grupo foi o que mais avançou e chegou a concluir os trabalhos no período da Estatuinte. Certo?

Éramos eu, Callado e Valdomiro (dos que estão aqui ainda), éramos do grupo estrutura de poder e nós fizemos uma proposta clara, completa que transformava a universidade e eu resgatei esta proposta para o debate do atual Estatuto. Era baseada na chamada UEPE (Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão) que substituiria os Institutos e criava uma estrutura administrativa que tinha um bloco auxiliar conjunto de forma vertical de gestão. Então, era uma gestão acadêmica e administrativa, mas com as responsabilidades bem definidas e que toda atividade de execução na administração das unidades era feita por técnicos administrativos. Eles seriam executores de um planejamento feito através da condução da direção acadêmica da unidade, isso eu tentei fazer de novo agora, mas lamentavelmente não foi a frente, eu como membro da comunidade. Como reitor eu coordenei junto à administração uma minuta que foi uma base para o debate, mas como cidadão, membro da comunidade da universidade, eu fiz uma proposta paralela à proposta da administração em que ela resgatava o conceito da UEPE.

6- Você acha que porque fracassou a Estatuinte?

Primeiro porque você conduzir de forma democrática, real, como uma prática rigorosamente representativa, participativa, é difícil numa ambiente que você tem uma permanência efêmera, as pessoas não necessariamente ficam ou presentes ou interessadas o tempo todo e tudo aquilo que demora muito tempo acaba ficando vulnerável a esta dinâmica. E aí o estudante se formava e saía, o servidor se envolvia com alguma capacitação, o professor ia fazer alguma pós-graduação, como doutorado, que na época a Rural ainda não tinha tantos doutores quanto agora tem, as oportunidades dos programas apareciam, aí a pessoa tinha que largar tudo para se dedicar ao mestrado ou ao doutorado. E também as pessoas se desmotivavam porque não tinham tanto tempo para ficarem tão envolvidos e os grupos foram se desmilinguindo. O nosso bravamente conseguiu chegar ao final do trabalho, mas ele sozinho não resolvia. Agente até pensou em usar a estrutura de poder como eixo e criava uma minuta para as outras áreas, mas chegou-se a conclusão que isso seria contra o “espírito” da construção coletiva e resolveu-se parar e chegar aonde chegou e pronto.

7- A proposta de se criar um novo Estatuto, a Estatuinte, é bem diferente de se reformular um Estatuto já existente, a Estatuinte é bem mais ampla e talvez a falta de cobrança do reitor à época também possa ter sido um dos fatores para a Estatuinte não ter progredido. Você concorda?

Na realidade o que aconteceu foi o seguinte, nós tivemos a cautela de termos uma condição política clara para implementar o sistema, mas a cautela também e o cuidado de que esta posição política clara não virasse uma camisa de força e não se tornasse uma coisa impositiva, ela tinha que ser um espaço para uma conquista política da comunidade e a própria comunidade dar o tom, porque se o reitor estabelece as coisas, naquela época a gente imaginava assim, hoje eu já penso diferente, acho que é da nossa responsabilidade como gestores comprometidos com uma gestão participativa e inclusiva, ter também dentro destes princípios o cumprimento de metas e para cumprir metas, você tem que cumprir prazos, então doa a quem doer tem que cumprir prazos, mesmo que você flexibilize os prazos por alguma razão, mas os prazos não são totalmente flexíveis, eles tem que ter uma certa flexibilidade ligada a dinâmica participativa, o que é uma coisa complicada. Por exemplo: por que é que nós conseguimos terminar a reforma atual que nós fizemos? Porque nós nos colocamos prazos inflexíveis dentro da flexibilidade do prazo estipulado e divulgado, então nós divulgamos prazos que a gente sabia que tinha “uma gordura para agente queimar”, mas colocamos que até o final de 2010 tem que terminar o Estatuto.

8- Quais os fatores levaram a universidade a preservar o mesmo Estatuto e Regimento Geral, mesmo remendados, por mais de 35 anos?

Aí tem algumas coisas questionáveis, na época da ditadura, mas a Rural teve o mérito de mesmo naquela época sem discussão ter utilizado um modelo de Estatuto que tinha uma história democrática e participativa que foi o modelo da UnB. O nosso Estatuto antigo, ele é calcado na UnB tanto que a própria terminologia dos cargos é a mesma usada na UnB.

Algumas tinham só decanos, outras só pró-reitores e outras tinham decanos e pró-reitores. Então o termo decano que nós tínhamos no Estatuto antigo era o que hoje se chama pró-reitor, exatamente como na UnB. E até por esta razão ele pode ser usado como base para a reforma. Não era um Estatuto que refletia a quebra do Estado de direito, refletia a ditadura, era um

Estatuto que permitia uma certa flexibilidade, por ser um Estatuto que não era tão autoritário, apesar de ser centralizador, ele permitia espaços de construção coletiva.

9- Durante sua campanha para a eleição de reitor na Rural, o senhor “prometeu” reformular o Estatuto e o Regimento Geral da universidade, certo? Qual a importância deste fato para a UFRRJ na sua visão?

Aí tem dois momentos, são duas campanhas. Na campanha de 2004, nós nos comprometemos e não conseguimos fazer e porque nós não conseguimos fazer? Porque nós descobrimos uma semana antes de tomar posse, nós já éramos eleitos, mas ainda não empossados. Nós descobrimos na última reunião de transição com o professor José Antônio, ao invés de seguirmos a pauta, o professor José Antonio se virou para mim e para a professora Ana Dantas e falou para nós que a Rural tinha recebido uma pilha de documentos que tinham que ser preenchidos em uma semana para que a universidade entrasse no programa de expansão do governo. A Rural naquela época tinha um programa chamado de Programa de Interiorização que era através de uma estratégia, que eu considero extremamente frágil, ela ampliava o número de vagas oferecendo turmas fora de sede em municípios do Estado do RJ. A estratégia qual era: fazia convênio com uma prefeitura e a prefeitura disponibilizava o espaço e a Rural criava uma turma fora de sede, ou seja, nós não tínhamos uma unidade fora da sede, tínhamos um convênio com uma prefeitura e tínhamos que disponibilizar docentes que fossem dar aulas e desenvolver atividades acadêmicas em instalações temporárias cedidas e a prefeitura tinha que arcar com as despesas dos deslocamentos dos professores envolvidos e dos materiais utilizados, além de pagar uma bolsa para os professores darem aula. Isso funcionou durante muitos anos, começou com Paracambi e se estendeu para Três Rios, Quatis, Volta Redonda e Nova Iguaçu.

O prefeito de Paracambi foi o primeiro a romper, pois viu que o investimento financeiro não valia a pena e os alunos concluíram os cursos na Rural em Seropédica na sede. Já quando eu entrei os outros quatro municípios ainda permaneciam com esta situação. Durante toda a campanha em 2004, nas discussões feitas entre as quatro candidaturas a reitoria, nunca foi colocada a possibilidade de nós termos unidades fora de sede, nunca. Nem nos debates, nem nos conselhos, nem em lugar nenhum. E uma semana antes de nós assumirmos o reitor comunica isso agente, que era para agente criar uma unidade acadêmica em Nova Iguaçu. O reitor José Antônio afirmou que era um programa de governo que envolvia questões políticas ligadas a parlamentares de determinados municípios no Brasil inteiro e o “padrinho” em Nova Iguaçu era o Lindenberg, já em Volta Redonda era uma deputada. Em Volta Redonda a Unidade saiu, mas já havia uma unidade na cidade ligada a UFF voltada para a área de engenharia e em função disso, nós entramos num acordo com a UFF e nossa turma da Economia em bloco se transferiu para a UFF e aí quando nós assumimos tínhamos que resolver o problema dos quatro municípios conveniados com a Rural e assim foi acontecendo. Então quando soubemos desta situação começamos a fazer contatos com o MEC para resolvermos isso. E nisso nós tínhamos um grande problema para agente resolver que era garantir que todos os alunos da Rural terminassem seus cursos na Rural, mesmo na última hipótese isso tivesse que ser em Seropédica.

Além disso, nenhuma prefeitura tem obrigação de manter cursos no nível superior de ensino, por uma questão legal ligada a LDB.

No nosso primeiro mandato (2005-1009), nós fomos candidatos para uma universidade e fomos empossados para outra universidade e com responsabilidades já assumidas que tinham que ser

satisfeitas, afinal nós não podíamos abandonar os compromissos institucionais da universidade, mesmo não tendo sido assumidos por nós.

Então, a questão da reformulação do Estatuto e do Regimento que já era um compromisso na sua primeira campanha não pôde ser feito, por quê?

Não pode ser feito porque a fase 1 da Expansão ela só incluía Nova Iguaçu e nós tínhamos pelo menos dois grandes problemas a serem resolvidos: Nova Iguaçu e Três Rios. Os outros dois que eram Quatis e Volta Redonda dava para resolver. Volta Redonda foi resolvido através um acordo com a UFF que também estava contemplada com a expansão, a UFF tinha algo parecido em Nova Iguaçu (um curso) que acabou integrado a Rural e nós resolvemos este problema. Quatis era um problema, pois era complicado para eles concluírem o curso em Seropédica.

Então na verdade esta questão da reformulação do Estatuto e do Regimento ficou para o segundo mandato?

Agente não sabia que teria segundo mandato, mas nós justificamos na campanha para o segundo mandato que para evitar fazer de uma forma que não permitisse o debate intenso, porque na realidade aconteceu o seguinte houve a fase 1 da expansão, ela foi longa, eu tive que enfiar à fórceps junto da administração Três Rios, pois não era prioridade política do governo, pelo contrário, tinha tudo contra, por conta da proximidade de Três Rios com Juiz de Fora (UFJF). Afinal nós tínhamos 900 alunos em Três Rios e uma grande expectativa da comunidade que a Rural continuasse lá e foi uma grande batalha para equacionar o problema de Três Rios, aí surge o REUNI. Então, fiquei dois anos tentando resolver a fase 1 e logo depois me vem o REUNI. Então nós entramos na campanha para o segundo mandato com o REUNI como grande estrela, para o bem e para o mal. Em função da reação de alguns grupos mais a esquerda do governo temendo que aquilo fosse mais uma jogada do governo para privatizar a universidade enquanto que era a grande oportunidade que as universidades federais tinham de poder realmente pensar numa reestruturação e numa expansão estável, com base, sólida porque a expansão do jeito que a Rural expandiu antes num peteleco desmoronava, bastava mudar o prefeito ou o prefeito mudar de idéia ou qualquer outra situação que aquilo tudo vinha abaixo, além de correr o risco de comprometer a qualidade. Então, não deu para fazer a reformulação no primeiro mandato, mas nós terminamos o primeiro mandato com uma minuta pronta.

Aí eu fiz uma coisa meio audaciosa, eu encomendei uma minuta, esta minuta ela não era para ser usada como minuta, ela foi encomendada para ser utilizada como referência para a construção de uma minuta pela administração que foi eleita e aí foi quando nós construímos a proposta que acabou sendo a proposta da administração e com a proposta construímos uma estratégia e esta estratégia tinha uma agenda, com prazos e metodologia, várias reuniões, várias assembleias, várias audiências públicas, etc. Iniciou no primeiro mandato, mas foi conduzida no segundo mandato.

10- Sobre esta Comissão que foi composta para preparar uma minuta, eu queria saber por que esta comissão foi deixada de lado e acabou indo à frente a proposta encaminhada pelo CONSU?

Na realidade, a comissão cumpriu com o trabalho dela, antes da comissão teve uma pessoa que era um professor aposentado da Rural e que tinha sido procurador chefe na época do Mânlio, que foi presidente da ADUR, o professor Laélcio Nunes de Lima que era jurista, ele é advogado, então nós contratamos o Laélcio (como serviços prestados) para ele desenvolver e apresentar uma minuta que fosse uma reforma do Estatuto da época, mas que ajustasse o Estatuto para a nova realidade que na verdade é uma realidade em transição e quando nós fizemos isso com o

Laélio a fase 1 não tinha nem terminado ainda, ela ainda estava andando e o REUNI também , nós estávamos ainda numa grande transição. Aí o Laélio fez um trabalho que agente até não usou tanto, mas foi um trabalho importante, porque a nossa preocupação era a seguinte para que tivesse um jurista para que agente pudesse com este jurista não deixar de fora nenhuma demanda legal, pois as demandas legais precisam ficar claras, aí sim que nós montamos uma comissão e esta comissão tinha como objetivo construir a minuta que era só este o objetivo da comissão, era construir a minuta. Depois nós tivemos a condução, e era construir a minuta e conduzir junto a administração toda a estratégia do debate e isto foi feito e acabou que quando isto foi concluído, sistematizou-se e foi enviado para o Conselho, aí sim a responsabilidade é do Conselho, porque pelo Estatuto em vigor quem mudava o Estatuto era o Conselho.

11- Como foi planejado o processo da reforma estatutária? O que mudou na dinâmica durante o processo e o que foi preservado?

Não sei se sou a melhor pessoal para responder, porque na verdade o meu acompanhamento foi mais como gestor, eu fui a muito poucas audiências, fui mais no início para estimular a comunidade. Mas, eu tinha uma proposta, que é minha que eu defendi, mas eu até não queria interferir muito para as pessoas não confundirem que o reitor estava querendo obrigar a alguma coisa, mas a minha proposta estava á disposição, mas a minha proposta ela é pessoal não é da administração, a proposta da administração é a que está por aí rolando, porque a minha resgatava a UEPE, a minha proposta mexia em tudo, ela é bem revolucionária, mexia em tudo, mexia na estrutura de poder mesmo, dava poder para o técnico-administrativo cumprir com o seu papel, pois é ele que tem que ter responsabilidade para responder pelo seu trabalho, de ser o chefe, o diretor, o gestor e a cultura do não trabalho teria que se ajustar a isso, pois esta cultura é a grande inimiga do serviço público brasileiro. Porque a hierarquia no meio acadêmico público, ela confunde as coisas, ela leva a uma segregação, ninguém é mais do que ninguém e a responsabilidade é de todos. A minha proposta revolucionava isso. Se ela fosse aceita ela ia mudar tudo, toda a universidade como ela é hoje, me daria muito trabalho se isso acontecesse. Mas enfim, isso é uma página virada, a partir do momento que o Estatuto foi votado e aprovado eu sou o defensor número um do Estatuto, hoje o Estatuto da Rural que eu vou defender até o fim do meu mandato é este depois estou livre, leve e solto.

12- E você acha que ele ficou bem adaptado a esta nova realidade?

Ficou, ele deu conta sim. Deu conta em vários aspectos, o primeiro aspecto é que ele aumenta a representatividade nos Conselhos Superiores, ele formaliza a participação do servidor técnico, ele formaliza a participação de representantes do corpo docente que não estão ligados a cargos, qualquer professor pode se candidatar, ele gera uma proporção em relação aos estudantes que dá mais peso, ele criou mecanismos que não chega a ser a UEPE, mas que traz para as áreas de conhecimento a responsabilidade política por área do conhecimento (CEPEA) coisa que não tinha. O que a UEPE ia permitir, ela ia permitir o seguinte que a Rural construísse a política por área do conhecimento, a política são os pensamentos, os compromissos, as prioridades é isso.

13- Porque a atual reformulação do Estatuto não foi enviada para a aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE)?

Porque não tem esta demanda. Na realidade eu quando li a versão do Estatuto que foi aprovada em 2010, eu tomei um susto, porque eu estava de férias, quando eu voltei e li falei estes caras estão doidos, pois o Estatuto terminava assim: este Estatuto entra em vigor na data de sua

aprovação. Não pode um documento público só entra em vigor depois da sua publicação e ele só vai ser publicado depois de uma análise jurídica. Só que quando o Conselho assumiu, ele não deu bola para isso e eu não vou interferir no Conselho. O que nos foi informado em despacho de processo é que não há obrigatoriedade da avaliação do CNE, mas eu não duvido que possa haver problemas. Mas não foi assim nenhuma decisão consciente, foi encaminhamento burocrático para cumprir a lei, então eu determinei que fosse para o jurídico para ser analisado antes de entrar em vigor, por isso que o Estatuto só foi publicado e entrou em vigor em 2011, não em dezembro de 2010.

Apêndice E

Entrevista realizada com o docente V

1- Qual o seu nome completo?

Antônio Constantino de Campos.

2- Durante quanto tempo foi professor-pesquisador da UFRRJ? Entre quais anos? De 02 de janeiro de 1969 até 17 de abril de 1995.

3- Você se lembra como foi organizada a Estatuinte da década de 1990?

Lembro-me muito vagamente. Essa tentativa de mobilização (conscientização) da comunidade universitária para reforma dos diplomas legais da universidade brasileira foi despertada no processo que culminou com a Constituinte de 1988 no Brasil. Eu ouvi falar dessa questão (reforma de estatuto pela comunidade universitária) pela primeira vez numa reunião do ANDES (sindicato nacional dos docentes) na PUC de São Paulo (SP). O ANDES conforme sabemos participou ativamente na elaboração da Constituição Federal de 1988, especialmente na construção do capítulo III (da educação, da cultura e do desporto). Acho que fomos particularmente felizes na redação do artigo nº 207 da Constituição Federal.

4- Você participou deste processo da Estatuinte? Como?

Sim. Minha participação, dentro da UFRRJ, teve início em 1984 quando as entidades representativas da comunidade (alunos, professores e funcionários) resolveram fazer uma eleição direta para constituir a lista sêxtupla para o cargo de Reitor. Num caso inédito de eleição direta para Reitor, a grande maioria dos membros da comunidade participou: 600 professores, 1.200 funcionários e 3.700 alunos. Como candidato (que integrou depois a lista sêxtupla vencedora) apresentei a proposta de elaboração de novo estatuto através de uma “Constituinte Universitária” (a palavra “Estatuinte” ainda não existia no vocabulário de então). Essa lista eleita pela comunidade (em 1984) não foi aceita pelo colégio eleitoral, como sabemos. Somente com a eleição do Mânlio, no começo da década de 1990, é que a proposta da Estatuinte foi resgatada, coerente com a concepção do movimento vitorioso.

Houve muita dificuldade para se conseguir uma mobilização mínima apesar do reconhecimento unânime de que o estatuto vigente era uma espécie de “entulho autoritário” além de desatualizado. Ainda assim, foram estabelecidos (depois de muito debate e muita negociação) os critérios para composição da Estatuinte: (salvo engano meu), 15 docentes, 15 técnico-administrativos e 15 estudantes (todos procurando contemplar representação das várias unidades da UFRRJ). Eu fui designado Presidente da Estatuinte. Houve ainda muita dificuldade para definição da metodologia de trabalho da Estatuinte. Por onde começar? Iríamos nos orientar pelos capítulos do velho estatuto? A estrutura redacional do novo estatuto deveria obedecer a uma filosofia nova? Enfim, definir o que primeiro? Esse material deve estar em algum arquivo (ou gaveta) guardado da gestão do Mânlio; lembro-me de alguns dos auxiliares diretos do Mânlio que poderão ajudar no resgate dessas informações: o próprio Ricardo Miranda, Mariângela Guajará, Miguel Ângelo da Silva, por exemplo. Poderia também tentar buscar alguma informação nos arquivos da ADUR.

5- Como se desenvolveu o processo de tentativa de substituição do antigo Estatuto da Rural por um novo?

Como já foi dito, surgiram questões que precediam a substituição do velho estatuto pelo novo. A desmotivação pela reforma do estatuto contaminava também os 45(?) membros escolhidos para os trabalhos da Estatuinte. Havia uma dificuldade enorme para agendar reuniões. Todos estavam “muito ocupados” com os seus afazeres acadêmicos. Acho até que haveria uma espécie de “ressaca democrática”: não havia mais a ditadura nos ameaçando, tínhamos um “governo de esquerda” na Reitoria (aquela sensação de que já havíamos avançado suficiente). Muitos dos pontos a serem abordados pela Estatuinte – tipo estrutura e funcionamento de órgãos administrativos (chamados de atividade meio) – contribuía para a desmotivação; acho que o que mais motivava seriam aqueles assuntos com “apelo político” mais candente e imediato. Gostaria de ouvir outras opiniões quanto a esta letargia. Mesmo assim, conseguimos fazer alguns eventos (e debates). Lembro-me de reuniões expressivas no anfiteatro Gustavo onde trazíamos representantes de outras universidades (UERJ, UFRJ, UFParaná) para falar sobre suas experiências (esse material foi gravado; deve estar com alguém).

Numa ocasião foi deflagrada uma greve pela ADUR num momento de crise e nós, então, conseguimos aprovar os trabalhos da Estatuinte como uma das tarefas que seriam desenvolvidas durante as atividades da greve. Tudo bem, na primeira reunião da Estatuinte foi levantada a tese segundo a qual: “a Estatuinte deveria ser construída com toda a comunidade universitária presente e participando e não num período de greve quando boa parte dos professores e funcionários acabam indo para suas casas e os alunos (sem aula e com o bandeirão fechado) também vão embora”. Havia uma parcela que considerava que o trabalho da Estatuinte seria incompatível com a greve. Essa tese (“imobilista”) liquidou com as nossas iniciativas. Insisto que esses dados podem estar guardados em algum lugar da Reitoria da UFRRJ.

6- Por que na sua opinião a Estatuinte fracassou na década de 1990?

Não sei ao certo a causa. Acredito já ter respondido na pergunta anterior. Faltou a consciência da necessidade da mudança. Não conseguimos convencer a comunidade de que o velho estatuto (um legado da ditadura militar) não nos servia mais e também de que um novo, construído democraticamente, poderia dotar a UFRRJ dos instrumentos indispensáveis para a sua evolução. Curiosamente, não conheci outra experiência que tenha sido exitosa em qualquer outra universidade naquela época.

7- O senhor tem algum documento emanado desse período que possa emprestar para integrar minha dissertação?

Não tenho, lamentavelmente. Depois que eu me aposentei na UFRRJ mudei de casa várias vezes e muitos documentos e informações se perderam. Sugiro vasculhar arquivos da Reitoria e da ADUR.

8- Qual a diferença entre o processo estatuinte da década de 1990 e uma tentativa de reformulação estatutária?

O processo estatuinte da década de 1990 surgiu no bojo da luta pela redemocratização do país, pelo resgate de uma luta histórica por maior participação da comunidade nas decisões. Reformulação estatutária pode surgir também noutro contexto, até por mera vontade de aperfeiçoar juridicamente o estatuto.

9- Em outras entrevistas já realizadas sobre a Estatuinte, seu nome foi citado várias vezes, os professores entrevistados disseram que o senhor deveria ter informações importantes, pois foi um dos principais docentes que participou ativamente do processo da estatuinte. O senhor acha que o fato de seu nome ter sido tão citado se deve a algum fato especial?

Nenhum fato especial a não ser o meu entusiasmo pela Estatuinte. Ao bem da verdade, fui compelido a aposentar (em 1995) diante da ameaça (depois, confirmada) do Governo neoliberal de FHC quanto aos nossos direitos adquiridos. Na minha avaliação, o processo estatuinte poderia ter continuado sem grandes atropelos após meu afastamento.

10- O senhor pode indicar nomes de outras pessoas para serem entrevistadas sobre o assunto?

Além do Ricardo Miranda (Reitor) e Ana Dantas, Miguel Ângelo, Adivaldo Henrique da Fonseca, Fernando Curvello. Em algum lugar (tais como boletim da ADUR e informes da Reitoria) poderá ser encontrada a relação dos 45(?) membros escolhidos para os trabalhos da estatuinte.

11- Pode, por favor, disponibilizar o seu e-mail para que eu possa enviar a transcrição desta entrevista?

É claro que pode. Estou às suas ordens (é um grande prazer).

12- Existe alguma coisa que o senhor queira dizer a mais que não tenha sido contemplada nas perguntas acima?

Se eu me lembrar de mais alguma coisa passarei para você imediatamente.

Apêndice F

Entrevista realizada com o Docente VI

1- Qual o seu nome completo?

Aloisio Jorge de Jesus Monteiro.

2- Há quanto tempo é professor-pesquisador da UFRRJ? Desde 1997, há 15 anos.

3- Você já era professor da UFRRJ na década de 1990? Lembra-se do processo da Estatuinte (criação de um novo Estatuto)? O que você pode relatar deste momento da história da UFRRJ?

Não era professor da Rural nesta época e não tem nenhuma memória desta época.

4- O atual processo de reformulação do Estatuto e Regimento Geral da UFRRJ teve início em 2009 com a criação de uma comissão da qual você era o presidente. Certo? Qual o objetivo da criação desta comissão pela reitoria?

O primeiro objetivo que era o objetivo fundamental era fazer com que toda a comunidade universitária participasse do debate, tanto os setores administrativos como os setores acadêmicos, então foi montada uma comissão que contava com a participação de docentes, técnicos administrativos e estudantes e mais a representação de três organizações da Rural: ADUR, SINTUR e DCE. Uma comissão ampla, para fazer um amplo debate sobre a reforma do Estatuto, não era uma Estatuinte era simplesmente a reforma do Estatuto para dar conta de todo o processo de transformação, de expansão que a universidade viveu e que o Estatuto antigo não dava conta.

5- Como se deu o trabalho desta comissão? E a sua composição como foi estabelecida?

A comissão foi parte escolhida, parte indicada. As pessoas convidadas foram: eu e a professora Celia Otranto, o resto referente às representações vieram dos *campi*, tinha uma representação de Seropédica, uma do IM, uma de Três Rios e uma de Campos dos Goytacazes e eles mesmos que encaminharam (escolheram) estas representações. A professora Celia como a pessoa que tinha competência para discutir isso junto comigo que também sou professor de política educacional como ela, mas que estava tratando muito mais da articulação política das coisas. Ela era uma pessoa com a qual eu podia dialogar por entender também das leis, mas enquanto assessor da reitoria eu estava tratando muito mais da articulação política. Acho que o processo foi um processo aberto, as plenárias foram abertas, as contribuições que chegaram, vieram dos setores e acho que a gente conseguiu promover um amplo debate, vejo que o trabalho foi super bem feito, tanto que não houve nenhuma resistência por parte de nenhuma cessão sindical, nem da organização estudantil. O documento final retratou exatamente o debate, por exemplo, várias pessoas que faziam parte da comissão, inclusive eu, a professora Celia e os membros da ADUR,

SINTUR e DCE, mesmo nós, perdemos várias propostas que a gente tinha feito, que a gente achava que era um caminho e simplesmente perdemos e nós colocamos no papel claramente o que foi fruto do debate. Então pode não ter ficado aquele Estatuto maravilhoso, mas aquele Estatuto foi o resultado de amplo debate que aconteceu aqui na Rural. Ele nem foi na amplitude que nós queríamos, queríamos uma participação muito maior do que houve, mas com o que houve ele foi respeitado, o debate foi respeitado com a participação que houve, disso eu não tenho a menor dúvida.

Nós tínhamos um cronograma e o cronograma era primeira coisa em cima de um trabalho preliminar da comissão, nós montamos um texto base de reforma. Pegamos o Estatuto atual e demos uma forma e fizemos uma proposta que era a proposta da comissão, essa proposta foi discutida com a administração superior da Rural e ela tomou uma forma um pouco diferente antes de ir a público, daí nós lançamos em cima de plenárias gerais, nós lançamos um documento e iniciamos todo um processo de debate em cima do documento, então este processo fez este documento base ser alterado em diversos pontos. Então a dinâmica era: a partir do documento básico de formulação de uma comissão que não era soberana, mas que estava ali simplesmente para dirigir e coordenar os trabalhos, este texto foi colocado e ele foi modificado de acordo com o debate que foi acontecendo no processo. Essa foi a metodologia e a dinâmica que aconteceu foi em função disso.

6- Ao final dos trabalhos da comissão, o resultado obtido foi enviado ao CONSU, certo? Porque isso aconteceu? O trabalho da comissão foi mantido por este Conselho ou sofreu alterações?

Não pode haver um Estatuto institucionalizado, sem ser votado pelo conselho maior da universidade, porque o Conselho Universitário está acima do reitor. Então, isso não pode simplesmente ser um trabalho do reitor, porque senão o reitor estaria “atropelando” o Conselho Universitário. E o governo federal, através do Ministério da Educação, ele quer o referendo do Conselho Supremo que é o Conselho Universitário, então ele tinha que ser protocolado junto ao CONSU. Chegando no CONSU, o mesmo decidiu por uma comissão para rever este documento. O Conselho não acatou integralmente o documento enviado. O que me causa grande satisfação e a professora Celia também é que ao final deste processo que aconteceu no Conselho Universitário, foi produzido um jornal com um texto da ADUR reivindicando que o Estatuto fosse mantido como ele foi feito pela comissão. O próprio movimento organizado reivindicando que aquele Estatuto apesar de todas as divergências que estavam nele, fosse mantido, pois era um documento respaldado pelos próprios movimentos sociais, isso para mim foi uma enorme satisfação. Mas aí o Conselho Universitário por bem, e ele tem autonomia para fazer isso, montou outra comissão e aí o Estatuto foi alterado em diversos pontos daquele produzido pela comissão.

Eu tentei ir em algumas reuniões, mas cabeí que me afastei e resolvi não participar mais em função de uma série de interesses outros.

7- O que motivou a reitoria a dar o primeiro passo para a reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da universidade?

Porque o regimento não dava mais conta, porque um documento da década de 1970, na época da ditadura, ele não dá mais conta, pois a universidade não é mais aquela, e o antigo Estatuto engessava a universidade de diversas formas. A universidade não é só Seropédica, ela já era

multicampi, a relação estudantil já é outra, a relação pedagógica, acadêmica, científica, é tudo diferente, então aquele antigo Estatuto já estava caduco.

Eu acho muito interessante e muito bom na Rural, um fator positivo esta preocupação em reformular seus documentos, principalmente partindo da reitoria esta motivação, isso mostra que a reitoria não estava somente pensando na forma, estava pensando em realmente como estava o cotidiano da universidade e que aquele documento formal não dava mais conta, então esta é uma iniciativa positiva. Também acho uma iniciativa positiva da administração ao criar uma comissão *multicampi* e para discutir isso do ponto de vista participativo, discutir de uma forma aberta, democrática, participativa e vai sair o documento que sair. O próprio reitor tinha uma proposta e ele perdeu, e ele foi defender na plenária a proposta como professor e inclusive eu me opunha a proposta dele e como presidente da comissão, desci e defendi contra ele e ele perdeu. Quando a proposta da comissão chegou no colegiado superior que é composto por vários representantes, tem um jogo político ali dentro e infelizmente foi o que prevaleceu ali, prevaleceu um jogo, uma disputa de relações de poder. As relações de poder que estavam imersas ali não caminharam no sentido de aprovar o documento integralmente. Tem coisas no documento que foram mantidas, mas várias coisas de interesse específico tiveram que ser alteradas senão o Conselho não aprovava e não aprovando não tem Estatuto. Não basta o carimbo do reitor, tem que ser aprovado em ata pelo Conselho Universitário.

8- Você pode apontar quais as principais alterações inseridas na proposta da comissão feitas pelo CONSU? Estas mudanças alteraram muito profundamente a estrutura do que havia sido proposto pela comissão?

Um das questões foi a proposta da extinção dos Institutos se não me engano, foi uma proposta que não foi aceita, os diretores de Institutos quiseram manter os Institutos, o que revela uma relação de poder na íntegra porque a partir do momento que você vai ter unidades diferenciadas por área como agente colocou, inclusive diminuindo o número de cargos, mas quiseram manter esta organização (de Institutos), aí criaram uns colegiados por área, os CEPEAs, ou seja, uma coisa que agente não queria fazer que era dividir o administrativo do acadêmico acabou acontecendo. Então administrativamente continuam existindo os Institutos e do ponto de vista acadêmico e político agente monta um conselho. Estas foram algumas estratégias, alguns desdobramentos para a manutenção do *status quo* do poder que a Rural tem. As relações de poder iriam ser modificadas por conta de uma estrutura de poder diferente, essa estrutura de poder diferenciada buscava mudar as relações de poder. Isso é um dos pontos que eu me lembre. Na realidade o poder fica na mão de quem está administrando, ele não é compartilhado com a perspectiva acadêmica. Acaba sempre que o viés acadêmicocientífico fica refém do administrativo. Esse era um dos debates centrais da filosofia de uma outra universidade, porque um Estatuto tem que refletir uma perspectiva de uma universidade, que universidade agente quer, que filosofia ela segue. Mas para não perder o seu nicho de poder, não poderia sair um Estatuto como foi proposto pela comissão, afinal a agronomia é a agronomia, a floresta é a floresta, nada de ciências agrárias. Se quer mudar o Estatuto, mas não se quer mudar a estrutura que foi montada lá na época do período militar, porque os poderes já estão assentados. E quem compõe o Conselho Universitário são os diretores dos Institutos.

9- Como você se sentiu enquanto presidente da comissão com a atitude do CONSU de modificar a minuta feita por vocês?

É óbvio que eu não me senti bem, mas eu não quero falar das coisas negativas, pois não são poucas, mas acho que agente conseguiu mexer com algumas coisas do ponto de vista político, do ponto de vista legal acho que agente conseguiu dar alguns nortes, apesar de não ser integralmente e naquele jogo de poder do Conselho Universitária, acho que este foi o Estatuto possível, porque pelo menos vamos ver como é que funcionam na prática estes CEPEAs, por mais que esta proposta não fosse nossa especificamente, agente forçou a barra para ter uma política de área. Nós hoje temos um Estatuto, nós temos um documento que é uma proposta estatutária que foi feita por uma comissão que discutiu isso participativamente, então a gente tem este documento, vamos ver como este Estatuto se apresenta na prática porque nós já temos um documento para enfrentar, aonde a gente vai fazer a crítica, até mesmo para rever o nosso documento, pois o nosso documento era numa perspectiva ideal, ele também não foi colocado em prática, por isso eu acho que não foi inútil, construiu-se um cenário. Não foi o cenário que a gente queria, mas “a luta continua” (rsrsrsrs).

10- O que você achou do Estatuto aprovado em 2010 e atualmente em vigor na Rural? Eu acho que por ser um Estatuto possível, acho que ele tem contradições, mas o principal eixo é que ele mantém a estrutura antiga, se tentou adequar determinadas coisas para fazer uma universidade diferente, mas na realidade do ponto de vista da filosofia do que é ser uma universidade, ele manteve o eixo central, agente não conseguiu quebrar a coluna vertebral desta estrutura, a estrutura é a mesma, ela funciona do mesmo jeito. Colocou-se a representação do técnico administrativo, o tipo de representação mudou, diluiu um pouquinho a soberania dos diretores de Instituto no CONSU, mas fundamentalmente não mudou a estrutura.

Ele não dá conta da estrutura *multicampi*, pois para isso a própria perspectiva da universidade tinha que mudar, ela tinha que mudar no sentido dos *campi*, todos eles, terem autonomia e os *campi* não tem autonomia, a questão central é essa que Seropédica ainda é o centro do panóptico, se a rural fosse um panóptico Seropédica seria o centro do poder.

11- Qual a relação que teve o REUNI com esta reformulação do Estatuto e do Regimento Geral?

Total. Porque era muito mais fácil manter esta estrutura do jeito provinciano que sempre foi. O REUNI quando entrou através do Programa de Reestruturação e Expansão (PRE), criou uma série de conflitos primeiramente tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista acadêmico-científico, o pessoal das ciências agrárias, por exemplo, na época da construção do PRE que também foi feito por uma comissão com representação de cada Instituto queria que Nova Iguaçu seguisse a tradição da Rural (ciências agrárias), pois era muito mais fácil manter do jeito que estava então se não fosse o REUNI talvez agente não tivesse mexido neste Estatuto. Com o REUNI as demandas não só aumentaram, as demandas se diferenciaram principalmente porque os dois *campi*: Três Rios e Nova Iguaçu, foram na linha das ciências humanas e esse povo que entrou, tem uma perspectiva crítica muito grande, talvez se fossem cursos das ciências agrárias a coisa teria seguido outro rumo, provavelmente. Mas o fato é que principalmente o IM é um Instituto combativo, participativo, Três Rios também, mas tem dificuldade de acesso e todos os conflitos que teve que enfrentar neste período, é muito mais novo e enfrentou conflitos bem mais graves que o IM. Então, estes dois Institutos tiveram demandas não só aumentadas, mas também diferenciadas. E como atender estas demandas para uma universidade que nunca tinha vivenciado isso? De repente começa a se tornar uma universidade com vários cursos, em várias áreas do saber.

12- Você tem algum documento que possa nos emprestar para compor ainda melhor a minha dissertação acerca do tema: atual reformulação do Estatuto e Regimento Geral da Rural?
Não sei você teria que ver com a Rosinere, pois ela que tem a chave do meu arquivo.